



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Projeto Pedagógico de Curso
Biblioteconomia

Ano Versão: 2016

Situação: Corrente



SUMÁRIO

Identificação do Curso	3
Histórico	4
Concepção do Curso	6
Contextualização do Curso	6
Objetivos Gerais do Curso	10
Objetivos Específicos	10
Metodologia	11
Perfil do Egresso	13
Organização Curricular	15
Concepção da Organização Curricular	15
Quadro Resumo da Organização Curricular	21
Disciplinas do Currículo	21
Atividades Complementares	25
Equivalências	27
Currículo do Curso	27
Pesquisa e extensão no curso	77
Auto Avaliação do Curso	80
Acompanhamento e Apoio ao Estudante	82
Acompanhamento do Egresso	83
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório	84
Normas para atividades complementares	91
Normas para laboratórios de formação geral e específica	95
Normas para trabalho de conclusão de curso	100
Administração Acadêmica	109
Coordenação do Curso	109
Colegiado do Curso	109
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	110
Corpo docente	111
Perfil Docente	111
Formação Continuada dos Docentes	112
Infraestrutura	114
Instalações Gerais do Campus	114
Instalações Gerais do Centro	114
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	115
Instalações Requeridas para o Curso	116
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	117
Laboratórios de Formação Geral	118
Laboratórios de Formação Específica	118
Observações	119
Referências	120



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso

Biblioteconomia

Código do Curso

54

Modalidade

Bacharelado

Grau do Curso

Bacharel em Biblioteconomia

Nome do Diploma

Biblioteconomia

Turno

Noturno

Duração Mínima do Curso

8

Duração Máxima do Curso

12

Área de Conhecimento

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Regime Acadêmico

Não seriado

Processo Seletivo

Tipo de Processo Seletivo

Entrada

Semestral



HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três - Odontologia, Direito e Educação Física - sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos "anos de chumbo" e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar



de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) tem suas raízes históricas em 1930, quando foi fundada a Faculdade de Direito no Estado, que foi incorporada, em 1950, ao sistema federal de ensino superior. Anos mais tarde, em 1957, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas. Essas duas faculdades são, então, em 1968, formalmente aglutinadas no que veio a ser o CCJE, a partir de uma reestruturação da Universidade. De lá para cá, crescemos muito. Temos hoje oito departamentos: Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Gemologia e Serviço Social.

Os cursos de graduação são ofertados pelos Departamentos. Devido à expansão da oferta de vagas por meio do Reuni, o Departamento de Administração passou a contar com um curso noturno, além do diurno que já oferecia, e o Departamento de Ciências Contábeis, além do curso regular noturno, passou a contar com um vespertino. Foi também por meio do Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) criado o Departamento de Gemologia, e foram aumentadas as vagas nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciências Econômicas. Novos professores e novos servidores foram nomeados para essa demanda.

O CCJE conta ainda com 5 cursos em nível de mestrado acadêmico (Pós-graduação stricto-sensu) nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito Processual Civil, Economia e Política Social; com o Mestrado Profissional em Gestão Pública e o curso de Doutorado em Política Social. Esses cursos são públicos, gratuitos e abertos à comunidade, mediante processos específicos de seleção. Por meio desses cursos é concretizada não só a formação de pessoal especializado como também o desenvolvimento de pesquisas científicas, por meio de núcleos de pesquisa, que forjam a vida acadêmica do CCJE.

Nos últimos anos, o CCJE vem investindo maciçamente na pesquisa e na extensão, bem como na qualidade do ensino. Outro pilar de sua atuação tem sido a reestruturação de diversos setores (como, por exemplo, os laboratórios de informática, os documentos e arquivos e o almoxarifado) e a consolidação de novas práticas de gestão.



CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

O trabalho educativo durante o processo de formação deve ser compreendido numa visão de totalidade social, mobilizando o conhecimento a partir da localização histórica de sua produção, percebendo a sua provisoriedade e relatividade, considerando as estratégias de formação e de ensino determinadas pelo social e pelo político, ao mesmo tempo em que nessas dimensões interferem (ROSEMBERG; LIMA; VALLADARES, 1998).

Sociedades dinâmicas, demandas sociais e culturais, informação, tecnologia, globalização e mercado de trabalho exigem dos profissionais da informação novas funções sociais e perfis profissionais. O conhecimento socialmente demandado define as políticas e estratégias de inserção das instituições. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em sua trajetória histórica de ensino superior, desde a década de 1930, acompanhou e colaborou com o processo de desenvolvimento social, de urbanização e industrialização do estado do Espírito Santo (ES). A Ufes com a sua política acadêmica institucional e diretrizes pedagógicas mantém mobilizada para promover a sua inserção regional utilizando como mecanismos o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa tecnológica e científica, o desenvolvimento e a inovação, a extensão universitária e a assistência a população. Neste sentido, a formação em nível de graduação ao definir as opções político-pedagógicas e os eixos articuladores e norteadores dos cursos contempla o compromisso e a responsabilidade com o social, com processos dialógicos de interlocução e de parceria permanente com a sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2015).

As bases e condicionantes da história e identidade do Estado do Espírito Santo (ES) resultaram na conformação de uma região que chegou tardiamente aos ciclos de desenvolvimento econômico, demandando protagonismos para avançar na atualidade. Em meio século o estado do ES experimentou a evolução decorrente dos processos intensificados de globalização e de aplicação de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em diversas atividades. Apesar da pequena extensão territorial apresenta crescimentos significativos junto ao Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, industrial (mineração, siderurgia, celulose e petróleo) e nos processos de importação e exportação caracterizando-se como uma economia com elevado grau de abertura, peculiar então quanto à sua estrutura produtiva cuja dinâmica depende em maior grau de fatores externos do que da dimensão interna. O estado do ES exporta commodities como produtos siderúrgicos, café, mármore e granito, além da expansão em curso das descobertas de gás natural e petróleo. Está composto por 78 (setenta e oito) municípios dispostos a partir de uma grande variedade territorial definindo, portanto vocações socioculturais também diferenciadas em pelo menos dez microrregiões: metropolitana, central serrana, sudoeste serrana, litoral sul, central sul, Caparaó, rio doce, centro-oeste, nordeste e noroeste (ESPÍRITO SANTO, 2013).

As ações governamentais em curso e de futuro para o estado do ES orientadas ao desenvolvimento estão dirigidas para três bases de investimento (ESPÍRITO SANTO, 2013): base social (capital social e qualidade das instituições, segurança, educação e saúde), bases propulsoras de progresso (infraestrutura, logística e comunicação, ciência, tecnologia e inovação, energia, petróleo e gás), bases para oportunidades de negócio, trabalho e renda (rede de desenvolvimento regional, inserção competitiva, economia verde e integração). Estas bases estratégicas para investimentos sinalizam as direções do mercado, governo e da sociedade civil e os grandes eixos de problematização social com o qual podem ser definidos os processos contextuais e qualitativos de formação do graduando em Biblioteconomia. O crescimento socioeconômico sob novos arranjos produtivos (regional e local) e o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pelo Estado impõem uma realidade que nos move a buscar alternativas para a formação do profissional bibliotecário, orientado ao dinamismo dos setores e ambientes, diversificação de atividades e de manejo de recursos mediados por tecnologia e, principalmente, relacionados com a circulação da informação.



Esse crescimento exige perfis cada vez mais diferenciados no que tange à gestão da informação gerando oportunidades e também desafios para os egressos de biblioteconomia, dentre outros profissionais envolvidos com o campo da informação. Em sua previsibilidade o profissional bibliotecário atua de forma integrada com o desenvolvimento social, econômico e cultural da região ou país. Oferecem serviços de informação com valor relevante para os processos de investigação científica, de incremento cultural para o conjunto da sociedade, bem como, para a segurança jurídica dos indivíduos através dos acervos e coleções (históricas e contemporâneas) que dependem do trabalho de descrição e de organização da informação disponibilizados, mantendo dados, informação e saberes, além de uma vasta documentação nas diversas instituições, públicas ou privadas, atualizados e acessíveis para uso de governos, empresas e indivíduos em projetos competitivos (GÓMEZ YÁÑEZ, [2013-2015]). Desenvolve a gestão, organização, armazenamento e tratamento da informação nos mais diversos suportes (digital, eletrônico e impresso). Também atua com atividades de assessoria e consultoria a profissionais e a instituições em diversos segmentos do mercado de trabalho (CÔRTE et al., 2015).

Reconhecemos um mercado ainda crescente e orientado a universalização do uso de tecnologias de comunicação e de informação ampliando as possibilidades de oferta de serviços de informação e de qualificação das competências profissionais do bibliotecário relacionadas à seleção e mediação de conteúdos que circulam nessas tecnologias. A personalização de serviços de informação em ambiente web e também dirigidos a coletivos cada vez mais específicos potencializa o valor da atividade profissional. Para esse cenário o curso de Biblioteconomia da Ufes se justifica, sobretudo por ser o único do estado do Espírito Santo responsável pela formação de bibliotecários para atender a demanda de oferta de vagas em distintas áreas de atuação como: instituições/órgãos públicos como prefeituras e governo estadual (bibliotecas públicas e escolares, centros de documentação e de pesquisa), bancos, indústrias, hospitais públicos e privados, empresas de pesquisas, instituições de pesquisa, universidades (públicas e privadas), empresas de ensino, tribunais regionais, em empresas de comunicação e outras.

De acordo com informações do CRB12 (Conselho Regional de Biblioteconomia) o estado do Espírito Santo contabiliza 903 bibliotecários registrados em seu sistema e esses atuam em distintos campos, porém são dois os maiores nichos de empregabilidade: em primeiro lugar bibliotecas das redes de ensino pública e privada, da educação básica e superior, e em segundo bibliotecas públicas. No Estado, segundo dados da Secretaria de Cultura (2018), em cada um dos 76 municípios existe uma biblioteca pública e dessas, 15 contam com 01 bibliotecário. Somam-se à lista de municipais a Biblioteca Pública Estadual, localizada em Vitória, dez unidades de Bibliotecas do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória e três unidades da Biblioteca Móvel - serviço de itinerância da Biblioteca Pública Estadual. Com relação às bibliotecas públicas municipais percebe-se um déficit em torno de 80% de bibliotecários nessas unidades. Conforme informações do setor de recursos humanos do governo do estado do Espírito Santo (2019), 33 bibliotecários compõem o quadro profissional do executivo e estão distribuídos em setores da Secretaria de Educação, de Cultura, de Meio Ambiente, de Agricultura, etc. Tais dados sugerem compreensão da incompatibilidade da mão de obra disponível em relação aos serviços nesses setores, sobretudo, da Biblioteca Pública Estadual.

No que tange a oferta de vagas de trabalho na rede de ensino faz-se importante destacar a promulgação da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino básico do País. Campelo et al, (2016, p.40) destacam que a referida Lei determina que as escolas contem com um acervo de livros de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado. Os sistemas de ensino são responsáveis pela ampliação desse acervo conforme sua realidade, bem como pelas diretrizes de manutenção, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. A Lei estabelece um prazo máximo de dez anos para sua efetivação, e recomenda que seja respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre a referida profissão. Nesse sentido, abre-se um campo vasto de trabalho para os profissionais formados no curso de Biblioteconomia para ocuparem vagas em bibliotecas das escolas capixaba, que de acordo com o Senso Educacional do Espírito Santo (2019), o estado possuía em 2018 aproximadamente 3.110 (três mil e cento e dez) escolas de formação básica e dessas,



1.293 possui biblioteca. Percebe-se que o déficit de bibliotecas na escola de educação básica é de 1.817, aproximadamente 58% e de bibliotecário parece ser mais elevado, pois na discriminação de recursos humanos, no documento, não faz referência a profissional bibliotecário atuando nessas unidades.

Porém, sabe-se que muitas dessas escolas, sobretudo as da rede pública municipal da Grande Vitória, estão caminhando em direção ao cumprimento da Lei nº 12.244/2010, a exemplo Vitória, Cariacica e Vila Velha que contam com biblioteca nas suas unidades escolares gerenciada por um profissional bibliotecário. De acordo com informações (VITÓRIA (Município); VILA VELHA (Município); CARIACICA (Município), 2019); a rede pública de ensino municipal de Vitória conta com 58 bibliotecários para atender suas 58 unidades escolares. No município de Vila Velha são 52 bibliotecários para 50 escolas e no município de Cariacica 30 bibliotecários. Como se vê, dos 76 municípios do Estado apenas 03 caminham no sentido de incrementar a biblioteca escolar nas unidades da educação básica, principalmente na rede pública, demonstrando tanto a carência de bibliotecas como a de bibliotecários nas escolas. Por outro lado, para além da implementação da Lei, percebe-se, pelas ações dos municípios citados, evidências de reconhecimento da importância do bibliotecário no contexto educativo como agente colaborador do processo de ensino e de aprendizagem, o que potencializa a perspectiva de criação de vagas para profissionais bibliotecários no Estado do Espírito Santo.

JUSTIFICATIVA PARA A ATUAL REFORMULAÇÃO DO PPC

A Ufes oferece a graduação em Biblioteconomia desde 1974. Já incorporou ao mercado de trabalho centenas de profissionais bibliotecários em diversos segmentos de atuação (empresas, organizações civis e governamentais), em âmbitos público e privado, agregando valor nos processos de geração, transferência e uso da informação nesses espaços institucionais. Objetiva formar bibliotecários para atender às demandas do mundo do trabalho, porém sem perder de vista a função social e humanista que caracteriza seu fazer profissional orientado aos processos de mediação e gestão da informação nos diversos contextos da sociedade. O curso propõe uma formação generalista e humanista para inserção e atuação do profissional nos segmentos orientados precipuamente ao desenvolvimento social, político, econômico, educativo, científico e tecnológico da vida em sociedade conforme preceitua o perfil do egresso.

A biblioteconomia enquanto área multidisciplinar de conhecimento, social e humana, opera no solo brasileiro há mais de cem anos, conta na atualidade com cursos de graduação e de pós-graduação instalados pelo Brasil apoiados pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin). A profissão de bibliotecário foi uma das primeiras profissões regulamentadas no país, sustentada por um sistema de fiscalização (conselhos federal e regionais) e legislação consolidada: Lei federal nº 4.084, de 30 de junho de 1962 que regulamenta a profissão de bibliotecário e estabelece as prerrogativas de atuação dos portadores de diploma no país; Decreto-Lei nº 56.725, de 16 de agosto de 1965 que regulamenta a Lei nº 4.084, de 1962 e dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; e a Lei federal nº 9.674, de 26 de junho de 1998 que complementa os dispositivos tratando do exercício da profissão de bibliotecário dentre outras providências. No âmbito da educação a Portaria INEP nº 119, de 28 de julho de 2006, em seu artigo 6º, trata das competências profissionais do bibliotecário para fins de avaliação dos cursos de biblioteconomia. No âmbito do mercado de trabalho o Ministério do Trabalho e Emprego relaciona na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o profissional bibliotecário dentre os profissionais da informação (CÔRTE et al., 2015).

Desde a implantação do Curso de Biblioteconomia na UFES (1975) o currículo passou por três reformulações, a primeira no ano de 1985 mantendo-se vigente até 1999 ocasião em que ocorreu a segunda alteração. Esta perdurou até o ano de 2007 quando, no semestre letivo 2007/2, instaurou-se a terceira perfazendo assim total de quatro currículos no espaço tempo de 1975 a 2007. Para cada momento dessas alterações buscou-se atender as necessidades do contexto social, político e econômico e as exigências legais para a formação profissional do bacharel em Biblioteconomia. De lá para cá houveram várias discussões dos docentes do Curso sobre a necessidade de alteração no PPC vigente e, assim, por meio do Núcleo Docente Estruturante, foi instaurado os GTs de áreas específicas da Biblioteconomia para



desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e estudos, que embasariam a reformulação curricular.

Desse modo, a partir de ações deflagradas pelo NDE no âmbito da Câmara Departamental culminou, num primeiro momento, com a análise do quadro situacional do curso de Biblioteconomia com as seguintes atividades: revisão e discussão de documentos chaves produzidos e/ou relacionados a gestão do curso de Biblioteconomia. Nesta etapa foram utilizadas como metodologia a distribuição dos docentes do Departamento de Biblioteconomia em Grupos de Trabalhos (GT) e plenárias de discussão para análise coletiva dos seguintes documentos: 1) Relatório de Atividades desenvolvidas no âmbito da Oficina de planejamento e construção coletiva das atividades do Departamento de Biblioteconomia (2011); 2) Relatório da avaliação in loco de 2015; 3) Currículo e Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia versão 2007; 4) Caderno de Avaliação Biblioteconomia/2013 (Prograd); 5) Avaliação do Curso pelos discentes realizada pela Coordenação do Colegiado em 2012; 6) Avaliação do Curso pelos discentes resultante das atividades da CPAc em 2015; 7) Relatório do ENADE 2009 e 8) Proposta de reformulação curricular elaborada por docentes do Curso em 2006.

Desta etapa inicial foi produzido pelo NDE a compilação e sistematização dos resultados de discussões e encaminhamentos deliberados conforme documento apresentado ao colegiado denominado Reformulação Curricular: documento compilador das discussões e encaminhamentos das reuniões ocorridas entre NDE e Câmara Departamental. Também foi elaborado um calendário de reuniões ordinárias entre NDE e Câmara Departamental para conduzir o processo de reformulação curricular.

Com essas ações foi instaurado o Fórum Permanente de Reformulação Curricular com uma agenda exclusiva de reuniões e ações para atender as demandas de reformulação curricular. Uma das ações foi a definição de metodologia para: a) analisar comparativamente a concepção curricular de cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil melhor avaliados ou que apresentem níveis de afinidade com o currículo do curso utilizando como documento de referência o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e a respectiva matriz curricular; b) analisar a produção técnico-científica do Departamento de Biblioteconomia/Ufes sobre o curso de graduação nos últimos anos (contemplando livros, capítulos de livros, artigos, de trabalhos de conclusão de curso e relatórios de estágio obrigatório); c) definir a nova Concepção de curso; e d) relacionar/alinhar objetivos do curso e perfil do egresso definindo as competências gerais e específicas desse egresso.

Ainda no que concerne às atividades inerentes à avaliação do projeto do curso o Colegiado de Biblioteconomia, em parceria com o NDE, a partir, sobretudo, da apreciação do relatório de avaliação (IN LOCO) feita pelo Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira (INEP) em 2015, foi apresentada proposta para esta reformulação visando atender, sobretudo, a Diretrizes Nacionais para a Educação como o Parecer nº 67 do CNE/CES (que estabelece um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação); a Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe, entre outras, sobre carga horária mínima de atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. E, ainda, as que dispõe sobre a obrigatoriedade dos cursos conter no PPC, de forma transversal, temáticas relacionadas à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena (Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004); Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012) e educação ambiental ((Lei Nº 9.795, de 27/04/1999 e Decreto Nº 4.281 de 25/06/2002) e, assim, realizou-se as seguintes atividades:

- a) inserção das Atividades Complementares (ATV 02278) no Projeto Pedagógico e na matriz curricular do curso, cuja carga horária obrigatória totaliza 120 horas;
- b) inclusão no PPC da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (constava somente na grade curricular);
- c) inclusão na ementa de disciplinas (obrigatórias e optativas) de conteúdos relacionados às temáticas políticas de educação ambiental, de educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e educação em direitos humanos;



- d) criação de uma nova disciplina (Fundamentos Educacionais em Biblioteconomia) para atender a demanda oriunda de unidades de informação educativa (biblioteca escolar, comunitária, pública, etc.), verificada a partir da análise de estudos realizados no Curso;
- e) redução da carga horária do Estágio Obrigatório, passando de 270 para 210 horas, e exclusão da disciplina Inglês Instrumental da grade curricular, em decorrência de dificuldade de oferta pelo departamento do curso de Letras.

Essas ações geraram um novo PPC que passou a vigorar em 2016/1 (PPC BIBLIO-VERSÃO 2016). Para este, foram propostas e acatadas, em 2017, as seguintes atualizações/alterações:

- a) atualização das bibliografias básicas e complementares das disciplinas ofertadas pelo Departamento de Biblioteconomia (observando as orientações da Seavin);
- b) criação de uma disciplina optativa (Tópicos em Leitura) a ser ofertada pelo Departamento de Biblioteconomia;
- c) inserção na grade curricular de 19 (Dezenove) disciplinas optativas ofertadas pelo Departamento de Arquivologia (Arquitetura da Informação, Estudos Métricos da Informação, Indexação e Recuperação da Informação Arquivística, Arquivo e Sociedade, Projeto de Consultoria em Arquivos, Organização de Documentos e Informações de Instituições de Saúde, Tesouro Funcional, Serviços Educativos em Arquivo, Documentos da Produção Artística, Acervo Fotográficos em Arquivos, Análise Crítica de Procedimentos Arquivísticos, Projeto de Produtos em Arquivos, Patrimônio Cultural no Brasil, Raciocínio Lógico, Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD), Ciência de Dados, A Comunicação Pública: Mídias Sociais e Terceiro Setor, Pesquisa de Opinião: Método e Função, Prática em Tecnologia I, Tópicos Especiais em Tecnologia I, Repositórios Arquivísticos Digitais, Mediação Cultural em Arquivos, Patrimônio Cultural no Brasil, Comunicação na Sociedade da Informação, Gestão de documentos);
- d) Alterações no Regulamento de Atividades Complementares com inclusão, no quadro de caracterização, de atividades relacionadas aos temas transversais; à atividades realizadas em Organizações não governamentais (ONG'S) e instituições filantrópicas e em laboratórios;
- e) Reformulação dos objetivos do Curso (Geral e Específicos).

No ano de 2018 em ação conjunta do NDE e coordenação do Curso promoveu atualização de bibliografias básicas e complementares de algumas disciplinas e a criação de duas novas disciplinas optativas de 30 horas cada: 1) Educando para diversidade étnico-racial na Biblioteconomia, 2) Organização da Informação e do Conhecimento em Contextos Digitais, ofertadas pelo departamento de Biblioteconomia,

Em cumprimento ao que determina as Diretrizes que tratam dos temas transversais, esses foram incluídos na ementa de disciplinas obrigatórias e optativas, como poderá ser constatado na estrutura curricular, e também nas atividades complementares, mas vale ressaltar que independente de explicitação em ementas de disciplinas as temáticas são abordadas em diferentes conteúdos curriculares, em virtude, do caráter interdisciplinar do Curso como da própria natureza dos conhecimentos relativos ao campo de atuação do bibliotecário e, ainda pelo posicionamento político e formação acadêmica dos docentes que ministram as disciplinas.

Compreendemos que mediante essa abordagem qualitativa, as ações de avaliação do projeto do curso de Biblioteconomia, preconizam os princípios de participação de toda a comunidade acadêmica, conforme orientação do Sistema de Avaliação Institucional da Ufes em concordância com diretrizes nacionais do Ministério de Educação (MEC).

Objetivos Gerais do Curso

O Curso tem como objetivo formar bibliotecários em um processo de natureza multidisciplinar que institui a pesquisa como um princípio educativo, que posiciona o discente como parte do processo de construção de conhecimento e de saberes, articulando as características humana, profissional, ética e cidadã para uma atuação crítica e consciente do seu papel político na sociedade e do agir de modo proficiente com o mundo do trabalho.

Objetivos Específicos



- Contribuir com uma gestão de projetos que possibilite a elaboração, a execução e a avaliação de planos de ações e programas que atendam às demandas sociais da área de informação, educação, cultura, ciência, tecnologia e negócios.
 - Engendrar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação demandadas na contemporaneidade, ao promover programas de competência em informação.
 - Criar condições institucionais para que os discentes se apropriem de informações técnicas requeridas na prática profissional como recursos facilitadores ao alcance dos objetivos em diversos e diferenciados ambientes de atuação profissional.
 - Levar o discente ao processamento da informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação.
 - Possibilitar uma compreensão acerca da necessidade de criação de serviços e produtos relacionados com o processamento, transferência e uso da informação tendo em vista o uso das tecnologias de informação e comunicação.
 - Levar o discente à compreensão de vínculos fundamentais entre as atividades de gestão e organização/recuperação da informação ao perseguir uma atuação centrada no ambiente organizacional e nos interesses dos usuários.
 - Propiciar à assimilação de valores éticos como componente das atividades informativas, na perspectiva da prevenção de possíveis danos ao usuário.
 - Propiciar o desenvolvimento e o fortalecimento de valores éticos como elementos facilitadores do relacionamento interpessoal e em equipe.
 - Proporcionar a articulação da teoria e da prática no campo da Biblioteconomia e áreas afins trabalhando com atividades extensionistas que consigam envolver a comunidade interna e externa à Universidade, ao traduzir a, as especificidades de sujeitos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação.
 - Colaborar para o desenvolvimento de uma atitude investigativa no campo da pesquisa, ao fortalecer uma práxis em contextos de trabalhos que assumam abordagens inter e transdisciplinar no âmbito local, regional e nacional.
 - Prever o desenvolvimento de atividades profissionais autônomas, incentivando o discente a identificar e atuar em nichos de mercado emergente.
 - Trabalhar em contextos de busca, recuperação, avaliação e uso efetivo da informação, ao atender a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.
 - Incentivar a pesquisa científica como instrumento de aperfeiçoamento profissional e construção contínua de conhecimento sobre a área.
 - Impulsionar o desenvolvimento do pensamento crítico utilizando as metodologias de ensino e de aprendizagem adotadas nas diferentes disciplinas do curso.
- Isto posto, o Curso de Biblioteconomia da Ufes entende que neste tempo a formação do bibliotecário, no sentido essencial de melhores maneiras de agir - "forma-ção", requer o conhecimento de competências

Metodologia

A Metodologia como parte indissociável do ato pedagógico, não é neutra, uma vez que cada procedimento adotado será revestido da intencionalidade dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, quais sejam: o professor e seus alunos. No entanto, por meio da metodologia deve-se buscar superar o processo de fragmentação entre teoria e prática, muitas vezes imposta ao ato educativo, promovendo assim a integração necessária entre as várias dimensões que perpassam o ato de educar. Assim, se o trabalho educativo deve ser compreendido numa visão de totalidade social, não é possível desconsiderar que as estratégias de ensino também são determinadas pelo social e pelo político, ao mesmo tempo em que nessas dimensões interfere.

Mediante tal compreensão o curso de Biblioteconomia se orienta na busca por uma metodologia que seja o contraponto da prática meramente reprodutora de conhecimento e que pode comportar, enquanto método de ensino, uma infinidade de outras técnicas que venham a auxiliar no processo de produção de conhecimento na Universidade, visando ampliar o saber biblioteconômico e ao mesmo tempo garantir a qualidade do ensino de graduação em Biblioteconomia. Assim, busca associar a teoria e a prática de modo a favorecer o processo ensino e aprendizagem, utilizando-se de tecnologias da informação e comunicação como



ferramentas de apoio pedagógico como softwares para trabalho colaborativo suportado por computador, análise estatística, criação de base de dados, ambiente virtual de aprendizagem entre outras que possam ser aplicadas aos conteúdos curriculares ou extracurriculares. Para desenvolvimento das aulas práticas o curso de Biblioteconomia conta com três laboratórios do CCJE (comuns a todos os cursos): Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Sala Informatizada e, ainda específico do curso: Núcleo de Editoração e Normalização; Laboratório-Biblioteca de Ensino Maria de Fátima Barreto; Núcleo de Sistemas de Informação Digital; Núcleo de Tratamento e Preservação.

Apoiado numa metodologia que possibilita o confronto entre a teoria e a prática na formação acadêmica e profissional do graduando em biblioteconomia, o processo de avaliação permite ao professor diagnosticar o grau de apropriação dos conhecimentos inerentes ao campo da Biblioteconomia, considerando as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil e orientações da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação-ABECIN, de modo a possibilitar avaliar a aprendizagem de cada aluno construída a partir de três focos principais:

- Diagnóstico inicial: As primeiras aulas funcionam como referência, para o professor detectar e registrar as características de cada graduando (dificuldades e habilidades) na disciplina a ser ministrada. O objetivo da avaliação diagnóstica é evitar, no momento da avaliação da aprendizagem, a adoção de um só padrão avaliativo para todos e, assim poder acompanhar o desenvolvimento de cada aluno.
- Valorização da metodologia de ensino proposta: Considerando a importância de avaliar não só a frequência, a valorização e a participação nas aulas expositivas dialogadas, tornam-se relevante também observar a sua participação em outras formas de atividades de ensino, que compõem a cultura educacional universitária (seminários, debates, palestras, extensão universitária, pesquisa, etc.). O objetivo da avaliação formativa é ampliar a percepção do educando sobre as características operativas do ensino superior, levando-os a compreenderem as diferentes técnicas de ensino acadêmico, mas também a agirem cooperativamente, respeitando o coletivo e lidando com as próprias limitações e as dos seus colegas, etc.

De modo geral, a avaliação da aprendizagem do discente é realizada individualmente, por disciplina (obrigatória ou optativa), sob responsabilidade do professor. Em suma a avaliação corresponde à apuração da frequência das aulas e da pontuação obtida pela avaliação dos trabalhos acadêmicos, por meio das seguintes metodologias de avaliação:

1. Provas teóricas versando sobre temas abordados em sala de aula.
2. Exercícios em sala de aula, orientados pelo professor, podendo ser individual ou em grupo.
3. Exercícios extraclasse.
4. Provas práticas.
5. Apresentação de seminários individuais ou em grupo sobre temas relacionados aos conteúdos ministrados nas disciplinas.
6. Relatórios versando sobre temas específicos como observações realizadas em atividades de campo ou visitas técnicas.

De acordo com o Regimento Geral da Ufes é exigido que cada professor realize no mínimo duas atividades avaliativas em cada disciplina (sem levar em consideração a prova final). Porém, a prova final, abrangendo o programa lecionado em cada disciplina, é submetida ao discente que obtiver, no semestre letivo, média inferior a 7,0 (sete). As notas atribuídas, na avaliação das atividades escolares e na prova final, serão expressas em valores numéricos, variando de zero a dez.

Em casos que o estudante precise fazer prova final, será considerado aprovado, aquele que, após a prova final, tiver satisfeito as exigências da frequência e obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco). O parâmetro para apuração da nota final consiste na somatória da média acumulada no semestre e da nota obtida na prova final, cujo resultado divide-se por dois (2). Será considerado reprovado o discente que obtiver nota inferior a 5 (cinco) nas disciplinas do curso após a prova final e/ou tiver frequência inferior a 75% nas aulas. De acordo com Regulamento da Ufes, o discente que for reprovado em qualquer disciplina de caráter obrigatório deverá repeti-la em período subsequente. Se a reprovação for em disciplina optativa poderá repeti-la ou substituir por outra da mesma classe (UFES. Regimento Geral. Acesso 2018). As atividades de avaliação, assim como os critérios, pesos e periodicidade das mesmas constarão nos Panos



de Ensino da Disciplina aprovados, semestralmente, pelo departamento responsável pela oferta e disponibilizado no portal do professor.

Perfil do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos brasileiros de biblioteconomia (2002):

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (CNE; CES, 2002).

Partindo desse princípio o documento recomenda que dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação, tais como:

Gerais:

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Específicas:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

De acordo com Muller (1989, p. 63) perfil profissional é o “[...] conjunto de conhecimentos, qualidades e competências próprias dos integrantes de uma profissão”. Considerando que um perfil profissional é produzido a partir de competências como assinalam as DNC, concordamos com Fierro (apud VALENTIM, 2000, p. 17, tradução nossa) que competência é a “[...] capacidade adquirida no final um processo de formação que se expressa em habilidades intelectuais, sociais, psicológicas e afetivas, isto é, inclui atitudes, conhecimentos, e condutas implícitas no desenvolvimento humano”.

De acordo com as conclusões tiradas durante o IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecologia y Ciencia de La Información Del Mercosul (apud VALENTIM, 2000, p. 17, tradução nossa) competências profissionais “[...] o conjunto das habilidades, das agilidades (destrezas), das atitudes e dos conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecível e aceitável”.

Trazendo as discussões abordadas nos parágrafos anteriores sobre o perfil bibliotecário para a



realidade brasileira, podemos verificar que de acordo com Valentim (2000, p. 4), o delineamento do perfil do bibliotecário brasileiro passa também pela análise de seis pontos os quais, podem ser assim dimensionados: 1) Realidade: a) saber separar a situação real da situação ideal; b) conhecer os pontos fracos e fortes da área; c) - ter noção de conjunto; d) ter consciência do país. 2. Identidade: a) saber quem somos, b) o que queremos, c) qual o nosso objeto de trabalho, d) queremos chegar e qual a nossa estratégia profissional. 3. Foco: a) em são nossos clientes reais. 4. Processos: a) nossa matéria-prima de trabalho, b) nossos produtos informacionais, nossos serviços. 5) Recursos: a) quais as tecnologias atuais e quais as tendências para as tecnologias de informação no próximo milênio e as competências e habilidades necessárias ao profissional de hoje e quais serão no futuro e, 6) as Perspectivas para o futuro.

Analisando as proposições de Valentim (2000) concluímos que os mesmos colocam em questão a própria profissão do bibliotecário, ao mesmo tempo instiga uma reflexão sobre a ação bibliotecária, sobre o profissional e sua prática, sobre o profissional e o perfil desejável em face das demandas sociais. Todavia, não obstante as ponderações de Valentim (2000), teoricamente, dão livre arbítrio ao bibliotecário brasileiro para escolher o viés profissional que deseja seguir durante a sua caminhada, o fato é que o perfil desses profissionais vem sofrendo profundas mudanças no Brasil desde a criação do primeiro curso de Biblioteconomia.



ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

A informação e o conhecimento têm assumido novas funções na sociedade contemporânea. Devido a esse fato as áreas que têm a informação como objeto de estudo e de trabalho se veem condicionadas a acompanharem esse processo mudança em termos práticos e teóricos. Entretanto, para acompanhar esse quadro evolutivo, sem, contudo “[...] seguir os ditames de um fatalismo determinado pelas condições de mercado” (VALENTIM, 2002, p. 12), a Biblioteconomia, que têm como objeto a informação, vem investindo na reflexão das suas dimensões epistemológicas tendo como eixos norteadores o ensino e a atuação profissional. Nesse sentido, Valentim (2002, p. 13) orienta sobre

A necessidade imprescindível de uma base conceitual para a formação do profissional da informação é que essa explique o porquê das práticas cotidianas que ensinam a operar, mesmo que estas práticas tenham se modificado na passagem da cultura da informação oral para a cultura eletrônica e um novo arcabouço teórico seja necessário.

Nessa mesma linha de pensamento, inúmeras ideias vêm sendo compartilhadas recomendando-se um modelo formativo que leve a uma práxis bibliotecária focada no processo de transferência da informação em detrimento da supervalorização das técnicas de tratamento da informação. Com isso, a Biblioteconomia brasileira logrou espaço para o exercício de uma prática profissional fundamentada numa nova concepção do seu objeto. Essa nova maneira de conceber o seu objeto - a informação - relaciona-se com

A substituição dos paradigmas tradicionais das profissões da informação como consequência do impacto das novas tecnologias sobre o processamento, a transmissão, a organização e o acesso virtual - tudo contribui para repensar competências, habilidades e estratégias de formação para um exercício profissional satisfatório (CUNHA, 2000, p. 71).

Em virtude desse fato, Cunha e Crivelari (2004, p. 51) reconhecem que “As mudanças na estrutura do ensino evidenciam o processo de transformação do próprio arcabouço teórico-científico da profissão que busca para os seus diplomados a ampliação do quadro de qualificações e das possibilidades do mercado de trabalho”.

Neste ensejo, sistematizamos nos parágrafos seguintes a produção acerca da concepção curricular apoiados nas recomendações da ABEBD, atual Abecin, elencadas por Guimarães (citado por CASTRO, 2000, p. 10), entre as quais enfatizamos

[...] a necessidade das escolas desviarem o seu foco de atenção dos conteúdos curriculares para o delineamento de concepções curriculares, pautados em um perfil profissional cuja formação se almeja. Desse modo, o currículo atuaria como a concretização de uma dada visão de mundo, em um dado contexto.

Aliado a isto é premente a necessidade de refletir esta concepção tendo como referenciais os dispositivos legais e institucionais que vêm norteando as ações em torno da formação profissional do bibliotecário na contemporaneidade.

Os cursos formadores distribuídos pelo Brasil, conscientes das mudanças e novas exigências sociais, estão modificando os seus currículos, no sentido de formar um indivíduo que seja capaz de decodificar as demandas da sociedade, mas também correlacioná-las às aptidões e competências informacionais adquiridas, durante o processo de formação inicial ou continuada.

Na área da Educação, observamos mudanças significativas que envolvem todos os níveis de ensino. No ensino superior, os impactos são consideráveis à medida que se busca não só redefinir o papel e o compromisso político-social das universidades como também fortalecer a pesquisa e atender por meio da extensão significativo contingente populacional historicamente alijado desse nível de ensino e, principalmente, formar profissionais crítico-reflexivos, capazes



de aliarem educação/política/sociedade, de tal modo que centrem suas ações no princípio da cidadania como patrimônio cultural. Portanto, das instituições de ensino superior são exigidas releituras nas [...] formas de pensar, sentir e atual sobre essa realidade [da sociedade da informação/sociedade do conhecimento], que não se apresenta de modo linear, num continuum de causa e efeito, mas, de modo plural, numa multiplicidade e complexidade inscritas em redes e conexões, ampliando nossa inserção no mundo (FÓRUM..., apud CASTRO, 2002, p. 25).

Neste contexto, então, o currículo é a ação dinâmica desencadeada pela vivência de um plano curricular. São todas as experiências que cada aluno vive em um programa de educação que utiliza, no seu planejamento, as informações de teorias e pesquisas e os resultados de experiências passadas e presentes (CÂMARA apud GUIMARÃES, 20002, p. 49).

Enfim, por ser assim entendido, o currículo tal qual a vida, também deve ser entendido como algo mutável, portando, desvencilhado da ideia de algo estático, acabado, definitivo, como afirma Polke (apud GUIMARÃES, 2002, p. 49).

Mas, como mostra Pillet (1995), nem sempre o termo currículo foi entendido dessa maneira. Durante muito tempo foi utilizado de forma restritiva para designar uma relação de matérias e disciplinas como conjunto de conhecimento logicamente sistematizado. No entanto, mais recentemente o termo passou a ser empregado de forma mais ampla, referindo-se ao fazer pedagógico de uma instituição de ensino, que resulte, como registra Maragliano (1986), na articulação interna do curso em seu conjunto, qual seja, o item formativo no qual se inserem de forma orgânica os currículos específicos (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Em síntese, os saberes da profissão que compõem o currículo, são apresentados mediante estruturas curriculares, que por sua vez, referem-se mais especificamente às grades (conjunto de disciplinas com seus conteúdos e cargas horárias), que se constituem no meio pelo qual o currículo desejado é operacionalizado em cada escola (GUIMARÃES, 20002, p. 52).

Portanto, o currículo desejado deve refletir as aspirações coletivas, como sinalizado anteriormente, cujos conteúdos devem ser o caminho para a formação almejada por essa coletividade. Assim entendido, um currículo não é tarefa de um ou de outro apenas, tampouco se concretiza isolado do contexto em que os indivíduos se encontram e convivem. Por ser assim concebido, o currículo escolar deve ser construído coletivamente por alunos, professores, pessoal administrativo, associações de classe - porquanto seus “[...] conteúdos e suas formas últimas não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configuram” (SACRISTÁN, 2000). Logo, dirige-se a determinada realidade, serve a determinados meios, operacionaliza-se enfim, num contexto em que é o que lhe dá sentido real. Daí, a teoria que deve sustentar o processo de construção nos currículos dos cursos de Biblioteconomia com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, os currículos dos cursos devem adotar uma fundamentação crítico-dialética, visto que essa põe em evidência as realidades que os condicionam (CASTRO, 2002, p. 26-27).

Partindo desses pressupostos, as diretrizes curriculares devem ser articuladas com as especificidades dos cursos e adotar uma perspectiva de ruptura com a rigidez curricular e com o corporativismo docente que resulta, quase sempre, em transmissão e apreensão de conhecimentos que dicotomizam a realidade externa à sala de aula. Portanto, os princípios que norteiam as propostas das diretrizes curriculares são a flexibilidade da organização dos cursos e a consciência da diversidade/ heterogeneidade do conhecimento do aluno, no que se refere tanto à sua formação anterior, quanto aos seus interesses e expectativas em relação aos atuais e futuro exercício da profissão.

Considerando as recomendações da ABECIN, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a formação do bibliotecário (BRASIL, 2001) e os eixos articuladores e norteadores dos cursos da Ufes, o curso de Biblioteconomia, por meio do seu currículo, proporciona a flexibilização na formação do bacharel por meio de diferentes ênfases temáticas abordadas pelas disciplinas obrigatórias e optativas do currículo, tendo em vista o caráter interdisciplinar do Curso e sua interface com outras áreas do conhecimento como a História, Educação, Psicologia, Administração, Sociologia, Filosofia, Artes, Arquivologia, Letras, matemática, etc.



Assim, buscamos otimizar a disponibilidade de tempo livre por meio da organização dos horários; ofertar disciplinas optativas nas diferentes abordagens temáticas relacionadas às áreas de conhecimento do curso; aproveitamento de disciplinas, para além da matriz curricular, cursadas na modalidade Eletiva em distintos cursos da Universidade, e de livre escolha do aluno, que possam enriquecer a formação do acadêmico; instigar a participação dos alunos em projetos de pesquisa, de extensão e de ensino; instigar a participação em atividades complementares, a exemplo, as planejadas e executadas pelo curso de Biblioteconomia, como o BiblioAcolhida e Programa de Enriquecimento Curricular, que consiste em atividades como palestras, minicursos e oficinas com temáticas que circunscreve a área de Biblioteconomia e áreas afins, desenvolvidas na primeira semana de cada semestre letivo. Além disso, os alunos são incentivados a participarem da Empresa Júnior do curso de Biblioteconomia e curso de Arquivologia. Estas atividades contribuem para que os discentes interajam com situações que extrapolam a apropriação de conhecimentos acadêmicos/científicos, inserindo-os no mundo das relações sociais, por meio de atividades lúdicas que consiste a apresentação da profissão bibliotecário/bibliotecária.

Dessa maneira, a flexibilização curricular possibilita que o acadêmico do Curso seja corresponsável pela construção do seu currículo conquistando assim não apenas uma formação teórico-prática generalista, mas também aprofundando-se um pouco mais em áreas de seu maior interesse. Assim, acreditamos que seu processo de formação promoverá o desenvolvimento de sua autonomia e sua criticidade para atuar plenamente no mundo, sobretudo no mundo do trabalho.

A seguir apresentamos a evolução curricular do Curso de Biblioteconomia da UFES, buscando explicitar também a trajetória que originou a produção do currículo atual.

O CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA: A EVOLUÇÃO NA UFES

O currículo escolar "[...] é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão [...]" (MOREIRA E SILVA, apud LIMA; LOGAREZZI, 1999, p. 159).

Partindo dessa premissa, acreditamos que diversos são os ciclos que marcaram a evolução do ensino em Biblioteconomia no Brasil, cujas influências culturais podem ser demarcadas historicamente assim:

1ª fase: de 1879 a 1929, a formação foi resultante de processo informal, sob influência francesa;

2ª fase: de 1929 a 1962, os cursos criados refletiam a forte influência norte-americana;

3ª fase: de 1962 a 1990, momento em que a influência inglesa inicia sua marca em nossa formação, paralelamente à norte-americana;

4ª fase: a partir de 1996, a nova LDB traz no seu bojo a necessidade de estabelecer as "Diretrizes Curriculares Nacionais" para os cursos de graduação brasileiros e os Projetos Políticos Pedagógicos, cuja estrutura é determinada pela Resolução nº 19/2002, CNE-CES, a saber:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) os conteúdos curriculares de formação geral e de formação específica ou profissionalizante;
- d) o formato dos estágios;
- e) as características das atividades complementares;
- f) a estrutura do curso;
- g) as formas de avaliação

Tendo como base essa legislação federal a ABECIN, que já vinha promovendo discussões coletivas acerca do assunto, dá continuidade ao processo e em conjunto com as demais Escolas do MERCOSUL, recomenda que as escolas adotem as seguintes áreas curriculares para nortear o processo de reformulação curricular, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais:

ÁREA 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA BIBLIOTECONOMIA

ÁREA 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

ÁREA 3 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ÁREA 4 - RECURSOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

ÁREA 5 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (*)



ÁREA 6 - METODOLOGIA DA PESQUISA (*)

No Espírito Santo, o Curso de Biblioteconomia na UFES começou a funcionar em 1975, tendo o primeiro currículo sido implantado com duração de 3 anos, apresentando uma carga horária de 2.115 horas. Esse primeiro currículo foi reformulado e implantado no ano de 1985, com duração de 4 anos estabelecendo uma carga horária de 2.895 horas, e esteve em vigência até 1999, ocasião em que entrou em vigor o terceiro currículo, com previsão também de 4 anos, com uma carga horária de 2.820 horas.

Após 1999, somente em 2004, procedeu-se a uma pequena reformulação curricular, tendo como objetivo a supressão da disciplina Técnicas de Arquivos que teve sua carga horária redistribuída entre as disciplinas Pesquisa em Biblioteconomia, que passou de 30 para 60h, e Trabalho de Conclusão de Curso, que também passou de 30 para 60h. Esse perdura até 2007, quando passou a vigorar nova versão curricular na qual foi inserida novas disciplinas e extraídas outras e a carga horária total passou para 2.430 (duas mil, quatrocentas e trinta) horas.

A trajetória do ensino da Biblioteconomia no Brasil tem sido marcada por reflexões acerca de inúmeras temáticas que envolvem, principalmente, o perfil e a atuação do profissional em face das demandas da sociedade.

Nesse contexto, o tema currículo continua sendo o principal objeto de discussão em torno da formação do profissional da informação. A intensidade e a frequência com que esta discussão pode ocorrer depende, a priori, da intenção, da extensão e da velocidade com que os fenômenos sociais ocorrem, situações estas inerentes ao estágio de desenvolvimento pretendido em determinado momento de nossa existência. Tal pressuposto parece fazer sentido se tivermos como matriz as mudanças pelas quais vêm passando a sociedade da Era da Informação. Para muitos estudiosos, esta sociedade corresponde ao estágio de desenvolvimento social que se caracteriza pelo volume de informação que circula, em curto espaço de tempo, e pela sua capacidade de prover meios de recuperá-la, utilizá-la e transformá-la potencialmente em conhecimento. A propósito, é este estágio de desenvolvimento social que parece ser pretendido: a sociedade do conhecimento.

No âmbito do MEC, as ações direcionadas ao tema constam das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Biblioteconomia (BRASIL..., 2001), estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) de acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL..., 1996). Por meio destas diretrizes estão claras as profundas alterações que devem ser introduzidas na estrutura e organização curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia. Dentre as competências e habilidades profissionais encontram-se destacadas: - competências de comunicação e expressão; competências técnico-científicas; competências gerenciais; e competências sociais políticas.

No intuito de difundir, sedimentar e catalisar o fluxo das ideias advindas desta nova ordem, como afirmamos anteriormente, a ABECIN, juntamente com as Escolas de Biblioteconomia, e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD), vem coordenando as discussões conjuntas sobre as experiências curriculares vivenciadas pelos cursos em funcionamento no País.

Entendemos que esta movimentação faz parte da dinâmica de um processo inerente à condição de sobrevivência da profissão do bibliotecário, ao longo do tempo, com base na sua missão fundamental de responder às necessidades de informação da sociedade, em diferentes momentos de sua história política, econômica, social, cultural e educacional.

A bem da verdade, estamos transitando por um período de profundas mudanças nos nossos espaços de convivência. Nesta sociedade, os laços sociais vêm sendo construídos a partir do conhecimento legitimado e compartilhado entre indivíduos, grupos ou sociedades. Se por um lado, este enunciado pode definir o acesso à informação sem fronteiras como sendo um dos principais pilares da sociedade contemporânea; por outro lado a formação do bibliotecário prediz a existência de determinadas competências, habilidades e domínios de conteúdos que o leve a enfrentar os novos desafios desse tempo, de modo crítico e reflexivo.



Do ponto de vista da dimensão cognitiva, ética e social, podemos inferir que esse estado de coisas vem exercendo forte pressão sobre o crescimento da área de Biblioteconomia nos últimos anos, imprimindo velocidade e vigor às mudanças exigidas ao perfil profissional neste início de século. Em virtude disso, o Colegiado de Biblioteconomia e o Núcleo Docente Estruturante apresentam alterações curriculares procurando produzir uma proposta de currículo que venha a refletir as demandas da sociedade capixaba.

ESTRUTURA CURRICULAR VIGENTE

O currículo do Curso deverá prever sempre uma estrutura que permitirá ao aluno realizar um percurso com amplo grau de liberdade na escolha de alternativas para a definição de sua própria trajetória. Uma estrutura que contemple além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas. No entanto, essa trajetória será norteadada pelo objetivo que o Curso de Biblioteconomia da UFES pretende alcançar.

No que se refere ao perfil desejado para o egresso, pretende-se formar um multiprofissional, capaz de associar o conhecimento das novas tecnologias a um perfil gerencial adequado, com competência para gerir todo o processo que envolve a informação, seja a advinda do ambiente interno ou do ambiente externo do setor no qual está inserido.

A disposição dos conteúdos curriculares do Curso de Biblioteconomia pode ser vista em dois núcleos - o obrigatório e o complementar - que estão distribuídos ao longo do Curso, do primeiro ao último semestre letivo. Foi proposta uma sequência aconselhada para que o aluno possa distribuir equitativamente sua carga horária semestral de forma a não sobrecarregar um semestre em detrimento do outro.

O Núcleo de Disciplinas é composto por 61 disciplinas, sendo 35 obrigatórias e 28 optativas. Atividade Complementar, de caráter obrigatório, contempla 120 horas a ser desenvolvida de acordo com o Regulamento aprovado pelo Departamento de Biblioteconomia. O estágio obrigatório, de 210 horas, segue as especificações da regulamentação da área de Biblioteconomia. A integralização curricular totaliza 2490 horas e 145 créditos, assim distribuídas:

Núcleo de Formação Obrigatória - composto por 05 disciplinas de Fundamentação Geral, com 300 horas, 6 disciplinas Instrumentais, com 360 horas 24 disciplinas de Formação Profissional com 1590 horas.

Núcleo de Formação Complementar - o aluno deve cumprir no mínimo 120 horas de disciplinas do núcleo de formação complementar (Disciplinas optativas).

No Curso de Biblioteconomia, este núcleo foi distribuído em 8 períodos, cuja divisão obedeceu não só a categorização de abordagens como também a distribuição equitativa de carga horária ao longo do Curso. A vantagem desse percurso orientado minimamente é um mecanismo que permitirá o Colegiado de Curso uma supervisão indireta sobre a vida estudantil do educando, ajustando o planejamento da oferta de disciplinas a cada semestre letivo.

As disciplinas do curso são organizadas por núcleos de disciplinas de Formação Geral, Instrumental e Profissional. Portanto, temos um currículo composto assim:

a) Formação Geral:

Obrigatória: Sociologia Geral, Introdução à Filosofia, Comunicação e Linguagem, Psicologia Social, Cultura Brasileira.

b) Instrumentais: Língua Portuguesa, Lógica, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Estatística Aplicada, Pesquisa em Biblioteconomia e Trabalho de Conclusão de Curso.

c) Formação Profissional:

• Obrigatória: Fundamentos de Biblioteconomia, Fundamentos Educacionais em Biblioteconomia, Normalização da Informação, Representação Temática I, Representação Temática II, Representação Temática III, Evolução dos Registros do Conhecimento, Estudo de Usuários, Administração de Unidades de Informação, Planejamento de Unidades de Informação,



Organização e Métodos, Formação e Desenvolvimento de Coleções, Preservação em Unidades de Informação, Representação Descritiva I, Representação Descritiva II, Fontes de Informação, Serviço de Recuperação da Informação I, Serviço de Recuperação da Informação II, Automação de Unidades de Informação, Gerência de Recursos Informacionais, Ação Cultural, Seminário Sobre Atuação Profissional, Editoração e Estágio em Biblioteconomia;

• Complementar: Tópicos Especiais em Biblioteconomia I, Tópicos Especiais em Biblioteconomia II, Tópicos Especiais em Biblioteconomia III: Educando para a Diversidade Étnico-Racial na Biblioteconomia, Tópicos Especiais em Biblioteconomia IV: Organização da Informação e do Conhecimento em Contextos Digitais, Tópicos em Leitura, Fundamentos da Língua de Sinais Brasileira, Estudos Métricos da Informação, Indexação e Recuperação da Informação Arquivística, Arquivo e Sociedade, Projeto de Consultoria em Arquivos, Organização de Documentos e Informações de Instituições de Saúde, Tesouro Funcional, Serviços Educativos em Arquivo, Documentos da Produção Artística, Acervo Fotográficos em Arquivos, Análise Crítica de Procedimentos Arquivísticos, Projeto de Produtos em Arquivos, Patrimônio Cultural no Brasil, Raciocínio Lógico, Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD), Ciência de Dados, Arquitetura da Informação, A Comunicação Pública: Mídias Sociais e Terceiro Setor, Pesquisa de Opinião: Método e Função, Prática em Tecnologia I, Tópicos Especiais em Tecnologia I.

Nesta estrutura curricular está contemplado, de maneira transversal, as disposições legais para as temáticas relacionadas à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena; Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental. Esses temas, em transversalidade, são retratados nas ementas das seguintes disciplinas obrigatórias: 1) Comunicação e Linguagem (BIB10087) “a representação dos negros e dos povos indígenas nos meios de comunicação”; 2) Planejamento de Unidades de Informação (BIB03900), aborda a questão relacionada à educação ambiental enfatizando “a sustentabilidade e planejamento socioambiental nas unidades de informação”; 3) Preservação em Unidades de Informação (BIB10089), trata da questão meio ambiente e educação ambiental no item “preservação e conservação em unidades de informação”; 4) Seminário sobre Atuação Profissional (BIB03909) aborda a temática relacionada ao “reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário”; 5) Ação Cultural contempla a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena com a temática “multiculturalismo”; e 6) na disciplina obrigatória Cultura Brasileira (CSO01559). Na ementa das disciplinas optativas: 1) Tópicos Especiais em Biblioteconomia I, abordando o tema valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira no contexto da unidade de informação e em Educando para Diversidade Étnico-Racial na Biblioteconomia.

Em relação ao tópico especial Educação em Direitos Humanos na Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da PROAECI foram definidas ações e projetos dos quais alguns encontram-se em andamento:

- proposições de diretrizes para orientar a promoção dos direitos humanos, criando ou apoiando projetos, programas e ações com tal finalidade, em todos os campi da UFES;”
- celebração de parcerias com a comunidade interna, a sociedade civil e núcleos externos, além de entidades governamentais para promoção e defesa dos direitos humanos na UFES;”
- ações efetivas de direitos humanos, seguindo as diretrizes dos Programas Nacionais de Direitos Humanos I, II e III;”
- atividades para informar e educar sobre os direitos humanos da pessoa com deficiência;”
- ações para reconhecer os direitos da comunidade LGBTI na UFES;”
- encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos aos órgãos competentes (PROACI). Disponível em: <http://proaeci.ufes.br/cidadania-e-direitos-humanos>. Acesso em: 30 jan. 2018).

No curso de Biblioteconomia as temáticas Educação em Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-raciais é contextualizada na disciplina obrigatória Fundamentos Educacionais em Biblioteconomia, embora na ementa não esteja explícito. No contexto da disciplina a educação é compreendida, e assumida, como processo de constituição humana, assim acredita-se, como Bazílio e Kramer (2011), que nesse processo a educação deve ser “fundada no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero e classe social”. Nesse sentido, os conteúdos da disciplina são desenvolvidos a partir de uma base teórica que toma o sujeito do processo educativo como Ser de saber e de fazer imerso em



contextos sociais, político e econômico em constantes transformações. Ou seja, os autores dessa fundamentação teórica creditam à educação condição/possibilidade de emancipação e combate à exclusão social. Desse modo, as temáticas Educação e Direitos Humanos e de Educação das Relações Étnico-raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, perpassam todos os conteúdos por meio das vozes (textos) dos autores das obras que compõem a bibliografia (básica e complementar) da disciplina. Por outro lado, pautada no princípio do dialogismo bakhtinano e freiriano, a metodologia de ensino privilegia reflexões e debates dos sujeitos do processo ensino aprendizagem, fortalecendo o despertar da consciência dos alunos acerca dos temas e, sobretudo, do fazer/Ser bibliotecário imerso numa sociedade injusta e desigual, na qual pode exercer papel fundamental de mediador da informação e do conhecimento e, assim, propiciar melhoria da qualidade dos processos educativos.

A temática Direitos Humanos é abordada também na disciplina Tópicos em Leitura (optativa, 60h) no item “direito à leitura”. Está inserida também no Regulamento de Atividades Complementares (Participação em eventos técnico-científicos e culturais nas modalidades de congressos, seminários, simpósios, encontros, conferências, cursos jornadas, minicursos, etc., afins à temática Direitos Humanos). Além disso, o NDE tem conduzido a partir de 2017 as ações de elaboração do novo PPC do curso cuja temática será contemplada em conjunto maior de disciplinas.

Quadro Resumo da Organização Curricular

Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	2490 horas
Carga Horária Obrigatória	2040 horas
Carga Horária Optativa	120 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	0 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas
Atividades Complementares	120 horas
Estágio Supervisionado	210 horas
Turno de Oferta	Noturno
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	6.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	30 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	510 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	40 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	40 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	80 alunos
Prática como Componente Curricular	-

Disciplinas do Currículo

Observações:

T - Carga Horária Teórica Semestral

E - Carga Horária de Exercícios Semestral

L - Carga Horária de Laboratório Semestral

OB - Disciplina Obrigatória

OP - Disciplina Optativa

EC - Estágio Curricular

EL - Disciplina Eletiva

Disciplinas Obrigatórias			Carga Horária Exigida: 2040				Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
1º	Departamento de Biblioteconomi	BIB01775	FUNDAMENTOS DE BIBLIOTECONOMIA	4	60	60-0-0		OB



	a							
1º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10086	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I	3	60	45-0-15		OB
1º	Departamento de Ciências Sociais	CSO00176	SOCIOLOGIA GERAL	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de Filosofia	FIL00428	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	4	60	60-0-0		OB
1º	Departamento de Línguas e Letras	LET02630	LINGUA PORTUGUESA	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03888	NORMALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	3	60	45-15-0		OB
2º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03890	EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03895	EDITORACAO	4	60	60-0-0		OB
2º	Departamento de Filosofia	FIL01782	LOGICA	4	60	60-0-0	Disciplina: FIL00428	OB
2º	Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento	PSO01562	PSICOLOGIA SOCIAL	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03899	REPRESENTACAO DESCRITIVA I	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB01775	OB
3º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10087	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10091	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA I	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB01775 Disciplina: FIL01782	OB
3º	Departamento de Ciências Sociais	CSO01559	CULTURA BRASILEIRA	4	60	60-0-0		OB
3º	Departamento de Estatística	STA03927	ESTATISTICA APLICADA	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB10086	OB
4º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03889	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB01775	OB
4º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03891	REPRESENTACAO DESCRITIVA II	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB03899	OB
4º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03893	FONTES DE INFORMAÇÃO	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB03899	OB
4º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03894	REPRESENTACAO TEMATICA II	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB10091	OB



4º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10088	METODOS E TECNICAS DE PESQUISA	3	60	45-0-15	Disciplina: STA03927	OB
5º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03896	REPRESENTACAO TEMATICA III	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB10091	OB
5º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03900	PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE INFORMACAO	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB03889	OB
5º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10089	PRESERVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMACAO	3	60	45-0-15	Disciplina: BIB03889 Disciplina: BIB03891	OB
5º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10120	ACAO CULTURAL	4	60	60-0-0		OB
5º	Departamento de Biblioteconomia	BIB12434	FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS EM BIBLIOTECONOMIA	4	60	60-0-0		OB
6º	Departamento de Administração	ADM01815	ORGANIZACAO E METODOS	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB03889	OB
6º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03901	AUTOMACAO DE UNIDADES DE INFORMACAO	3	60	45-0-15	Disciplina: BIB10086 Disciplina: BIB03900	OB
6º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03904	SERVICO DE RECUPERAC DA INFORMACAO I	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB03893 Disciplina: BIB03894	OB
6º	Departamento de Biblioteconomia	BIB10090	ESTUDO DE USUÁRIOS	3	60	45-15-0	Disciplina: BIB10088 Disciplina: BIB03900	OB
7º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03897	FORMACAO E DESENVOLVIMENTO DE COLECOES	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB10090	OB
7º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03910	SERVICO DE RECUPERAC DA INFORMACAO II	2	30	30-0-0	Disciplina: BIB03904	OB
7º	Departamento de Biblioteconomia	BIB04994	PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB10088 Disciplina: BIB10090	OB
8º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03905	GERENCIA DE RECURSOS INFORMACIONAIS	4	60	60-0-0	Disciplina: BIB03900	OB
8º	Departamento de Biblioteconomia	BIB03909	SEMINARIO SOBRE ATUACAO PROFISSIONAL	2	30	30-0-0	Disciplina: BIB12889	OB
8º	Departamento de Biblioteconomia	BIB04995	TCC	2	60	0-60-0	Disciplina: BIB04994	OB



Disciplinas Optativas			Carga Horária Exigida: 120			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB03913	TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA I	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB03914	TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA II	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB03915	TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA III	2	30	30-0-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB03916	TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA IV	2	30	30-0-0		OP
-	Departamento de Linguagens, Cultura e Educação	LCE06306	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12954	ARQUIVO E SOCIEDADE	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12951	INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICAS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12947	ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12952	TESAURO FUNCIONAL	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12955	SERVIÇOS EDUCATIVOS EM ARQUIVOS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12958	DOCUMENTOS DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12948	ACERVOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12953	ANÁLISE CRÍTICA DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICAS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12946	ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12960	PROJETO DE CONSULTORIA EM ARQUIVOS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12959	PROJETO DE PRODUTOS EM ARQUIVOS	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12962	PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12929	RACIOCÍNIO LÓGICO	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV13049	SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS (SGDB)	2	60	30-15-15		OB



-	Departamento de Arquivologia	ARV12967	CIÊNCIAS DE DADOS	2	60	30-15-15		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12966	ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO	2	60	30-15-15		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12969	A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: MÍDIAS SOCIAIS E TERCEIRO SETOR	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12970	PESQUISA DE OPINIÃO: MÉTODO E FUNÇÃO	3	60	45-15-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12971	PRÁTICA EM TECNOLOGIA I	1	30	0-30-0		OP
-	Departamento de Arquivologia	ARV12972	TÓPICOS ESPECIAIS EM TECNOLOGIA I	1	30	15-15-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB14869	EDUCANDO PARA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECONOMIA	2	30	30-0-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB14870	TÓPICOS EM LEITURA	4	60	60-0-0		OP
-	Departamento de Biblioteconomia	BIB14871	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM CONTEXTOS DIGITAIS	2	30	30-0-0		OP

02 - Estágio Supervisionado			Carga Horária Exigida: 210			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
7º	Departamento de Biblioteconomia	BIB12889	ESTÁGIO EM BIBLIOTECONOMIA	7	210	0-210-0	Disciplina: BIB03889 Disciplina: BIB03891 Disciplina: BIB03893 Disciplina: BIB03894 Disciplina: BIB03896	OB

Atividades Complementares

	Atividade	CH Máxima	Tipo
1	ATV02280 Atividades de extensão na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia	20	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
2	ATV02281 Atividades de extensão em áreas afins	10	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
3	ATV02282 Participação em Projetos ou Programas de Extensão em Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário	30	Atividades de pesquisa, ensino e extensão



	Atividade	CH Máxima	Tipo
4	ATV02284 Participação em projetos de ensino ou programas de iniciação à docência em Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário	30	Atividades de pesquisa, ensino e extensão
5	ATV02292 Estágio não curricular em Biblioteconomia (mínimo de um semestre)	60	Estágios extracurriculares
6	ATV02283 Participação em pesquisas ou programas de iniciação científica fomentados por Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário	30	De iniciação científica e de pesquisa
7	ATV02285 Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos das áreas de Ciência da Informação ou Biblioteconomia, como congressos, seminários, simpósios, encontros, conferências, jornadas, oficinas, etc.	40	Outras atividades
8	ATV02286 Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos e culturais de áreas afins de Ciência da Informação ou Biblioteconomia, como congressos, seminários, simpósios, encontros, conferências, jornadas, oficinas, etc.	20	Outras atividades
9	ATV02295 Participação em cursos de curta duração, aperfeiçoamento, minicursos ou oficinas relacionados às áreas de Ciência da Informação ou Biblioteconomia e afins	30	Outras atividades
10	ATV02288 Apresentação de trabalhos técnico-científicos e culturais em eventos da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia	60	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
11	ATV02289 Apresentação de trabalhos técnico-científicos e culturais em eventos de áreas afins à Ciência da Informação ou Biblioteconomia	45	Apresentação de Trabalhos - Congressos e Eventos
12	ATV02287 Participação como membro na organização de eventos técnico-científicos e culturais na área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia, como congressos, seminários, simpósios, encontros, conferências, jornadas, oficinas, etc.	30	Organização de Eventos
13	ATV02293 Atividade de representação estudantil em mandatos específicos	30	Organização estudantil
14	ATV02290 Autoria de volume, capítulo, artigo, resenha ou resumo publicados em livro, em periódicos ou em anais da área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia	60	Produção técnica, artística e teórica
15	ATV02291 Organização, compilação, edição e coordenação e coletâneas	45	Produção técnica, artística e teórica



	Atividade	CH Máxima	Tipo
16	ATV02296 Produção artística ou cultural na área de Biblioteconomia ou Ciência da Informação	45	Produção técnica, artística e teórica
17	ATV02279 Curso de Língua Estrangeira	30	Cursos extracurriculares
18	ATV02294 Visitas técnicas, excursões acadêmicas e similares a instituições da área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia	20	Visitas Técnicas Monitoradas

Equivalências

Currículo do Curso

Disciplina: **BIB01775 - FUNDAMENTOS DE BIBLIOTECONOMIA**

Ementa

Introdução ao estudo da Biblioteconomia e da Informação. O ciclo da comunicação e da informação. Unidades de informação: conceituação, objetivos, e funções. O bibliotecário e a socialização do conhecimento. Análise da profissão nos contextos regional e nacional. Organização da atividade profissional.

Objetivos

1. Apresentar o Curso de Biblioteconomia, a profissão e o mercado de trabalho na área.
2. Desenvolver no estudante uma visão ampla sobre a Ciência da Informação e Biblioteconomia e suas entidades de classe, bem como as frentes de trabalho no contexto da sociedade do conhecimento.
3. Conhecer as habilidades e competências exigidas do profissional bibliotecário, tendo como base a ética profissional. Conceituar as unidades de informação biblioteconômicas buscando conhecer os seus objetivos e as suas funções junto à sociedade.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Marlene de et al. Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2011. VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. VIERIA, Ronaldo. Introdução à teoria geral da biblioteconomia. Niterói, RJ: Interciência, 2014.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Edson Nery da. Introdução a biblioteconomia. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007. ORTEGA Y GASSET, J. Missão do bibliotecário. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009. SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). O profissional da informação em tempo de mudanças. São Paulo: Alínea, 2005. 102 p. SOUZA, Francisco das Chagas de. O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX. 2. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009. 189p.



Disciplina: BIB10086 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I**Ementa**

Terminologia básica, arquitetura de computadores, sistemas operacionais, arquivos e banco de dados. Programas de apoio, aplicativos. Noções básicas de redes e comunicação de dados.

Objetivos

Possibilitar ao estudante uma visão ampla sobre os recursos digitais e sua importância nas organizações atuais, com foco na utilização em Bibliotecas. Serão apresentados conceitos sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O computador e seus componentes serão revisados. Serão apresentados conceitos sobre os sistemas operacionais e exemplificados os mais utilizados nas organizações atuais. Será discutido sobre Segurança Digital e seus impactos na economia da informação. Apresentar conceitos e exemplos de Software Livre. Redes de computadores e seu emprego nas organizações. Uso do MS-Excel.

Bibliografia Básica

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. xx, 484 p. NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2014. xvii, 619 p. O'Brien, J. Sistemas de informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet . São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 270 p. LÉVY, Pierre. O que é o virtual?. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996. 157 p. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Angelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 219 p.

Disciplina: CSO00176 - SOCIOLOGIA GERAL**Ementa**

As condições históricas do surgimento da sociologia. A revolução industrial, a revolução francesa e a situação intelectual. A Sociologia como ciência. O objeto da sociologia, a identidade sujeito- objeto, a diversidade de abordagens, as abordagens como sistematização de visões de mundo, os princípios de integração e contradição. Sociologia da Sociedade Brasileira.

Objetivos

1. compreender a problemática teórica da sociologia clássica a partir da abordagem do cotidiano da realidade contemporânea;
2. evidenciar como trabalha a sociologia enquanto ciência que estuda a realidade social;
3. apresentar noções iniciais das principais correntes do pensamento sociológico;
4. refletir criticamente sobre o mundo em que vive

Bibliografia Básica

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. OLIVEIRA, Marcia Gardênia de. Um Toque de Classicos: DURKHEIM, MARX E WEBER. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2001.
DURKHEIM, Emile. A divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes. Lisboa: Presença: 1999.
ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos: uma visão humanística. Petrópolis: vozes, 1994.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Brasília: Editora da UNB. 2004.

Bibliografia Complementar

COHN, Gabriel. Sociologia. Para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1977.
BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 42



BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GIDDENS, Anthony. Sociologia: uma breve porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Disciplina: FIL00428 - INTRODUCAO A FILOSOFIA

Ementa

O que é Filosofia. As questões centrais da tradição filosófica. Análise filosófica do mundo atual. Filosofia e conhecimento. Filosofia contemporânea. Temas de Filosofia para formação acadêmica específica do curso.

Pré-requisito: não há.

Objetivos

1. Conhecer e Aplicar importantes temas filosóficos a partir de um panorama dos movimentos mais significativos da história do pensamento ocidental.
2. Desenvolver atividades de análise e reflexão que, além de possibilitarem a fixação do conteúdo básico, estimulam o desenvolvimento do raciocínio, do questionamento, da discussão filosófica.
3. Refletir a filosofia e sua articulação interdisciplinar (impulsionando ou catalizando outras áreas do conhecimento) na busca de compreender a realidade.

Bibliografia Básica

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

2. CHAUI, Marilena . Convite à Filosofia. São Paulo: Ática 1988.

3. OLIVEIRA, Admardo S. et.al. Introdução ao pensamento filosófico. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Bibliografia Complementar

1. BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar. 8 ed. Rio de Janeiro: Record. 1980.

2. BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao pensar. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

3. CORBISIER, R.C.de A. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

4. CYRINO, Hélio. Filosofia hoje. 5 ed. Campinas: Papirus, 1986.

5. GILES, T.R. Introdução à filosofia. São Paulo: EPU/ Edusp, 1979.



Disciplina: LET02630 - LINGUA PORTUGUESA

Ementa

Leitura e produção de textos como práticas de linguagem. Análise das produções dos alunos.

Objetivos

- Ler, com compreensão, textos de diferentes gêneros discursivos, especialmente os acadêmicos.
- Produzir textos de variados gêneros, especialmente os acadêmicos.
- Analisar o próprio desempenho como leitor e produtor de textos, preparando-se para atividades acadêmicas e profissionais.

Bibliografia Básica

ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. (Orgs.). Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, E. Texto, discurso e ensino. São Paulo: Contexto, 2009.
KOCH, I.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
_____. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
MACHADO, A. R. Resenha. São Paulo: Parábola, 2004.
SANTOS, L. W.; TEIXEIRA, Claudia de Souza. ; RICHE, R. M. C. Análise e produção de textos. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Disciplina: BIB03888 - NORMALIZACAO DA INFORMACAO

Ementa

Histórico e conceituação da documentação. Organismos nacionais e internacionais de normalização. Normalização: importância e aplicação das normas de documentação da ABNT.

Objetivos

Compreender a normalização da informação como requisito essencial de padronização para garantia de qualidade formal do conhecimento e da informação.

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5892: norma para datar. Rio de Janeiro, 1989.
_____. NBR 6021: informação e documentação - publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
_____. NBR 6022: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
_____. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
_____. NBR 6024: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro, 2015.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6025: informação e documentação - revisão de originais e provas. Rio de Janeiro, 2002.
_____. NBR 6027: informação e documentação - sumário - apresentação: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
_____. NBR 6032: abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas. Rio de Janeiro, 1989.
_____. NBR 6033: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.



-
- _____. NBR 6034: preparação de índice de publicações: procedimento. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. NBR 9577: emprego de numeração de semanas. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. NBR 9578: arquivos. Rio de Janeiro, 1986.
- _____. NBR 10518: preparação de guias de bibliotecas, centros de informação e documentação. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. NBR 10519: critérios de avaliação de documentos de arquivo. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. NBR 10520: informação e documentação - apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. NBR 10525: numeração internacional para publicações seriadas - ISSN. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. NBR 10719: informação e documentação - relatório técnico ou científico - Apresentação. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. NBR 12225: títulos de lombada: títulos de lombada: procedimento. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. NBR 12676: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimentos. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. NBR 15287: informação e documentação - projeto de pesquisa -apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15437: Informação e documentação - pôsteres técnicos e científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. NBR-ISO 2108: Informação e documentação - número padrão internacional de livro (ISBN). Rio de Janeiro, 2006.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DANTAS FILHO, João Frutuoso. Noções básicas de normalização técnica. Belém: Ed. Universitária, UFPA, 1995.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

NASSER, Salem Hikmat. Fontes e normas do direito internacional: um estudo sobre a Soft Law. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

REDE METROLÓGICA RS. Avaliação da conformidade: certificação de produtos : guia prático. 2. ed. Porto Alegre, RS: FINEP, 2005.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. Avaliação de ativos intangíveis: Goodwill, capital intelectual, marcas e patentes, propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2002.



Disciplina: BIB03890 - EVOLUCAO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO

Ementa

Visão geral da história da produção e dos registros de conhecimento como reflexo da história da civilização. A produção dos suportes para registro, guarda, preservação e disseminação do conhecimento.

Objetivos

1- Obter uma visão geral do processo de comunicação da informação como reflexo do desenvolvimento da humanidade; 2- conhecer diversas fases de produção e reprodução da linguagem escrita em contextos social, econômico, político e cultural nos quais elas foram geradas; 3- identificar os diferentes suportes utilizados para o registro da informação no decorrer do percurso histórico do desenvolvimento social, cultural e econômico da humanidade; 4- Contextualizar a importância do armazenamento, da preservação, da organização e da difusão do conhecimento e da informação no decorrer da história dentro do contexto social, econômico, político e cultural da humanidade.

Bibliografia Básica

O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008. 351 p.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

Bibliografia Complementar

MANGUEL, Alberto. A biblioteca à noite. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed., il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 2001.

OLSON, David R. O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores e autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. 2. ed. Brasília: ed. UNB, 2007.

HOOKER, J. T. Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto: a história da escrita antiga. São Paulo: EDUSP: Melhoramentos, 1996.

Disciplina: BIB03895 - EDITORACAO

Ementa

Conceitos de Editora e Editoração. Visão de conjunto dos aspectos culturais, industriais e comerciais da atividade editorial. A produção da informação. Como se edita o livro: ISBN, Depósito Legal, Leis de Incentivo Cultural. Política editorial brasileira. Publicidade e venda dos livros. Reprodução de documentos. Direitos autorais.

Objetivos

Caracterizar os aspectos culturais, industriais e comerciais do mercado editorial, compreender os diversos elementos relacionados ao processo editorial ao longo da história e a importância do bibliotecário na divulgação e difusão do conhecimento.

Bibliografia Básica

EMANUEL, Araujo. A construção do livro: princípios da técnica de editoração. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Lexikon Editorial, 1986.

EPSTEIN, Jason. O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

KNAPP, Wolfgang. O que é editora. São Paulo : Brasiliense, 1986.



MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, 1998.

HORIE, Ricardo Minoru; PEREIRA, Ricardo Pagemaker. 300 superdicas de editoração, design e artesgráficas. 4. ed. - São Paulo: Ed. SENAC, 2004.

PAIXÃO, Fernando. Momentos do livro no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

REIMÃO, Sandra Lucia. Mercado editorial brasileiro 1960-1990. São Paulo: Com-Arte: FAPESP, 1996.

ROCHA, José Carlos. Políticas editoriais e hábitos de leitura. São Paulo : Com-Arte, 1987.

Disciplina: FIL01782 - LOGICA

Ementa

Introdução ao estudo da Lógica Elementar, seus métodos e formas de raciocínio válido. Noções básicas de análise lógica de argumentos e de linguagem formal. A natureza da prova e o conceito de consequência lógica.

Objetivos

Bibliografia Básica

COPI, Irving M. Introdução à lógica. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

MORTARI, Cezar A. Introdução à lógica. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2001.

KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo lógica. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 179 p.

Bibliografia Complementar

BERTI, Enrico. Novos estudos Aristotélicos I: Epistemologia, lógica e dialética. São Paulo. São Paulo: Loyola, 2010.

COSTA, Newton C. A. da. Ensaio sobre os fundamentos da lógica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

KNEALE, William; KNEALE, Martha. O desenvolvimento da lógica. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

SALMON, Wesley C. Lógica. Rio: Zahar, 1993.

SMULLYAN, Raymond. Alice no país dos enigmas: incríveis problemas lógicos no país das maravilhas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Disciplina: PSO01562 - PSICOLOGIA SOCIAL

Ementa

Conceito. Conduta Social. Indivíduo e Grupo Social. Identidade, cultura e formação. Grupos e Pressões. Aceitação de padrões e normas. Personalidade modal. Comunicação. Linguagem.

Objetivos

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

- 1- Identificar os processos psicológicos básicos presentes na socialização humana;
- 2- Identificar os fatores determinantes do processo de comunicação em termos de aquisição de linguagem;
- 3- Caracterizar os comportamentos de cooperação, competição e conformidade presentes na interação social e
- 4- caracterizar e descrever diferentes situações grupais identificando aspectos psicossociais que contribuem para a construção da identidade social e individual.

Bibliografia Básica

FARR, R.M. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis: Vozes, 2002.



LANE, S. T. M. O que é psicologia social. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, C. V. & NEIVA, E. R. (Orgs.). Psicologia Social: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011

Bibliografia Complementar

ARONSON, E.; WILSON, T. D. & AKERT, R. M. Psicologia social. São Paulo: LTC, 2002.

CAMPOS, R. F. e GUARESCHI, P. (Org.) Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana. RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). A família contemporânea em debate. 7 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2006.

LANE, S. T. M e CODO, W. (Orgs) Psicologia social: o homem em movimento. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SAWAIA, B.(Org) As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, L. de; FREITAS, M. de F. Q e RODRIGUES, M. M. P. (Org.) Psicologia: reflexões(im) pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

Disciplina: BIB03899 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA I

Ementa

Representação Descritiva: catalogação e referências bibliográficas de monografias e periódicos. Controle Bibliográfico Universal (CBU). Catálogos de bibliotecas. Sistemas automatizados de catalogação.

Objetivos

1. Adquirir fundamentação teórica sobre o processo de representação descritiva e sua relação com a organização do conhecimento, considerando os aspectos: controle, normalização, padronização e compartilhamento de recursos bibliográficos; 2. Apresentar o histórico da representação descritiva da informação; 3. Exercitar e elaborar a descrição de informações de acordo com as regras e recomendações da AACR2 e a ISBD; 4. Discutir e explorar os conceitos e fundamentos do acesso ao recurso e do controle de autoridade.

Bibliografia Básica

CAMPELLO, Bernadete Santos. Introdução ao controle bibliográfico. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. Código de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 2 v.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC 21. 6. ed. Brasília: Ed. Três em Um, 2015. 1 v.

Bibliografia Complementar

FEITOSA, Ailton. Organização da informação na web: das TAGS à web semântica. Brasília, DF: Thesaurus, 2006.

MEY, E.S.A.; SILVEIRA, N. C. Catalogação no Plural. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves. Não brigue com a Catalogação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003.

MEY, Eliane Serrão Alves. Introdução à catalogação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

RIBEIRO, A. M. de C. M. AACR2: Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition: descrição e pontos de acesso. 2.ed. rev. atual. pelo AACR2R 1998 Revision. Brasília: Ed. do Autor, 2001.



ZAFALON, Zaira Regina. Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2008.

Disciplina: BIB10087 - COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

Ementa

Teorias e processos da comunicação. A natureza da linguagem verbal e da linguagem visual. Semiótica. Modalidades da mensagem e a natureza dos veículos de comunicação. A representação dos negros e dos povos indígenas nos meios de comunicação.

Objetivos

Ao final do programa a/o estudante deverá identificar as interfaces e abordagens teóricas entre comunicação, linguagem e o campo da Biblioteconomia.

Bibliografia Básica

BARTHES, Roland et al. Análise estrutural da narrativa. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DAMATTA, Roberto. Arte e linguagem. Petropolis: Vozes, 1973

SANTAELLA, Maria Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

KALY, Alain Pascal et al. Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas: UFRJ, 2013. 355 p.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Vera Teixeira de. O verbal e o não verbal. São Paulo: Unesp, 2004.

GOULD, Stephen Jay. A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUASTI, Maria Cristina Figueiredo Aguiar. Representações Sociais: Sobre as ações afirmativas no ensino superior e sobre os estudantes cotistas da UFES. Curitiba, Editora CRV, 2016.

KABENGELEMUNANGA. Negritude: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

SANTAELLA, Lucia. Cultura das mídias. São Paulo: Razão Social, 1992.



Disciplina: BIB10091 - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA I**Ementa**

Estrutura e organização do conhecimento. Teoria dos sistemas de classificação. Princípios de indexação. Análise temática de documentos. Resumo: teoria e prática.

Objetivos

1. Ter uma visão geral sobre estrutura e organização do conhecimento nas vertentes científica e social, para se chegar à concepção de organização e representação da informação na área de Ciência da Informação. 2. Interagir nas discussões em sala sobre a inserção do componente ético nas atividades de Organização e Representação do Conhecimento (ORC). 3. Compreender a Teoria dos sistemas de classificação. 4. Adquirir conhecimentos teóricos e metodológicos respectivos aos princípios e ao processo de análise de assunto para indexação. 5. Adquirir conhecimentos teóricos e práticos respectivos ao processo de condensação documental (elaboração de resumos de documentos técnicos e científicos).

Bibliografia Básica

CURRÁS, Emilia. Ontologias, taxonomia e tesouros: em teoria de sistemas e sistemática. Brasília, DF: Thesaurus, 2010. DIAS, E. W.; NAVES, M. M. N. Análise de assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2013. LANGRIDGE, D. Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. LANCASTER, F. W. Indexação: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004. PIEDADE, M. A. R. Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

Bibliografia Complementar

ALVARES, Lilian. (Org.). Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique. Precisão no processo de busca e recuperação da informação. Brasília: Thesaurus, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Métodos para análise de documentos-determinação, de seus assuntos e seleção de termos de indexação: NBR 12676. Rio de Janeiro, 1992. CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (Org.). Horizontes da organização da informação e do conhecimento. Londrina, PR: EDUEL, 2012. FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fábio Assis. Conceitos na organização do conhecimento. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011. MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (orc): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. Encontros Bibli, v.13, n. 25, p.124-135, maio/ 2008. NAVES, Madalena M. Lopes; KURAMOTO, Hélio (Org.). Organização da informação: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. SILVA, Fabiano Couto Corrêa; SALES, Rodrigo de (Orgs.). Cenários da organização do Emissão: 08/05/2019 19:26:06 Página 2/7 Conhecimento: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2007. p. p. 45-70.

Disciplina: CSO01559 - CULTURA BRASILEIRA**Ementa**

Formação e desenvolvimento da Cultura Brasileira, principalmente das culturas regionais e do processo de homogeneização acionado pela cultura de massa. Ênfase deve ser dada aos padrões de cultura popular.

Objetivos

Sensibilizar o estudante a perceber e valorizar a diversidade cultural brasileira, afirmando o sentido positivo da diferença e da identidade cultural, contribuindo para evitar manifestações etnocêntricas, racistas e/ou discriminatórias.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Lúvia. O jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1992. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: discurso competente e outras falas. S. Paulo: Cortez, 2000. HALL, Stuart. A identidade cultural na pósmodernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2011. HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. S. Paulo: Companhia das Letras, 2006. VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da



UERJ/Editora FGV, 1996.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. S. Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DaMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DaMATTA, Roberto. O que faz do Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças. S. Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

VALLA, Victor Vincent (org). Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

Disciplina: STA03927 - ESTATÍSTICA APLICADA

Ementa

Estatística descritiva com utilização de pacotes estatísticos. Noções de probabilidade e curva normal. Conceitos em inferência estatística. Integração dos procedimentos estatísticos à pesquisa científica e ao processo de tomada de decisão.

Objetivos

Bibliografia Básica

Barbetta, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais, 5ª. ed. rev. Florianópolis; Ed. da UFSC, 2005.

Moore, David A. A estatística e sua prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2005.

Triola, Mário F.. Introdução à Estatística. 10ª. ed. Rio de Janeiro; LTC, 2008.

Bibliografia Complementar

Bisquerra Alzina, Rafael; Castellã Sarriera, Jorge; Martinez Francesc. Introdução à Estatística: Enfoque Informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre Artmed, 2004.

Field, Andy P. Descobrimo a estatística usando o SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Levin, Jay; Fox, James Alan. Estatística para Ciências Humanas. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Levine, David M; Stephan, David F.; Krehbiel, Timothy C.; Berenson, Mark L. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Triola, Mário F. Introdução à Estatística: Atualização da Tecnologia. 11ª. ed. Rio de Janeiro; LTC, 2013.

Disciplina: BIB03889 - ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Ementa

Princípios da administração: Estrutura organizacional de unidades de informação. Serviços meio e serviços fim: rotinas e racionalização. Marketing em unidades de informação.

Objetivos

Compreender a importância das teorias administrativas e dos instrumentos utilizáveis para este fim, correlacionando-os com o universo da biblioteca.

Bibliografia Básica

LUCK, Heloísa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PRADO, Heloísa de Almeida. Organização e administração de bibliotecas. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

SILVA, Reinaldo O. da. Teoria da administração. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Flávio de. Como ser empreendedor de sucesso: como fazer a sua estrela brilhar transformando energia em auto-estima, crise em oportunidade, medo em coragem. Belo



Horizonte: Leitura, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007.

MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaro. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

RIES, Al.; TROUT, Jack. As 22 consagradas leis do marketing. São Paulo: Makron Books, 1993.

Disciplina: BIB03891 - REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II

Ementa

Multimeios: seleção e aquisição, processamento, armazenagem e empréstimo.

Objetivos

Desenvolver nos alunos competências relacionadas ao processo de REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA de recursos bibliográficos com ênfase nas interfaces tecnológicas para organização e compartilhamento desses recursos e a habilidade técnica quanto a aplicação de padrões bibliográficos em ambientes automatizados.

Bibliografia Básica

MEY, E. S. A. Introdução à catalogação. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC 21. 6. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: Ed. Três em Um, 2015. 1 v.

ZAFALON, Zaira Regina. Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2008.

Bibliografia Complementar

CRUZ, Ana maria da Costa. Representação descritiva de documentos: estudos de iniciação. Rio de Janeiro: FEBAB, 1994.

FERREIRA, Margarida M. (Trad.). MARC 21: formato condensado para dados de autoridade. Marília, SP: Espaço-Conhecimento Consultoria: Fundepe, 2005.

FERREIRA, Margarida M.; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. 2. ed. Marília, SP: UNESP Marília Publicações, 2002. 2 v.

MESSINA-RAMOS, Maria Angélica Ferraz. Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21: ênfase em obras raras e especiais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011.



Disciplina: BIB03893 - FONTES DE INFORMACAO**Ementa**

Conceituação e análise de fontes bibliográficas gerais e especializadas. Técnicas de levantamento bibliográfico. Bibliografia brasileira. Controle Bibliográfico Universal.

Objetivos

Compreender a necessidade, a busca, a construção, o acesso e o uso de Fontes de informação com o propósito de relacionar a dinâmica do fluxo da informação no contexto social, político, educacional e econômico.

Bibliografia Básica

CUNHA, Murilo Bastos da. Manual de fontes de informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2010. CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. TOMAÉL, Maria Inês (Org.). Fontes de informação na internet. Londrina, PR: EDUEL, 2008.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, B. S.; BORGES, M. E. N. A organização da informação para negócios no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n.2, p. 149-161, 1997. CAMPELLO, B. S.; MONTALLI, K. M. L. Fontes de informação sobre companhias e produtos industriais: uma revisão de literatura. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n.3, p. 321-326, 1997. CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de; CAMPOS, Larissa Bernardes (Org.). Fontes de informação em biblioteca escolar: guia bibliográfico. São Paulo, SP: Todas as Musas, 2014.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. Preparação de revistas científicas: teoria e prática. São Paulo : Reichmann /Autores, 2005. TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Avaliação de fontes de informação na Internet. Londrina, PR: EDUEL, 2004.

Disciplina: BIB03894 - REPRESENTACAO TEMATICA II**Ementa**

Linguagem de indexação: conceito, tipos e instrumentos (teoria e prática de tesouro e de cabeçalho de assunto). Elaboração de política de indexação. Produtos gerados pela indexação.

Objetivos

Ao propiciar a interlocução dos contextos de produção e de uso da informação, por meio dos processos, instrumentos e produtos que desenvolve a área de estudos denominada Tratamento Temático da Informação (TTI) ocupa espaço nuclear no âmbito da ciência da informação. Propiciar a compreensão teórica e prática de Tratamento Temático da Informação colocando-se em evidência os instrumentos (linguagens documentárias/linguagem de indexação), os requisitos, elementos e variáveis de política de indexação e produtos gerados pela indexação (índices). Aprender elementos comuns ao conceito de linguagem de indexação e funções relacionadas. Diferenciar os tipos de linguagem de indexação (pré-coordenada e pós-coordenada) estabelecendo relações com os instrumentos respectivos (tesouro e listas de cabeçalhos de assunto). Capacitar o aluno para a construção de linguagens de indexação (alfabéticas). Introduzir o aluno em situações de vivência prática sobre a elaboração de políticas de indexação. Habilitar o aluno para a elaboração de produtos gerados pela indexação com ênfase nos índices de assunto.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Cordelia R. Indexação e tesouro: metodologia e técnicas. Ed. Preliminar. Brasília, Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. CINTRA, A. M. M. et al. Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis 2002. DODEBEI, V. L. Tesouro: linguagem de representação de memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002. GIL URDICIAIN, Blanca. Manual de lenguajes documentales. 2. ed., rev. y ampl. Gijón (Asturias): Trea, 2004. 280 p. (Biblioteconomía y administración cultural ; 106). LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

**Bibliografia Complementar**

BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza (Org.). Estudos de linguagem em ciência da informação. Campinas, SP: Alínea, 2011. CURRÁS, Emilia. Ontologias, taxonomia e tesouros: em teoria de sistemas e sistemática. Brasília, DF: Thesaurus, 2010. FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). A Dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília, SP: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. 268 p. GOMES, H. E. (Coord.) Manual de elaboração de tesouros monolíngües. Brasília: PNBIES, 1990. HARPRING, Patrícia. Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2016. MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011. SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SALES, Rodrigo de (Orgs.). Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2007. SOUSA, Francinete Fernandes de SANTOS, Eliete Correia dos (Org.). A Linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis. Curitiba, PR: Appris, 2011. 89 p.

Disciplina: BIB10088 - METODOS E TECNICAS DE PESQUISA**Ementa**

Métodos e técnicas de pesquisa aplicados à Biblioteconomia. Quantificação de dados e procedimentos estatísticos como base do método científico. O processo de pesquisa: análise, interpretação e apresentação de dados.

Objetivos

Levar os alunos a conhecerem o caminho de construção de um objeto de pesquisa e a terem uma visão geral dos métodos de preparação de trabalhos/projetos de pesquisa científica.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde 9. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Métodos para a pesquisa em ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

Bibliografia Complementar

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação. São Paulo: Polis, 2005.

Disciplina: BIB03896 - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA III

Ementa

Estudo da estrutura dos sistemas decimais: teoria e prática.

Objetivos

O estudante será capaz de propor a ordenação de documentos em instituições documentárias de modo crítico e analítico fundamentada em princípios classificatórios consistentes e, de modo mais específico: discriminar os conceitos da classificação e da ordenação de documentos em contextos documentários.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Alice P. Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

GUARIDO, Maura Duarte Moreira. Como usar e aplicar a CDD, 22ª edição. Marília, SP: Fundepe; São Paulo: CGB Coordenadoria Geral de Bibliotecas da UNESP, 2012.

PINHEIRO, Ana Virginia T. da P. A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

Bibliografia Complementar

SOUZA, Sebastião de. CDU: como entender e utilizar a edição-padrão internacional em língua portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

SIMÕES, Maria da Graça. Classificação decimal universal: fundamentos e procedimentos. Coimbra, PO: Almedina, 2008.

FOSKETT, A.C. Abordagem temática da informação. São Paulo: Polígono, 1973.

MENDES, Edilze Bonavita Martins. Visão panorâmica dos principais sistemas de classificação bibliográfica. Campinas: PUCAMP/FABI, 1995.

ORTEGA, Cristina D. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2013.

DEWEY, Melvil. Dewey Decimal Classification and relative index. 23rd ed. Dublin, Ohio: OCLC, 2011.



Disciplina: BIB03900 - PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Ementa

abordagens teóricas e tipologia. Planejamento sustentável de recursos em unidades de informação. Planejamento socioambiental de unidades de informação. Avaliação de unidades de informação. Elaboração de projeto ou plano de ação.

Objetivos

Desenvolver com os alunos competências relacionadas ao planejamento, organização, avaliação e compartilhamento de recursos informacionais necessários à gestão de unidades de informação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. BARBALHO, Célia Regina Simonetti; BERAQUET, Vera Silvia Marão. Planejamento estratégico para unidades de informação. São Paulo: Polis, 1995. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: Conceitos, metodologia e práticas. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003. ARRUDA, Rosângela Galon. Unidades de informação e sustentabilidade: requisitos para organizações do conhecimento: o caso Embrapa. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.5, n.1/2, p. 28-41, jan./dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2015. LANCASTER, F. W. Avaliação de serviços de Bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. Bibliotecas como organizações. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. REIGOTA, Marcos; PRADO, Bárbara Heliodora Soares Emissão: 08/05/2019 19:26:06 Página 3/7 do (Org.). Educação ambiental: utopia e práxis. São Paulo: Cortez, 2008. 206 p.

Disciplina: BIB10089 - PRESERVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Ementa

Conceitos básicos. Planejamento de edifícios. Meio ambiente. Armazenagem e segurança. Reformatação para preservação. Políticas de preservação e conservação de unidades de informações.

Preservação de acervos em suportes digitais.

Objetivos

Planejar a implantação de um programa institucional de Preservação, para lidar com situações de salvaguarda de acervos nas unidades de informação.

Bibliografia Básica

CASSARES, Norma Cianflone; TANAKA, Ana Paula Hirata (Org.). Preservação de acervos bibliográficos: homenagem a Guita Mindlin. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2008. 81 p.

LUCCAS, Lucy.; SERIPIERRI, Dione. Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, c1995. 125p.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Manual de digitalização de acervos: textos, mapas e imagens fixas. Salvador: EDUFBA, 2005. 54 p.

Bibliografia Complementar

ABRUNHOSA, J.J. (Org.). Coletânea sobre Preservação & Conservação de Acervos em Bibliotecas Brasileiras. Nova Friburgo: Êxito, 2008.



CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF: Funalfa, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Guia para elaboração de políticas de preservação para acervos arquivísticos e bibliográficos. Brasília, DF: Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia-Cenedom: Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Manual de diagnóstico de conservação para acervos arquivísticos e bibliográficos. Brasília, DF: Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia-Cenedom: Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Manual de higienização e controle de pragas em acervos arquivísticos e bibliográficos. Brasília, DF: Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia-Cenedom: Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, 2014.

Disciplina: BIB10120 - ACAO CULTURAL

Ementa

Definição de cultura e ação cultural. Multiculturalismo. Fundamentos teóricos e metodológicos. Modelos filantrópicos, tecnocráticos e participativos. As relações de mediação cultural: o contexto institucional e o agente cultural.

Objetivos

3.1 Conceituar cultura e ação cultural ao abordar conteúdos relacionados com o multiculturalismo e com o tema transversal “educação das relações étnico raciais”; 3.2 Conhecer definições relacionadas com a ação cultural ao considerar aspectos teóricos e práticos da atuação bibliotecária; 3.3 Refletir a gestão cultural mediante a apresentação de experiências vivenciadas em diferentes espaços tempos de informação, educação e cultura; 3.4 Discutir os reflexos das políticas públicas em territórios de disseminação da informação e de elaboração de projetos culturais.

Bibliografia Básica

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. Disseminação da informação: entre a teoria e a prática. Marília: s.n., 2003.

COELHO NETO, José Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2002.

KALY, Alain Pascal et al. Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas: UFRJ, 2013.

PERROTTI, Edmir. Confinamento cultural, infância e leitura. 2. ed. São Paulo: Summus, 1990.

Bibliografia Complementar

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: UNESPE, 2005.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996.

MILANESI, L. A casa da invenção: biblioteca centro de cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SANTOS, José Luiz. dos. O que é cultura. SP: Brasiliense, 2006.



SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Disciplina: BIB12434 - FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS EM BIBLIOTECONOMIA

Ementa

Unidades de informação e educação. A função educacional de unidades de informação. Processos pedagógicos: processo ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Desenvolvimento da leitura e da competência em informação. Políticas públicas para bibliotecas.

Objetivos

Compreender, histórica e politicamente, a educação como processo de constituição de sujeito e como direito fundamental refletir acerca da função da biblioteca e do bibliotecário no processo ensino e aprendizagem, de forma a prover condições de enfrentamento teórico-prático numa perspectiva crítica e transformadora.

Bibliografia Básica

AZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. VIGOTSKY, L. S.; ALEXIS N. LEONTIEV; LURIA, Alexander Romanovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, M. Mikail. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. HOMMERDING, Nádia Maria dos Santos. Letramento Infantil na Biblioteca Escolar: desenvolvendo habilidades básicas para futuros leitores competentes. *Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto*, v. 4, n. 2, p. 33-52, 2016. MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. SALCEDO, Diego Andres; ALVES, Mariana. O papel da biblioteca comunitária na construção dos direitos humanos. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP*, v. 13, n. 3, p. 561-578, set. 2015. SALES, Fernanda. O ambiente escolar e a atuação bibliotecária: o olhar da educação e o olhar da biblioteconomia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis*, v. 9, n. 18, p. 40-57, jan. 2004. STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (Org.). *Direito e literatura: da realidade da ficção à ficção da realidade*. São Paulo: Atlas, 2013.

Disciplina: ADM01815 - ORGANIZACAO E METODOS

Ementa

Função de organização e métodos. Visão sistêmica de projetos. Estrutura organizacional. Racionalização de métodos de trabalho. Manualização.

Objetivos

1. Apresentar uma base teórica sobre organização e métodos e gestão de processos no contexto das organizações. 2. Discutir os conceitos da administração e suas utilizações na prática, a fim de, fornecer recursos para o seu entendimento. 3. Analisar situações reais do dia a dia das empresas para o entendimento da aplicação dos métodos, ferramentas e procedimentos estudados na prática.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, L. C. G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. Vol.2. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2012. BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da Engenharia da Informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 329 p.



CURY, A. Organizações e Métodos: uma visão holística. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2000.
OLIVEIRA, D. de P. R. de Sistemas, Organização & Métodos: uma abordagem gerencial. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de Consultoria Empresarial: Conceitos, Metodologia e Práticas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, L. C. G. de; GARCIA, A. A.; MARTINES, S. Gestão de Processos. São Paulo: Atlas, 2011.
KUBR, M. Consultoria: um guia para a profissão. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
MOCSÁNYI, D. C. Consultoria: o caminho das pedras: trabalhando na era do não emprego. São Paulo: Central de negócio em RH editora e marketing, 2003.
VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. de (Orgs.) Análise e modelagem de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: BIB03901 - AUTOMACAO DE UNIDADES DE INFORMACAO

Ementa

Automação de serviços/produtos informacionais. Etapas do processo de automação. Formatos de intercâmbio bibliográfico e catalográfico. As experiências no uso de softwares abertos e fechados. Redes de telecomunicação e transmissão de dados. Novas tecnologias da informação.

Objetivos

Apresentar ao estudante uma visão sobre a importância dos sistemas de informação na automação das organizações modernas. Para tanto, conceitua-se sistema de informação, indicando as diferenças e sua aplicação entre os diversos tipos de sistemas de informação existentes. Revela-se a estrutura conceitual dos sistemas de informação para, a seguir, apresentar Banco de Dados e os sistemas de gerenciamento de Banco de Dados de maneira que o/a estudante possa perceber o uso de dados e sua transformação em informação em sistemas automatizados. Demonstra-se um sistema de automação de Bibliotecas (BIBLivre) com fins de vivenciar práticas bibliotecárias com o emprego de sistemas de informação para Bibliotecas. Finalmente, constrói-se um banco de dados para gerenciamento de imagens digitais.

Bibliografia Básica

ROWLEY, J. A Biblioteca Eletrônica. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
TAMMARO, A. M. A Biblioteca Digital. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
CÔRTE, A. R. et al. Avaliação de Softwares para Bibliotecas e arquivos. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

LAUDON, K. e LAUDON J. Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar

CÔRTE, A. R. et al. Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação: O Processo de Avaliação e Seleção de Softwares. Ciência da Informação, v. 28, n. 3, p.241-256, 1999.
BRASIL.; Secretaria da Ciência e Tecnologia. Análise de rotinas e dados em bibliotecas universitárias visando a automação de suas funções. Brasília: SENESU, 1991.
TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique; CORMIER, Patrícia Marie Jeane. Sociedade da informação e Inteligência em Unidades de Informação. Ciência da Informação, v. 29, n. 3, p. 91-100, 2000.
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: 34, 1993.

BARSOTTI, R. A Informática na Biblioteconomia e na Documentação. São Paulo: Polis, 1990.



Disciplina: BIB03904 - SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO I

Ementa

Recuperação da informação: conceituação e objetivos. Atuação do profissional de referência. Processo de referência. Estratégia de busca.

Objetivos

Recuperação da informação: conceituação e objetivos. Atuação profissional de referência. Processo de referência. Estratégia de busca.

Bibliografia Básica

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique. Precisão no processo de busca e recuperação da informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

GROGAN, Denis. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. A biblioteca digital. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

Bibliografia Complementar

ACART, Jean-Philippe. Serviço de referência: do presencial ao virtual. Briquet de Lemos: Brasília, 2012.

BARROS, Maria Helena T. C. Disseminação da informação: entre a teoria e a prática. Marília: [s.n]., 2003.

BASSETTO, Clemilton Luís. Redes de conhecimento: espaço de competência em informação nas organizações contemporâneas. Bauru, SP: Ide@, 2013.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Serviços de referência e informação. São Paulo: Polis, APB, 1992.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos, 2009..

Disciplina: BIB10090 - ESTUDO DE USUÁRIOS

Ementa

Estudo de comunidade. Usuários e não usuários: conceituação. Tipos de estudos de usuário. Treinamento de usuários. O problema metodológico nos estudos de usuário.

Objetivos

Capacitar os alunos a realizar projetos e relatórios de estudos de usuários da informação.

Bibliografia Básica

FIGUEIREDO, N. M. Estudos de uso e usuários da informação. Brasília: IBICT, 1994. CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo Senac, 2006. SILVA, Helen de Castro (Org.). Estudos de usuário da informação. Brasília: Thesaurus, 2014.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. Informação em Pauta, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. BASSETTO, Clemilton Luís. Redes de conhecimento: espaço de competência em informação nas organizações contemporâneas. 1. ed. Bauru, SP: Ide@, 2013. BATISTA, S. G.; CUNHA, M. B.. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 168-84, maio/ago. 2007. CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. COSTA, L. F. da; SILVA, A. C. P. da; RAMALHO, F. A. (Re) visitando os estudos de usuário: entre a tradição e o alternativo. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação,



Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago. 2009. CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica; DANTAS, Edmundo Brandão. Manual de estudo de usuários da informação. São Paulo: Atlas, Emissão: 08/05/2019 19:26:06 Página 4/7 2015. GASQUE, C. G. D.; COSTA, S. M. de S. Evolução teórico-metodológica de comportamento informacional de usuários. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010. VITORINO, Elizete Vieira. Análise dimensional da competência em informação: bases teóricas e conceituais para reflexão. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf., Brasília, v. 9, n. 2, p. 421-440, jul./ dez. 2016.

Disciplina: BIB12889 - ESTÁGIO EM BIBLIOTECONOMIA

Ementa

Unidades de informação e educação. A função educacional de unidades de informação. Processos pedagógicos: processo ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Desenvolvimento da leitura e da competência em informação. Políticas públicas para bibliotecas.

Objetivos

Como objetivo geral, o estudante será capaz de consolidar conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso e, de modo mais específico - elaborar um projeto de estágio conforme dispõe o cap. III do Regulamento de Estágios da UFES; - proporcionar ao estudante de Biblioteconomia a aprendizagem teórica e prática visando seu processo de formação profissional; - capacitar o aluno para conviver, compreender, analisar e intervir na realidade de sua formação profissional; - complementar a formação acadêmica; - permitir o desenvolvimento das atividades realizadas em unidades de informação, sob a orientação de bibliotecários.

Bibliografia Básica

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo Pioneira Thomson Learning, 2003.

MELO, Fabio J. Dantas de; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Fundamentos da linguística para a formação do profissional de informação. Brasília: Centro Editorial/Thesaurus, 2011.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

Bibliografia Complementar

ACCART, Jean-Philippe. Serviço de referência: do presencial ao virtual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). A Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da filosofia, da sociologia, da ciência da informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

BORTOLIN, Sueli (Org.). Fazeres cotidianos na biblioteca escolar. São Paulo: Polis, 2006

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2010.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. R. Ci. Inf. e Doc. Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.



Disciplina: BIB03897 - FORMACAO E DESENVOLVIMENTO DE COLECOES

Ementa

Seleção e aquisição de material informacional. Princípios e técnicas de avaliação de coleções. Política de desenvolvimento de coleções. Conservação de coleções.

Objetivos

Desenvolver nos alunos competências relacionadas à Gestão de coleções: concepções teóricas e políticas, princípios, diretrizes internacionais e manejo adequado de metodologias que envolvem o processo de formação e desenvolvimento de coleções.

Bibliografia Básica

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003.

LANCASTER, F. W. Avaliação de serviços de bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

WEITZEL, S. da R. Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. Aquisição de materiais de informação. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

DARNTON, R. Questão dos livros: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VERGUEIRO, W. de C. S. Desenvolvimento de coleções. São Paulo: APB: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. de C. S. Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

SCHIFFRIN, A. O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.



Disciplina: BIB03910 - SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO II

Ementa

Disseminação da Informação. Utilização de novas tecnologias para recuperação da informação. Avaliação de subsistema de saída.

Objetivos

1. Entender os princípios de estruturação e organização de SRIs e seus efeitos na recuperação da informação. 2. Entender o papel da representação da informação para a sua recuperação. 3. Conhecer instrumentos de organização da informação e do conhecimento (linguagens documentárias e vocabulários semânticos). 4. Conhecer formatos de disseminação de documentos e critérios para avaliação de SRIs. 5. Conhecer as tendências no desenvolvimento de SRIs.

Bibliografia Básica

BREITMAN, Karin Koogan. Web semântica: a internet do futuro. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Editora Briquet, 2002.

Bibliografia Complementar

ABBAS, June. Structures for organizing knowledge: exploring taxonomies, ontologies, and other schemas. New York, N.Y.: Neal-Schuman Publishers, 2010.

CURRÁS, E. Ontologias, taxonomia e tesaurus: em teoria de sistemas e sistemática. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. Dados abertos conectados. São Paulo, SP: Novatec, 2015.

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. A biblioteca digital. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.



Disciplina: BIB04994 - PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA

Ementa

Monografia: conceitos, características e estrutura. Tipos de monografias. Estudo das técnicas que podem ser utilizadas para elaboração de uma monografia. Planejamento e elaboração de um plano de estudo..

Objetivos

1. Identificar os conceitos, características e estrutura de monografias; 2. Caracterizar as tipologias de monografias; 3. Estudar as técnicas que podem ser utilizadas para elaboração de monografias; 4. Elaborar um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área de Biblioteconomia.

Bibliografia Básica

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; MARTINS, João Alcino Andrade (Colab.). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 22. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman: Artmed, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUELLER, S. P. M. (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da informação. Brasília, DF, Thesaurus, 2007.



Disciplina: BIB03905 - GERENCIA DE RECURSOS INFORMACIONAIS

Ementa

O ambiente da sociedade da informação. Política nacional de informação. Informação para negócios. Gerência de serviços de informação. Controle da qualidade.

Objetivos

1. Caracterizar o ambiente da sociedade da informação e seus reflexos no cotidiano; 2. Conhecer os cenários atuais que envolvem a gestão da informação; 3. Entender a importância de políticas públicas direcionadas à área de informação; 4. Conceituar a informação para negócios, reconhecendo-a com elemento facilitador ao empreendimento de ações no gerenciamento dos recursos de informação; 5. Reconhecer o valor da informação como recurso estratégico em ambientes empresariais; 6. Compreender a importância da aplicação dos princípios da gestão de qualidade para a gerência de serviços de informação.

Bibliografia Básica

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2002.

TAKAHASHI, Tadao (org.). Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TARAPANOFF, Kira (Org.). Inteligência, informação e conhecimento. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

Bibliografia Complementar

LE COADIC, Y. F. A ciência da informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOGAN, Robert K. Que é informação?: a propagação da informação na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012.

McGARRY, K. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

ROBREDO, J. Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

TARAPANOFF, Kira (Org.). Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: UnB, 2001.



Disciplina: BIB03909 - SEMINARIO SOBRE ATUACAO PROFISSIONAL

Ementa

A inserção do bibliotecário no mundo do trabalho. A ética profissional e ambiental na atuação do bibliotecário. O reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário

Objetivos

Contribuir para que a(o) discente consolide saberes e fazeres biblioteconômicos adquiridos durante o Curso.

Bibliografia Básica

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; MARTINS, João Alcino Andrade (Colab.). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 22. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman: Artmed, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUELLER, S. P. M. (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da informação. Brasília, DF, Thesaurus, 2007.



Disciplina: BIB04995 - TCC

Ementa

Elaboração de revisão de literatura ou de estudo de caso sob orientação de um professor.

Objetivos

Elaborar um trabalho monográfico ou um artigo científico com temática prevista nas áreas curriculares da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

Disciplina: BIB03913 - TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA I

Ementa

Informação e cidadania: concepções, contextos e usos. Apropriação social de informação em redes e movimentos sociais. Valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira no contexto da unidade de informação. Bases metodológicas para elaboração e implementação de projetos sociais.

Objetivos

Definir informação e cidadania no contexto da Ciência da Informação.

Bibliografia Básica

COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996.



GRASSI, Robson Antonio. Apresentação à economia: um guia para exercício da cidadania no capitalismo. Vitória: EDUFES, 2011.

KALI, Alain Pascal ET AL. Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas:UFRJ, 2013.

Bibliografia Complementar

CASTILHO, José Roberto Fernandes. Cidadania: esboço de evolução e sentido da expressão. Disponível em: [HTTP://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/cid_expressao.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/cid_expressao.html) Acesso em: mar. 2010.

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. Informática Pública, v.2, n.2, p.43-56, dez. 2000.

FIGUEIREDO, Maria da Penha Caetano de. A era da informação e da cidadania. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.7, n.1, p.79-93, 1997.

MARTINS, Cibele. Informação e cidadania. Serviço Social em revista, |Londrina, v.8, n.1, jul./dez. 2005.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. Educação escolar quilombola: memória, vivência e saberes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Escola São Jorge. 2011. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

Disciplina: BIB03914 - TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA II

Ementa

Informação em Ciência e Tecnologia. Direito e acesso à informação científica e tecnológica e as políticas públicas de informação e comunicação no Brasil. Transferência de tecnologia. Informação para o setor produtivo. Informação e produtividade. Pesquisa científica e tecnológica nos setores público e privado.

Objetivos

explicitar conceitos, habilidades, procedimentos e/ou competências definidos na Ementa. Os objetivos específicos irão oferecer elementos para a organização e/ou definição dos conteúdos programáticos

Bibliografia Básica

LMASRI, Ramez; NAVATHE, Sham. Sistemas de banco de dados. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil: Addison-Wesley, 2005.

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2004.

E COADIC, Yves-François. A ciência da informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

Bibliografia Complementar

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012.

COUGO, Paulo. Modelagem conceitual e projeto de bancos de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.



LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: Teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos, 2002

Disciplina: BIB03915 - TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA III

Ementa

Leitura e cidadania. Concepções, métodos e níveis de leitura. A leitura como parte do fazer biblioteconômico para a cidadania.

Objetivos

Discutir e compreender a leitura como mecanismo de desenvolvimento e conquista da cidadania.

Bibliografia Básica

CAMPELO, Bernadete Santos. Letramento informacional: Função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 1982.

Bibliografia Complementar

BARZOTTO, Valdir Emissão: 08/05/2019 19:26:06 Página 1/7 Heitor. (Org.). Estado de Leitura. 1 ed. Campinas: ALB/ Mercado de Letras, 1999. CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002. KLEIMAN, A. Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura. 4 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995. LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. A leitura rarefeita: Leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002. _____. O preço da leitura: leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

Disciplina: BIB03916 - TOPICOS ESPEC EM BIBLIOTECONOMIA IV

Ementa

Geração, fluxo e comunicação da Informação em Ciência e Tecnologia. Bases metodológicas para elaboração e implementação de projetos em Ciência e Tecnologia.

Objetivos

Compreender e associar as tecnologias de comunicação e de informação no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. GIRALDEZ ALVAREZ, Lisandro Diego; CASTELLUCIO, Ana Carolina; ALMEIDA, Verbena Córdula. Da pesquisa para a sociedade: reflexões sobre a comunicação científica e tecnológica. Ilhéus, BA: Editus, 2013. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Ciencia e Tecnologia. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informacao: ciencia e tecnologia para a construcao da sociedade da informacao no Brasil: bases para o Brasil na sociedade da informacao: conceitos, fundamentos. Brasília: CNPq/IBICT; Sao Paulo: Instituto UNIEMP, 1998. GIRALDEZ ALVAREZ, Lisandro Diego; CASTELLUCIO, Ana Carolina; ALMEIDA, Verbena Córdula. Da pesquisa para a sociedade: reflexões sobre a comunicação científica e tecnológica. Ilhéus, BA: Editus, 2013. HOLZBACH, Ariane Diniz.; SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Divulgação científica e tecnologias de



informação e comunicação. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2003. OLIVEIRA, Marlene de (Org.). Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. REIS, Iraselma Costa; MUNIZ, Djalda Maracira Castelo Branco. O bibliotecário e as tecnologias de informação: a reconstrução da identidade cultural a partir da ação cultural do profissional da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 17., 2014, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UFC, 2014. p. 1-10.

Disciplina: LCE06306 - FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Fundamentos históricos da educação de surdos. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

Objetivos

OBJETIVOS

- LICENCIATURAS

1. Analisar o conjunto de estudos sobre surdos e sobre a surdez numa perspectiva da língua de sinais enquanto língua de grupo social.
2. Compreender as relações históricas entre língua, linguagem, língua de sinais
3. Conhecer as teorias e as pesquisas sobre surdos e sobre a língua de sinais e seu uso nos espaços escolares;
4. Inserir um vocabulário mínimo de língua de sinais para conversação;
5. Proporcionar o conhecimento de aspectos específicos das línguas de modalidade visual-espacial.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização . Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação,1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas . Vitória: Edufes, 2010.



Disciplina: ARV12954 - ARQUIVO E SOCIEDADE

Ementa

A função social dos arquivos: perspectiva histórica e configurações contemporâneas. O arquivo e as suas implicações no processo de transparência das administrações públicas. Arquivo, democracia, direitos humanos e os movimentos sociais.

Objetivos

Geral

Capacitar o aluno para refletir sobre o uso social dos arquivos e compreender a importância dos arquivos para a sociedade.

Específicos

- Refletir sobre a função social dos arquivos
- Analisar a relação do arquivo com a democracia, direitos humanos e os movimentos sociais.

Bibliografia Básica

FONSECA, Maria Odila Kahl. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n.2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007. Acesso em: 31 jul. 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1994.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 2002.

Bibliografia Complementar

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 11-123.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliane (Org). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. - Niterói : EdUFF, 1999. p.97-121.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. p. 76-96. Disponível em: 556="">. Acesso em: 30 ago. 2012.

Disciplina: ARV12951 - INDEXAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Ementa

Representação orgânico-funcional da informação arquivística: etapas do processo de indexação (análise conceitual e tradução). Medidas para avaliar a qualidade de um sistema de busca da informação arquivística (níveis de exaustividade e de especificidade; taxas de revocação e de precisão; artifícios de precisão). Linguagem natural versus linguagem documentária. Hierarquização do conteúdo orgânico-funcional da informação arquivística. Tesouro Funcional: teoria e prática. Política de indexação para Sistemas de Informação Arquivística.

Objetivos

Reconhecer o processo de indexação como fundamental na qualidade da busca de informação pelo usuário de arquivo. Identificar os elementos inerentes ao processo de indexação em arquivos. Identificar a essência do conteúdo informativo do documento de arquivo. Aplicar os elementos inerentes ao processo de indexação em arquivos.

Bibliografia Básica

AGUIAR, Francisco de. *O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e recuperação da informação arquivística*. PUC-Campinas, 2008.



Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=437.

Acesso em; 11/fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES).

AGUIAR, Francisco Lopes de; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional Concepção e princípios teórico-metodológicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012 - pág. 117. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/522/442>. Acesso em; 11 fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES).

BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. *Revista Formação Online*, v. 2, n.16, p.39-62, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/602/1225>. Acesso em: 11 fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES).

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e pratica. 2. ed. Briquet de Lemos/Livros, 2004. (35 exemplares disponíveis).

Bibliografia Complementar

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ : Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. (28 exemplares disponíveis na Biblioteca Central da UFES).

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informação. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v.5, n.1 jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2006_05_JANEIRO-A-JUNHO.pdf Acesso em: 11 fev. 2015 (não disponível na Biblioteca Central da UFES).

RIBEIRO, Fernanda. Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996 (Base de dados: RCAAP) . Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em 11 fev. 2015 (Catálogo da Biblioteca Central da UFES informa que texto completo pode ser acessado via RCAAP).SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. (02 exemplares disponíveis).

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, v. 10). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf10.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015 (não disponível na Biblioteca Central da UFES).

Disciplina: ARV12947 - ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES DE

Ementa

Requisitos legais, de qualidade e segurança da informação em organizações de saúde, principalmente acerca do prontuário. Prontuário Eletrônico do paciente.

Objetivos

Geral:

Instrumentalizar os alunos a organizar e gerenciar informações registradas produzidas em instituições de saúde, visando a perfeita recuperação das informações necessárias tanto para continuidade do tratamento do paciente, como para gestão administrativa e elaboração de pesquisa científica.

Específicos:

Apresentar o conceito, importância e legislação pertinente ao prontuário do paciente;

Discutir a legalidade e requisitos técnicos do prontuário eletrônico do paciente;

Apresentar e discutir as tipologias documentais em instituições de saúde;

Apresentar e discutir sobre requisitos de gestão e segurança das informações registradas em saúde.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Eliece Helena Santos. Estudo da importância do registro no prontuário do Hospital Universitário Professor Edgard Santos - HUPES e as novas tecnologias. Salvador, 2001(Monografia, Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Bahia, 2001).



Bertolli Filho, Claudio. Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira. Boletim do Instituto de Saúde. SP. Nº 38, Abril de 2006.

MORAES, Margarete Farias de; SALIES, Luciene. Gestão de acesso ao prontuário do paciente. In: DUARTE, Zeny; FARIAS, Lucio (Org.). A medicina na era da informação. Bahia: Edufba, 2008.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 1821/ 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 1638/ 2002.

Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Prontuário Médico do paciente: Guia para uso prático. Brasília: Conselho Regional de Medicina de Brasília, 2006.

HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE. Manual do prontuário do paciente. Porto Alegre, 2002, v.2.3.

MARIN, H. F.; MASSAD, E.; AZEVEDO NETO, R. S. Prontuário Eletrônico do Paciente: definições e conceitos. In: O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE NA ASSISTÊNCIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO MÉDICO. São Paulo: USP, 2003. Cap.01

MORAES, Margarete Farias de; SALIES, Luciene. Acreditação hospitalar e melhoria do gerenciamento da informação. 2011 (Trabalho apresentado no Colóquio Internacional Medinfor II. Porto. Portugal)

QUINTO NETO, Antônio; BITTAR, Olímpio J. Nogueira. Hospitais: Administração da Qualidade e Acreditação de organizações complexas. Porto Alegre: Da Casa Editora, 2004.

Disciplina: ARV12952 - TESAURO FUNCIONAL

Ementa

O que é controle de vocabulário. Procedimentos para elaboração do tesauro funcional; Elaboração de fragmento de tesauro funcional (prática para efeito didático).

Objetivos

1. Entender a importância do uso controle do vocabulário para a construção de Tesouros.
2. Compreender as peculiaridades inerentes aos Planos de Classificação de Documentos e aos Tesouros.
3. Discutir sobre os procedimentos para a elaboração do tesauro funcional.
4. Elaborar fragmento de um tesauro funcional visando colocar em prática, para fins didáticos, a teoria discutida sobre elaboração de tesouros funcionais.

Bibliografia Básica

AGUIAR, Francisco de; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. Revista Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/341/341>. Acesso em: 31 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Tesauro Eletrônico [do Ministério da Saúde]. [2008?]. Disponível em: <http://bvsm2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&x=1&s=&n=50&t=&l=60&y=0&w=>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto de Terminologia da Saúde. Brasília - DF, 2008. Disponível em: http://bvsm2.saude.gov.br/bvs/palestras/projeto_terminologia_out2008.pdf. Acesso em: 29 abr. 2008.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos. Marília, 2009. Disponível em:

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Lucia Helena Miranda. Curso Uso do Tesauro do Sebrae/ES e noções sobre indexação. Vitória, 2001. (apostila).

DEREK. Austin. Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues. Brasília: IBICT/Senai, 1993.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesauro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ : Intertexto; Rio de Janeiro : Interciência, 2002).

MOREIRA, W. et al. Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP. [2009?]. Disponível em: <https://www.marilia.unesp>.



br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/moreiraw.-fujita-m.s.l.-davanzo-l.-piovezan-l.b..pdf. Acesso em: 29 abr. 2016.

SMIT, Johanna W.; YUMIKO KOBASHI, Nair. Com elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).

Disciplina: ARV12955 - SERVIÇOS EDUCATIVOS EM ARQUIVOS

Ementa

O Arquivo e sua dimensão educacional. Ações educativas em arquivo. Educação Patrimonial em arquivo. Planejamento, implantação e acompanhamento de ações educativas em arquivos. Estudos de casos

Objetivos

Geral

Capacitar o aluno para a realização de serviços educativos em arquivos.

Específicos

- Refletir sobre os usos sociais dos arquivos.
- Analisar a dimensão educacional dos arquivos.
- Planejar, implantar e acompanhar as ações educativas em arquivos

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

NÓVOA, Antonio. Professores -imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em http://www.etepb.com.br/arq_news/2012texto_professores_imagens_do_futuro_presente.pdf. Acesso em 20 de maio de 2015.

PARRELA, Ivana D. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: Algumas experiências e perspectiva de uso da metodologia. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 124-133, jan/abr., 2013.

Bibliografia Complementar

ALDABALDE, Taiguara Vilela. Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas dos Estado do Rio de Janeiro. 2012, p.198-212.

CALIL, Daniéle Xavier; PEREZ, Carlos Blaya. O Programa de educação Patrimônio do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de ações direcionadas aos educadores. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 98-108, jan/abr., 2013.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Arquivos online: ação educativa no universo virtual. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 360 p. (Thesis, 2).

SIBILIA, Paula. Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão. São Paulo: Contraponto, 2013.



Disciplina: ARV12958 - DOCUMENTOS DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Ementa

Conhecer os documentos originados a partir dos processos de criação nas Artes Plásticas. Reflexões acerca de sua criação, organização e tratamento. A necessidade de sua preservação para manutenção da memória. Documentos de processos de criação e arquivos pessoais.

Objetivos

Objetivo Geral:

Conhecer os documentos originados a partir dos processos de criação nas Artes Plásticas.

Objetivos Específicos:

Refletir acerca dos documentos originados a partir dos processos de criação nas Artes Plásticas;

Apresentar métodos de organização e tratamento dos documentos originados a partir dos processos de criação nas Artes Plásticas;

Refletir acerca da necessidade de sua preservação para manutenção da memória;

Estabelecer a relação entre os Documentos de processos de criação e arqui

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318 p. ISBN 9788522504749 (broch.).

LE GOFF, Jacques. História e memória. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012. 524 p. ISBN 9788526809550 (broch.).

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 187 p.

Bibliografia Complementar

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo, SP: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 312 p. ISBN 9788598864198 (broch.)

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORANEA DO BRASIL. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. -. 4. ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 101p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p. ISBN 9788564502109 (broch.).

SANMARTIN, Stela Maris. Arqueologia da criação artística: vestígios de uma gênese: o trabalho artístico em seu movimento. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000353548>. Acesso em: 27 abr. 2016.

ZIELINSKY, Mônica. Histórias da arte hoje: Alguns apontamentos a partir de arquivos de artistas e de historiadores. Farol, Vitória, n. 14, p. 99 - 110, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/farol/article/view/11674/8415>>. Acesso em: 27 abr. 2016.



Disciplina: ARV12948 - ACERVOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS

Ementa

Debate conceitual e histórico sobre acervos fotográficos nos arquivos. O documento fotográfico como documento de arquivo. Identificação, organização e descrição dos documentos fotográficos nos arquivos. Políticas públicas e elaboração de projetos culturais para acervos fotográficos.

Objetivos

Discutir abordagens relativas a documentos fotográficos, tendo como cenário mais amplo os documentos imagéticos. Fazem parte do escopo a discussão da própria formação de diferentes modalidades de acervo, e das diferentes origens, compreensões e usos do documento fotográfico.

Promover análise crítica a respeito da produção, circulação, distribuição, conservação e uso de documentos e informações fotográficas, considerando sua institucionalização, acessibilidade e divulgação.

Debater a utilização e preservação da fotografia em nossa sociedade, interrelacionando tais elementos à reflexão acerca da organização e disponibilização do documento fotográfico em diversas unidades informacionais, destacando a importância desses processos como formas de construção e manutenção de memórias.

Estimular os alunos para a preparação sistemática de textos que analisem questões relativas aos acervos fotográficos inseridas no escopo dos respectivos projetos.

Bibliografia Básica

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 6. ed. Campinas: Papirus, 2003. 362 p. (Ofício da Arte e Forma). ISBN 8530802462 (broch.).

FILIPPI, Patrícia de.; CARVALHO, Vania Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Como tratar coleções de fotografias. 2. ed. -. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 93 p. (Projeto como fazer 4) ISBN 8570600240 ; 8586726206 (broch.).

MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. Preservação de fotografias: métodos básicos para salvaguardar suas coleções. Cadernos técnicos de conservação fotográfica, n. 2, Rio de Janeiro, Funarte, 1997. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/cpba/cadtec/cadtec_39.htm. Acesso em 27 abr. 2016.

Bibliografia Complementar

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.7, nº13, p.49-64, jan./jun. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976> . Acesso em 27 abr. 2016

MANINI, Mirian Paula. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 226f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007.../Tese.pdf. Acesso em 27 abr. 2016.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. 152 p. (Coleção ofício de arte e forma) ISBN 9788530804244 (broch.)

MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 358 p. ISBN 9788535901498 (broch.).

ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo, SP: Ed. SENAC São Paulo, 2009. 483 p. ISBN 9788573598766 (broch.).



Disciplina: ARV12953 - ANÁLISE CRÍTICA DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS**Ementa**

Conceito de documento e de informação orgânica sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial Entorno conjuntural sobre o surgimento da Teoria das Três Idades. Análise crítica das peculiaridades inerentes à Teoria das Três Idades sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial. Entorno conjuntural sobre o surgimento do Princípio pelo Respeito aos Fundos de Arquivo. Análise crítica das peculiaridades inerentes ao Princípio do Respeito pelos Fundos sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial.

Objetivos

1. Analisar o conceito de documento e de informação orgânica sob a visão da Arquivística Custodial, da Arquivística Integrada, da Arquivística Funcional, da Arquivística Pós-Custodial.
2. Identificar o entorno conjuntural inerente ao surgimento da “Teoria” das Três Idades dos documentos de arquivo sob o ponto de vista da Arquivística Custodial.
3. Analisar as peculiaridades da Teoria das Três Idades de Documentos sob a visão da Arquivística Integrada, Arquivística Funcional (Pós-Moderna) e Arquivística Pós-Custodial.
4. Identificar o entorno conjuntural inerente ao surgimento dos Fundos de Arquivo sob o ponto de vista da Arquivística Custodial.
5. Analisar as peculiaridades dos Fundos de Arquivo sob a visão da Arquivística Integrada, Arquivística Funcional (Pós-Moderna) e Arquivística Pós-Custodial.

Bibliografia Básica

ROUSSEAU, Jena-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHLLENBERG T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília (SP), 2010. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/unesp/93669/tognoli_nb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 28 abr. 2016.

_____. A construção da diplomática (recurso eletrônico): em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em:

<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência. v. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual dos Arquivistas holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: 28 abr. 2016

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental - 2. Ed. Ver. E ampl. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DICONÁRIO eletónico de terminologia em ciência da informação. Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1239>. Acesso em: 29 abr. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887>. Acesso em 28 abr. 2016.



TORRES, Simone. O conceito de documento na ciência da informação e arquivologia Modalidade de apresentação. 2013. (pôster) http://mba.eci.ufmg.br/downloads/Document_Enancib2013.pdf. Acesso em: 29 abr. 2016.

Disciplina: ARV12946 - ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO

Ementa

A Ciência e a produção do conhecimento científico. Avaliação da produção científica e tecnológica a partir dos fundamentos da bibliometria, cientometria, infometria, webometria, altmetria e patentometria.

Objetivos

Capacitar o aluno com conhecimentos gerais sobre raciocínio lógico facilitando o desenvolvimento do seu raciocínio frente à argumentações e permitindo-o ficar arisco quando refletir e versátil ao pensar.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A.G.C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. Datagramazero, v.11, n.3, jun.2010. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun10/Art_05.htm.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Estudos métricos da informação em ciência e tecnologia no Brasil realizados sobre a unidade de análise artigos de periódicos. Liinc em Revista, v.9, n.1, p.6-27, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/li-inc/article/view/558>.

NORONHA, Daisy Pires; MARICATO, João de Melo. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.l.], p.116-128, abr. 2008. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p116>

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução história e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CIFORM- ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. Anais... Salvador: ICI/UFBA, 2005

POBLACION, Dinah Aguiar; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica: 42 contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. 426 p. ISBN 9788586421198 (broch.).

RIBEIRO, Fernanda. Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996 (Base de dados: RCAAP) . Disponível em: [10721="">](http://10721.rcaap.pt/). Acesso em 11 fev. 2015 (Catálogo da Biblioteca Central da UFES informa que texto completo pode ser acessado via RCAAP).

SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. (02 exemplares disponíveis).



Disciplina: ARV12960 - PROJETO DE CONSULTORIA EM ARQUIVOS

Ementa

O serviço de consultoria em arquivos e funções arquivísticas. Diagnóstico: problemas, consequências e soluções. Projeto de Consultoria em Arquivos: projetando soluções em arquivo.

Objetivos

- Discutir o serviço de consultoria como parte da atuação do arquivista na sociedade e no mercado de trabalho;

- Promover a reflexão sobre as consequências dos problemas no(s) arquivo(s) para seus detentores em diversos aspectos: legal, econômico e comunicacional;

- Instrumentalizar o discente para propor soluções viáveis aos problemas encontrados no(s) arquivo(s) tendo em vista eliminar ou minimizar as consequências negativas que acarretam esses problemas;

Bibliografia Básica

BELLOTTO, Heloísa. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: ARQ-SP, 2002. (Scripta, 1).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; MARTINEAU, Jocelyne. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. 1ª ed. Brasília: Finatec, 1999. 190 p.

Bibliografia Complementar

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

MELO, Kátia Isabelli B. de Mello. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho; Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologias, práticas. 9ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, Marilena Paes. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 228 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, Theodore Arquivos Modernos, Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Disciplina: ARV12959 - PROJETO DE PRODUTOS EM ARQUIVOS

Ementa

Os produtos das funções arquivísticas. Arquivos como insumo para indústrias culturais e de comunicação. Projeto de produto em arquivos: ideia ou designdo produto, identificação da clientela ou mercado-alvo, estratégia de marketing, precificação, custos, lucro esperado e teste de produto.

Objetivos

- Discutir o produto como parte da inserção das instituições arquivísticas e dos arquivistas na sociedade de consumo;

- Instrumentalizar o discente para apresentar aos tomadores de decisão um produto a partir dos documentos de arquivo;

- Testar linhas de produtos para arquivos incluindo diversos segmentos de produtos do



mercado desde souvenirs até homepages;

Bibliografia Básica

BAUDRILLARD, J. A Sociedade de Consumo. 3ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAXTER, M. Projeto de Produto: Guia Prático para o Desenvolvimento de Novos Produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

BELLOTTO, H. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: ARQ-SP, 2002. (Scripta, 1).

CAMARGO, A. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.

Bibliografia Complementar

CURCHILL, G. A. & PETER, J. P. Marketing: Criando Valor para os Clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COUTURE, C; DUCHARME, D.I; MARTINEAU, J. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. 1ª ed. Brasília: Finatec, 1999. 190 p.

DELMAS, B. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

MELO, K I. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

PAES, M. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 228 p.

ROUSSEAU, J, COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos, Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Disciplina: ARV12962 - PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Ementa

Políticas, instrumentos, conceitos, critérios, práticas e agentes preservacionistas. Bases legais, intelectuais e documentais do patrimônio institucionalizado.

Objetivos

Abordar conceitos e a ampliação conceitual da noção de patrimônio. Realizar análise contextualizada e comparativa entre “cartas patrimoniais” e práticas de constituição do patrimônio no Brasil. Discutir as bases intelectuais que orientam os critérios de seleção de bens de interesse para a preservação, atentando para a historicidade do caráter político-ideológico presente nos critérios de seleção para elaboração e implantação de instrumentos preservacionistas. Tratar a constituição do patrimônio como instrumento de formulação e materialização de memórias e identidades coletivas/nacionais por meio da construção de bases documentais.

Bibliografia Básica

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2006. (27 exemplares na Biblioteca)

MURGUIA, Eduardo Ismael; GRIGOLETO, Maira C. O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes. In: X ENANCIB, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3313/2439> . Acesso: 01 de jun. 2016.

GRIGOLETO, Maira C.; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. XVI ENANCIB, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2928/984> . Acesso em: 01 de jun. de 2016.

Bibliografia Complementar

BASTARDIS, Jean. O programa nacional de preservação da documentação histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf . Acesso: 01 de jun. 2016.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigerio da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 44-48. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader>.



net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7951&pesq =. Acesso: 01 de jun. 2016.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> . Acesso: 01 de jun. 2016.
CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, p. 147-165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 07 nov. 2016.
CRIVELLI, Renato. A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO. Marília, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93682/duarte_rc_me_mar.pdf?sequence=1

Disciplina: ARV12929 - RACIOCÍNIO LÓGICO

Ementa

A construção do conhecimento através da argumentação e raciocínio lógico. Pensamento indutivo e dedutivo. Proposições. Conectivos. Tabela verdade. Equivalência lógica e negação de proposições. Diagramas lógicos. Lógica da argumentação. Implicação lógica. Associação lógica. Introdução ao pensamento crítico.

Objetivos

Capacitar o aluno com conhecimentos gerais sobre raciocínio lógico facilitando o desenvolvimento do seu raciocínio frente a argumentações e permitindo maior reflexão e versatilidade na formulação do raciocínio. Desenvolver a capacidade de estabelecer relações e conexões nos diferentes contextos organizacionais, societários e relacionados com o dia a dia.

Bibliografia Básica

KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo lógica. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 179 p. ISBN 9788532606556 (broch.).
MORTARI, Cezar A. Introdução à lógica. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. xiii, 393 p. ISBN 9788571393370 (broch.).
COPI, Irving Marmer. Introdução a lógica. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 488, [3] p. ISBN 9788587068057 (broch.).

Bibliografia Complementar

BARROS, Dimas Monteiro de. Raciocínio lógico: [matemático e quantitativo: teoria e testes]. São Paulo: Novas Conquistas, 2001. 475 p. ISBN 9788588176119 (broch.).
CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. Raciocínio lógico e matemática para concursos: mais de 730 questões e itens resolvidos e comentados. 6. ed., rev. e ampl Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2009. Não paginado ISBN 9788535235821 (broch.)
VILLAR, Bruno. Matemática e raciocínio lógico quantitativo: teoria e treinamento prático. São Paulo: Método, 2010. xvii, 381 p. (Série Concursos públicos) ISBN 9788530930530 (broch.).
VILLAR, Bruno. Raciocínio lógico ESAF. Niterói, RJ: Impetus, 2012. 186 p. (Série impetus questões). ISBN 9788576265726 (v.1 : broch.).
ROCHA, Enrique; AIRES, Marcos. A lógica do cotidiano: como o raciocínio lógico contribui para o seu desenvolvimento profissional. Niterói, RJ: Impetus, 2010. 214 p. ISBN 9788576264255 (broch.).



Disciplina: ARV13049 - SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS (SGDB)**Ementa**

Conceitos de Banco de Dados. Modelagem de Banco de Dados Relacional. Construção e manipulação de Bancos de Dados Relacional.

Objetivos

O aluno deverá conhecer a terminologia básica da área de Banco de Dados e saber aplicar esta terminologia. O aluno também deverá ser capaz de realizar uma análise de domínios de conhecimento para criar um modelo relacional de um banco de dados, desenvolvendo diagramas de entidade e relacionamento e projetos lógicos de banco de dados. O aluno também deverá ser capaz de criar pequenos bancos de dados utilizando um SGBD de interface gráfica amigável e sendo um software livre.

Bibliografia Básica

HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 282 p. (Série livros didáticos informática UFGRS ; 4) ISBN 9788577803828 (broch.)

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício Pereira de. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 17. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Érica, 2012. 320 p. ISBN 9788536502526 (broch.)

O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. Ed. Saraiva, 2ª Edição, 2004

Bibliografia Complementar

BALDAM, Roquemar de Lima; CAVALCANTI, Marcos; VALLE, Rogério de Aragão Bastos de. GED: gerenciamento eletrônico de documentos. 2. ed. rev. e atual. - São Paulo: Érica, 2004. 204 p.

MARCON, Antonio Marcos. Aplicações e banco de dados para internet. São Paulo: Érica, c1999. 366p.

RAMEZ, ELMASRI; NAVATHE, SHAMKANT B. Sistemas de Banco de Dados: Fundamentos e Aplicações. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2002.

Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em: Maio de 2016.

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. 2005. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf

Disciplina: ARV12967 - CIÊNCIAS DE DADOS**Ementa**

Metodologias e técnicas da ciência de dados para armazenamento, análise, tratamento, acessibilidade e visualização de dados.

Objetivos

O aluno deverá conhecer as metodologias e técnicas da ciência de dados para armazenamento, análise, tratamento, acessibilidade e visualização de dados.

Bibliografia Básica

CARVALHO, L. A. V. - Data Mining: A mineração de dados no marketing, medicina, engenharia e administração. São Paulo: Érica, 2001. FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; SMITH, P. Knowledge Discovery and Data Mining: Towards a Unifying Framework. In Proceedings of the Second International Conference on Data Mining and Knowledge Discovery, AAAI Press, Menlo Park, US; 1996. Disponível em [kdd96-="" 014.pdf="">](#). Acesso em Maio de 2016. REZENDE, Solange Oliveira. Mineração de Dados. Anais do V Encontro Nacional de Inteligência Artificial, Sociedade Brasileira de Computação. ISBN: 8576690330. São Leopoldo RS, 25 a 29 de julho de 2005. Disponível em [0102.pdf="">](#). Acesso em Maio de 2016. SILVA, Leandro. A.; SILVA Luciano. Fundamentos de Mineração de Dados Educacionais. Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014) Workshops (WCBIE 2014). Disponível em [cbie.wcbie.2014.568="">](#). Acesso em Maio de 2016.



Bibliografia Complementar

BAKER, R.; ISOTANI, S.; DE CARVALHO, A. Mineração de Dados Educacionais: Oportunidades para o Brasil. Revista Brasileira de Informática na Educação, Volume 19, Número 2, 2011. Disponível em 67 . Acesso em Maio de 2016.

CHEN, Hsinchun; CHIANG, Roger HL; STOREY, Veda C. Business Intelligence and Analytics: From Big Data to Big Impact. MIS quarterly, v. 36, n. 4, p. 1165-1188, 2012. Disponível em . Acessado em Junho de 2015.

CURTY, Renata Gonçalves; SERAFIM, Jucenir da Silva. A formação em ciência de dados: uma análise preliminar do panorama estadunidense. Revista Informação e Informação. DOI:10.5433/1981-8920. 2016v21n2p307. Londrina, v. 21, n. 2, p. 307-328. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em jun de 2019.

FERRARI, Luciana Itida. Uma Metodologia para Extração de Informação sobre o Sistema Imunológico. Tese (Doutorado). Coordenação do Programa de pósgraduação em Engenharia de Sistemas e Computação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), RJ, 2008.

LOTT, Yuri Monnerat and CIANCONI, Regina de Barros. Vigilância e privacidade, no contexto do big data e dados pessoais: análise da produção da Ciência da Informação no Brasil. Perspect. ciênc. inf. [online]. 2018, vol.23, n.4, pp.117-132. ISSN 1413-9936. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3313>. Acesso em jun de 2019.

PIATETSKY-SHAPIO, G. FAYYAD, U. An Introduction to SIGKDD and A Reflection on the Term 'Data Mining'. SIGKDD Explorations Volume 13, Issue 2, Page 102, 2011. Disponível em . Acesso em Maio de 2016.

Disciplina: ARV12966 - ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

Ementa

Fundamentos em Arquitetura da Informação e Usabilidade. Técnicas de avaliação de interfaces e avaliação da experiência do usuário. Organização e classificação de informações. Taxonomia, folksonomia e sistemas de navegação e recuperação de informações.

Objetivos

Abordar o tratamento estruturado da informação. Apresentar a classificação das redes de computadores e a Internet. Apresentar ferramentas para a construção de websites. Estudar os diferentes tipos de aplicações web.

Bibliografia Básica

COSTA, L. F.; RAMALHO, F. A. A Usabilidade nos Estudos de uso da Informação: em Cena Usuários e Sistemas Interativos de Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 1, p. 92-117, jan/abr 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n1/06.pdf>. Acesso em: Maio de 2016

LACERDA, F.; Lima-Marques, M. Da Necessidade de Princípios de Arquitetura da Informação para a Internet das Coisas. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 2, p. 158-171, abr/jun 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2356/1600> Acesso em: Maio de 2016

SOUZA, O. A Usabilidade na Perspectiva do Uso da Informação: Estatística das Pesquisas Sobre o Tema no Brasil. Informação & Sociedade, v. 25, n. 1, p. 159-172, jan/abr 2015. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/159/13196>. Acesso em: Maio de 2016

Bibliografia Complementar

CASTRO, E. HTML, XHTML e CSS - Guia Rápido e Visual. 6. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.

FREEMAN, E. Use a Cabeça: HTML com CSS & XHTML. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2008.

HARTSON, R.; PYLA, P. The UX Book: Process and Guidelines for Ensuring a Quality User Experience. 1st. ed. San Francisco, CA, USA: Morgan Kaufmann Publishers Inc., 2012.

LEWIS, J. R.; MOSCOWITZ, M. CSS Avançado. 1. ed. Rio de Janeiro: NOVATEC, 2010.

MORRISON, M. Use a Cabeça JavaScript. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2008.

ROSENFELD, L.; VERAS, M. Information Architecture for the World Wide Web. 3. ed. New York, NY: Oreilly & Assoc., 2006.



SILVA, M. S. HTML 5 - A Linguagem de Marcação que Revolucionou a WEB. Rio de Janeiro, RJ: Novatec, 2011.

UNGER, R.; CHANDLER, C. O Guia para Projetar UX. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: STARLIN ALTA CONSULT, 2009.

VERAS, M. Virtualização Componente Central do Datacenter. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2011.A

Disciplina: ARV12969 - A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: MÍDIAS SOCIAIS E TERCEIRO

Ementa

Processos de comunicação institucional e atuação integrada às redes sociais. A Comunicação e a mundialização. Tendências contemporâneas das abordagens sociológicas das novas mídias. O terceiro setor. A cibercultura e a sociedade em rede na formação de projetos colaborativos.

Objetivos

Geral: 2.1 Desenvolver estudos a cerca das temáticas: comunicação pública, redes sociais e terceiro setor. 2.2 Observar as possibilidades da comunicação interativa na esfera da gestão pública em consonância com aplicabilidade de serviços à sociedade brasileira; 2.3 Analisar alguns estudos de casos institucionais (atendimento ao público, avaliações entre outros);

Específico: 2.5 Promover o conhecimento e o debate teórico sobre a Comunicação Pública/redes sociais/Terceiro setor; 2.6 Estudar as aplicabilidades das redes sociais e do terceiro setor no âmbito das instituições públicas brasileiras; 2.7 Fornecer subsídio teórico para o desenvolvimento de projetos no domínio dos estudos acadêmicos;

Bibliografia Básica

COELHO, Simone de Castro. Terceiro Setor: Um Estudo Comparado Entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2000. 223p.

LEVY, Pierre O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

CENPEC. ONG: Tendências e Necessidades. São Paulo; Cenpec /Unicef /Itaú; 1998; Livro.

COSTA, Aloysio Teixeira. Administração de Entidades sem fins lucrativos. São Paulo, Nobel, 1992.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Nanci Valadares de. Autogestão: O Nascimento das ONGs. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DRUCKER, Peter. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

FERNANDES, Rubem César. Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

FERNANDES, Rubem Cesar (coord.) Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER,1993.

FERNANDES, Rubem César. & PIQUET, Leandro. ONGs Anos 90: A Opinião dos Dirigentes Brasileiros. Rio de Janeiro: ISER,1991.

IOCHPE, Evelyn Berg (Org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1997.

INGRAM, Richard T. Dez Responsabilidades Básicas das Diretorias de Organizações Sem Fins Lucrativos. National Center for Nonprofit Boards - NCNB, 1994.

JAMES, E. Austin. Parcerias- Fundação e Benefícios para o 3º Setor. Editora Futura.Fundação Peter Druker.

LANDIM, Leilah (org.). Ações em Sociedade. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.

LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser - Textos de Pesquisa, 1993.



LEVY, Pierre Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 249 p.
MONTENEGRO, Thereza. O que é ONG. São Paulo: Brasiliense, 1994. 98p. (Coleção Primeiros Passos).

Disciplina: ARV12970 - PESQUISA DE OPINIÃO: MÉTODO E FUNÇÃO

Ementa

Introdução aos conceitos de pesquisa de opinião pública, a formação do público, técnicas de pesquisa de opinião pública. A Comunicação e seu papel na formação da opinião pública, instrumentos de pesquisa, institutos de pesquisa.

Objetivos

Geral:

2.1 Desenvolver estudos a cerca de pesquisa de opinião no sentido de observar as limitações e a possível influencia das técnicas de sondagem nas tomadas de decisão administrativa; 2.2 Analisar alguns estudos de casos institucionais (atendimento ao público, avaliações quantitativas e qualitativas entre outros); 2.3 Analisar aplicabilidade de questionários conforme a metodologia de perguntas diretas e não diretas; 2.4 Análise de conteúdo das pesquisas que são vinculadas na mídia.

Específico: 2.5 Promover o conhecimento e o debate teórico sobre pesquisa de opinião/mídia/público; 2.6 Estudar as aplicabilidades de questionários e tipos de pesquisa; 2.7 Estudar o planejamento e aplicabilidade de pesquisa no contexto de gestão; 2.8 Desenvolver um estudo prático de pesquisa de opinião.

Bibliografia Básica

AAKER, David, e outros. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001.
BREEN, George E., BLANKENSHIP, Albert B. Pesquisa de mercado. São Paulo: Makron Books, 1993.
BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Polis, 1982
BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos In THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Polis, 1982.
CHURCHILL JR, Gilbert A , J. Paul Peter. Marketing: Criando Valor para os Clientes. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
COTRIM, Sérgio P. de Queiroz. Contato Imediato com Pesquisa de Propaganda. São Paulo: Global, 1988.

Bibliografia Complementar

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: A edição do Novo Milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
LIVINGSTONE, James McCardle. Pesquisa de mercado: uma abordagem operacional. São Paulo: Atlas, 1982.
MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988.
MALHORTA, Naresh K. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Bookman, 2001.
MATTAR, Fauze Nagib. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2000.
MAZZON, J. A., GUAGLIARDI, J. Marketing: aplicações de métodos quantitativos. São Paulo: Atlas, 1983.
SILVA, Nilza Nunes. Amostragem Probabilística. São Paulo: Edusp, Série Acadêmica 18, 1998.
TRUJILLO, Víctor. Pesquisa de Mercado Qualitativa e Quantitativa. São Paulo: Scortecci, 2001.



Disciplina: ARV12971 - PRÁTICA EM TECNOLOGIA I

Ementa

Proporcionar ao aluno experiências práticas utilizando a tecnologia da informação aplicáveis à Arquivologia e áreas do currículo do curso.

Objetivos

Aplicar, na prática, os conceitos teóricos obtidos nas demais disciplinas, em ambientes reais ou laboratórios.

Bibliografia Básica

Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória - ES: MP-ES, 2014. Disponível em <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.)

RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.).

Bibliografia Complementar

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro. 2014. 29 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/repositorios/conarq_repositorios_completa.pdf. Acesso em: Maio de 2016.

FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: Maio de 2016.

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro. 2009. 139 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf.

THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-68ZRKF/doutorado__katia_de_padua_thomaz.pdf. Acesso em: Maio de 2016.

Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em: Maio de 2016.



Disciplina: ARV12972 - TÓPICOS ESPECIAIS EM TECNOLOGIA I

Ementa

Apresentar inovações em tecnologia da informação para Arquivologia e áreas do currículo do curso.

Objetivos

Apresentar o estado da arte da tecnologia voltada para Arquivologia e áreas do currículo do curso.

Bibliografia Básica

Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória - ES: MPES, 2014. Disponível em <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>>. Acessado em Junho de 2016. SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.).

Bibliografia Complementar

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro. 2014. 29 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/repositorios/conarq_repositorios_completa.pdf Acesso em: Maio de 2016.

FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf> Acesso em: Maio de 2016.

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro. 2009. 139 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf.

THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA68ZRKF/doutorado__katia_de_padua_thomaz.pdf Acesso em: Maio de 2016.

Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em: Maio de 2016.



Disciplina: BIB14869 - EDUCANDO PARA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA

Ementa

Aspectos históricos, sociológicos e culturais africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira. Políticas Afirmativas e relações étnico-raciais, identidades e subjetividades. Contexto conceitual das culturas africanas e afro-brasileiras na biblioteconomia. Inclusão e discussão da temática em bibliotecas e unidades de informação

Objetivos

Contextualizar aspectos teóricos, históricos e conceituais relacionados às culturas africanas e afro-brasileiras na Biblioteconomia. Apresentar formas de discussão e inclusão das temáticas nas bibliotecas, centros e unidades de informação. Compreender as proposições e as formas de ações afirmativas para a população negra em suas múltiplas perspectivas. Examinar o conceito de raça social como categoria de análise sociocultural. Analisar a produção social e histórica do racismo na produção informacional brasileira. Desconstruir estereótipos e estigmas produzidos contra o negro na produção literária brasileira. Conhecer os pressupostos para a inserção de conteúdos informacionais da temática da história e cultura afro-brasileira e africana. Analisar a produção do Movimento Negro acerca do antirracismo.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

HISTÓRIA geral da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982-1991. 8 v.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson dos. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). A História da educação dos negros no Brasil. Niterói, RJ: EDUFF, 2016.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos; ROCHA, Solange Pereira da (Org.). Diáspora africana nas Américas. Cruz das Almas, BA: Ed. UFRB; Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação pesquisa. Florianópolis: ACB, 2018. Disponível em: <<https://www.acbsc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/LIVRO-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018. SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Camara; SALDANHA, Gustavo Silva. As Temáticas Africana e Afro-Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 10, p. 1-21, 2017.

SILVA, Andreia Sousa da; FONTES, Sandra Regina. Diversidade Étnica na Biblioteca e a aplicação da lei 10,639/03. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em:

<<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/72/pdf>>. Acesso em: 09



Disciplina: BIB14870 - TÓPICOS EM LEITURA

Ementa

Leitura: conceitualizações, aspectos históricos e culturais. Leitura e dialogicidade. Concepções de linguagem, de leitura e de leitor. Práticas de leitura de diferentes gêneros textuais. Estudo crítico acerca de estratégias de Leitura. Leitura, discurso e intertextualidade. O ato de ler, os processos de leitura e seus diferentes níveis e contextos de realização/produção. Leitura como processo de produção de efeitos de sentidos. Leitura e direitos humanos.

Objetivos

1. Estudar o processo da leitura, seus diferentes níveis, seu desenvolvimento histórico-cultural e sua natureza discursiva/intertextual. 2. Discutir a leitura como movimento de produção, reconstrução e construção de sentido: os diferentes gêneros do discurso. 3. Pensar, criticamente, a leitura como possibilidade de ampliação da compreensão do mundo. 4. Discutir a leitura como direito humano.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
DUARTE, Newton; DELLA FONTE, Sandra Soares. Arte, conhecimento e paixão na formação humana: sete ensaios de pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Bibliografia Complementar

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002.
CHARTIER, Roger (Org., dir.). Práticas da leitura. 4. ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
CONDINI, Paulo; PRADO, Jason. A formação do leitor: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999.
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 31. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
LEITE, Leni Ribeiro (Org.). Leitor, leitora: literatura, recepção, gênero. Vitória, ES: EDUFES: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011.
MEDEIROS, Lídia G.; BONFIM, Alexandre Maia do; SANTOS, Sérgio Pizzot Rodrigues dos. A leitura como Direito Humano: uma reflexão de como a leitura é indispensável à liberdade.. Dignidade Re-Vista, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 9, jun. 2016.
MORO, Eliane Lourdes da Silva; NEVES, Iara Conceição Bitencourt; ESTABEL, Lizandra Brasil (Org.). Mediadores de leitura na bibliodiversidade. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

Disciplina: BIB14871 - ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM

Ementa

Interfaces em Bibliotecas Digitais. Web Semântica e suas tecnologias. Ontologias na recuperação de informações. Descrições e recuperações semânticas para coleções especiais.

Objetivos

Conhecer instrumentos de organização da informação e do conhecimento em contextos digitais, repositórios e bibliotecas digitais em uso na Web e linguagens para representação de objetos digitais na Web.

Bibliografia Básica

BREITMAN, Karin Koogan. Web semântica: a internet do futuro. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011.
ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

Bibliografia Complementar



BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: Ancib, 2008.

CURRÁS, E. Ontologias, taxonomia e tesaurus: em teoria de sistemas e sistemática. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

SILVA, Daniela Lucas da; SOUZA, Renato Rocha; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Ontologias e vocabulários controlados: comparação de metodologias para construção. Ciência da Informação, v. 37, n.3, p. 60-75, set./dez. 2008.

SILVA, Daniela Lucas da; SOUZA, Renato Rocha. Representação de documentos multimídia: dos metadados às anotações semânticas. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v., p., 2014.

SILVA, Daniela Lucas da. Ontologias para representação de documentos multimídia: análise e modelagem. 2014. 441 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola da Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. Dados abertos conectados. São Paulo, SP: Novatec, 2015.



PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a formação do bibliotecário (BRASIL, 2001), o Departamento de Biblioteconomia da Ufes estabelece como missão [1] “Gerar conhecimento para a formação técnico-científica do profissional da informação, contribuindo para o aprimoramento do processo de socializar a informação” tendo em vista a missão da Ufes de “Gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional” (PDI 2015-2019/Ufes, 2016, p. 17).

Tendo em vista o alcance de tais missões o curso de Biblioteconomia/Ufes, atualmente opera com dois grupos de pesquisa registrados no CNPQ: 1) Educação e Trabalho em Arquivologia e Biblioteconomia no qual integra as seguintes linhas de pesquisa: Formação e Atuação de Arquivistas e Bibliotecários; Mineração de Dados Educacionais; Organização de Documentos Multimídia; Sociedade, Informação e Cultura(s); Mediação, compartilhamento e apropriação da informação; Competência em informação em variados ambientes profissionais da informação; Biblioteca escolar e 2) Memória e Tecnologia tendo como linha de pesquisa: Memória e Tecnologia .

Todas as linhas de pesquisa contemplam projetos coordenados por professores doutores e encontram-se registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes (PRPPG). Neles integram professores do Departamento de Biblioteconomia, servidores da Biblioteca Central da Ufes, egressos e alunos do Curso. A participação de alunos contempla duas modalidades: bolsistas de Iniciação Científica e bolsistas voluntários selecionados de acordo com normas da PRPPG e/ou do professor responsável pela coordenação do projeto. Atualmente conta-se com cerca de 6 (seis) alunos bolsistas, sendo 02 (dois) de iniciação científica e 08 (oito) egressos voluntários.

Todos os projetos de pesquisa são vinculados às áreas de atuação/especialização do professor e, respectivamente, às disciplinas do curso. Dessa maneira, alguns projetos são desdobrados e dão origem a projetos de extensão, em virtude de sua especificidade e característica das atividades. É o caso, por exemplo, do Projeto de Extensão Ideias e Práticas/Informação e Cultura, que está vinculado tanto à disciplina Ação Cultural como a projetos de pesquisa de linhas que integram o grupo de pesquisa Educação e Trabalho em Arquivologia e Biblioteconomia e, conta com participação de alunos regulares, egressos, bibliotecários atuantes em instituições públicas e na Biblioteca Central da Ufes.

EXTENSÃO NO CURSO

A UFES, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, desenvolve atividades voltadas à comunidade interna e externa por meio de programas constituídos de um conjunto de projetos e atividades afins, cumprindo assim, o que estabelece a Missão da Universidade inscrita no seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesse contexto, a extensão é definida como: “[...] ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social” (PROEX, 2018, p. 1). Assim, reconhecida como função social da universidade, as atividades de extensão estão classificadas em: I. Programas; II. Projetos; III. Cursos; IV. Eventos; V. Produtos; VI. Prestação de serviços (PROEX-UFES, 2018).

No âmbito do curso de Biblioteconomia, bem como na Ufes, as atividades de extensão visam obedecer o disposto na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, conforme dispõe a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. No Art. 4º da referida Lei diz, “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do



total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018, p. 2). Tendo em vista a carga horária de 2.490 horas para integralização curricular do curso de Biblioteconomia, compreendemos que o PPC deve contemplar 249 horas, no mínimo, de atividades de extensão, porém, reunidas as desenvolvidas em disciplinas e independente delas, são contempladas total de 254 horas.

De modo geral as atividades de extensão no Curso são oriundas de ações e projetos vinculados à disciplinas e/ou atividades de pesquisa coordenadas por docentes e contam com a participação de discentes e demais membros da sociedade interna e externa à UFES para concretização, proporcionando assim, o comprometimento do departamento de Biblioteconomia com o fortalecimento da função intrínseca da Universidade de produzir, sistematizar e difundir conhecimento, possibilitando que as atividades de pesquisa e ensino estejam interligadas com as demandas de setores externos.

Dentre as atividades de extensão sob responsabilidade dos docentes do Curso de Biblioteconomia destacam-se a promoção de cursos, eventos, entre outros serviços. Estas estão sistematizadas e organizadas de modo a atender o que preconiza a Normativa vigente, no que compreende a carga horária, do seguinte modo:

Nome: BiblioAcolhida e Programa de Enriquecimento Curricular

Carga Horária: 100 horas

Atividade: Palestras, minicursos, oficinas temáticas

Público Alvo: discentes do curso, profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia.

Nome: Projeto Informa-Ação e Cultura

Carga horária: 80 horas

Atividade: Planejamento e implantação de atividades na área da cultura, educação e informação Público alvo: Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia, estudantes.

Nome: Disciplina Ação Cultural

Carga horária: 06 horas

Atividade: Cursos de curta duração, eventos como palestras, seminários, oficinas, mesas redondas Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Serviço de Recuperação da Informação I

Carga horária: 06 horas

Atividade: Competências Informacionais em Ambiente Virtual. Cursos de curta duração, oficinas. Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Disciplina Estudos de Usuários

Carga horária: 06 horas

Atividade: Competências Informacionais em Ambiente Virtual. Cursos de curta duração, oficinas Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Disciplina Normalização da Informação

Carga horária: 06 horas

Atividade: Normalização de trabalhos acadêmicos

Público Alvo: Alunos, pesquisadores e profissionais bibliotecários da Ufes e comunidade externa

Nome: Disciplina Editoração

Carga horária: 06 horas

Atividade: Serviço de editoração

Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Disciplina Fundamentos Educacionais em Biblioteconomia

Carga horária: 12 horas

Atividade: Atividade cultural, oficinas, palestras

Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Seminário sobre Atuação Profissional

Carga horária: 12 horas

Atividade: Cursos de curta duração, eventos como palestras, seminários, oficinas, mesas redondas Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Nome: Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso



Carga horária: 20 horas

Atividade: Apresentação de pesquisas

Público alvo: Discentes de Biblioteconomia e outros cursos da Ufes, Profissionais bibliotecários e de áreas afins à Biblioteconomia

Torna-se importante destacar que os docentes e outros profissionais que trabalham com extensão universitária, desenvolvem atividades caracterizadas como cursos de formação continuada oferecidos para profissionais egressos do curso de Biblioteconomia/Ufes e outros com atuação em bibliotecas escolares e públicas dos municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha e Guarapari, etc.

Além dos projetos e disciplinas o curso oportuniza a extensão por meio de empresa júnior, na qual serviços são ofertados à comunidade externa com participação de discente sob orientação de professores do Curso. E, ainda o evento Mostra de Profissões organizado pelas pró-reitorias de Graduação (Prograd) e de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci) que tem como finalidade divulgar os cursos de graduação oferecidos na Ufes a estudantes concluintes da educação básica (das redes pública e particular), que almejam ingresso na educação superior.

Vale ressaltar que todos os projetos e atividades de extensão contam com engajamento e participação de discentes. Dessa maneira, o Curso propicia vivência dos alunos em contextos sociais e culturais que demandam saberes e fazeres do bibliotecário, bem como propicia a comunidade externa serviços e produtos de informação, inerentes ao campo de conhecimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.



AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do projeto do curso de Biblioteconomia compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), instituído, na Ufes, pela Resolução nº 53/2012 e revista pela Resolução nº 06/2016 do CEPE. Suas atribuições relacionam-se à consolidação do perfil profissional do egresso do curso, integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do projeto pedagógico do curso.

No âmbito do Curso, conforme previsto no Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Biblioteconomia, o NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoria ao Colegiado do Curso de Biblioteconomia sobre matéria de natureza acadêmica e sua composição, atualmente vigente, designada pelo diretor do CCJE por meio da Portaria nº 004 de 3 de maio de 2016, é constituída por 07 (sete) membros docentes e 02 (dois) representantes discentes. Dos membros docentes, todos pertencem ao regime de trabalho de tempo integral (Dedicação Exclusiva) e desses, 06 (seis) possuem titulação acadêmica (nível doutorado) obtida em programas de pós-graduação stricto sensu no País.

Considerando suas atribuições o NDE, articulado com a gestão do Colegiado do curso de biblioteconomia, tem cumprido-as como também realizado diversas ações mobilizadoras e preparatórias para as atividades de reformulação curricular. Todas as ações empreendidas pelo NDE e Colegiado ocorrem com a participação dos discentes, seja pela via formal de representação designada, seja pela participação dos discentes que compõem a Câmara Departamental, por discentes convidados ou voluntariados.

Nesse processo a participação discente é considerada extremamente relevante e, no intuito de ampliar a visão do curso e qualificar o relacionamento com o corpo discente foi instituído grupos de representação de turmas junto à coordenação do curso, de modo que cada discente representante, em diálogo com a turma, promova diagnóstico de situações relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, a questões relacionadas à infraestrutura e outras inerentes à formação acadêmica. Assim, em reunião regular com a coordenação do curso, as demandas e proposições são discutidas e posteriormente, apresentadas em reunião pedagógica (conselho de classe) e reunião do NDE.

Como resultado às demandas apresentadas pelos estudantes, uma das ações desenvolvidas foi a criação e implementação, desde 2016, do Programa de Enriquecimento Curricular (PEC) proposto ao Colegiado pela presidência do Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atendimento a atribuição de promover a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo. O PEC foi criado sob a responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante do curso de Biblioteconomia em parceria com o Colegiado de Biblioteconomia e Centro Acadêmico Livre de Biblioteconomia. Tem sido realizado na abertura dos semestres letivos e integra o evento formal de abertura de cada semestre letivo denominado BiblioAcolhida, que tem como objetivo Integrar o calouro em Biblioteconomia com o curso, o CCJE e a vida acadêmica na universidade. O PEC objetiva melhorar o desempenho acadêmico do graduando e também propiciar uma formação transversal considerando a consolidação de competências em informação, de natureza acadêmica e profissional, qualificadoras para o ingresso do graduando no mercado de trabalho. Define-se por aprendizagens que o curso tem como intenção promover nos seus alunos resultantes de valores que enquadram o projeto pedagógico e educativo da formação, mas que, não são alvo explícito de uma instrução formal e de uma avaliação de resultados verificados nos processos regulares de avaliação do curso. Compreendemos que tais aprendizagens são importantes e socialmente homogeneizadoras para a dinâmica de integração e formação curricular. Enfim, constitui-se como um evento de formação incluído no semestre letivo regular.

As atividades envolvem a consolidação de competências acadêmicas e ligadas à formação



profissional a partir de oficinas, visitas técnicas e palestras oferecidas aos alunos do curso e também egressos interessados. Os eventos que compõem o BiblioAcolhida e o PEC ocorrem regularmente na primeira semana de cada semestre letivo. São utilizadas as salas de aula, laboratórios previamente agendados e auditórios. Os docentes vinculados ao Departamento de Biblioteconomia e egressos convidados atuam como facilitadores, organizadores e colaboradores das atividades previstas. Os graduandos são vinculados antecipadamente às oficinas e palestras, proporcionalmente distribuídos, para permitir maior homogeneidade na formação das turmas, maior abrangência na participação das temáticas, melhoria do processo de aprendizagem na primeira semana letiva de aula. Dentre as temáticas trabalhadas nas oficinas podemos citar: Técnicas de leitura, Mapas conceituais, Introdução ao BIBLIVRE, Produção de textos, Repositórios institucionais, Elaboração de artigos científicos, Oratória, Elaboração de trabalhos acadêmicos, Contação de histórias, redes sociais, dentre outras. Dentre outras ações realizadas pelo NDE podemos citar:

- Acompanhamento do processo de avaliação do curso pelo MEC. O NDE desde a sua criação vem desenvolvendo um conjunto de atividades facilitadoras e apoiadoras das ações demandadas e realizados pelo colegiado de Curso. Durante o processo de preparação e avaliação do curso, ocorrido em 2015, o NDE colaborou com o Colegiado na gestão documental e na sistematização da documentação periciada pela Comissão de Avaliação do MEC.
- Reformulação curricular em atendimento a atribuição de acompanhamento, avaliação e atualização periódica do projeto pedagógico do curso. O NDE desde 2016 vem promovendo ações dirigidas à reformulação curricular. Esta Etapa deflagrou no âmbito da Câmara Departamental a análise do quadro situacional do curso de Biblioteconomia com as seguintes atividades: revisão e discussão de documentos chaves produzidos e/ou relacionados a gestão do curso de Biblioteconomia. Nesta etapa foram utilizadas como metodologia a distribuição dos docentes do Departamento de Biblioteconomia em Grupos de Trabalhos (GT) e plenárias de discussão para análise coletiva dos seguintes documentos: 1) Relatório de Atividades desenvolvidas no âmbito da Oficina de planejamento e construção coletiva das atividades do Departamento de Biblioteconomia (2011); 2) Relatório da avaliação in loco de 2015; 3) Currículo e Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia versão 2007; 4) Caderno de Avaliação Biblioteconomia/2013 (Prograd); 5) Avaliação do Curso pelos discentes realizada pela Coordenação do Colegiado em 2012; 6) Avaliação do Curso pelos discentes 2016 resultante das atividades da CPAC em 2015; 7) Relatório do ENADE 2009 e 8) Proposta de reformulação curricular elaborada por docentes do Curso em 2006. Desta etapa inicial foi produzido pelo NDE a compilação e sistematização dos resultados de discussões e encaminhamentos deliberados conforme documento apresentado ao colegiado denominado Reformulação Curricular 2016-2017: documento compilador das discussões e encaminhamentos das reuniões ocorridas entre NDE e Câmara Departamental em 2016 (UFES, 2017). Também foi elaborado um calendário de reuniões ordinárias entre NDE e Câmara Departamental para conduzir o processo de reformulação curricular nos semestres letivos de 2017.



ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

O curso de Biblioteconomia acompanha e apoia os discentes através das coordenações do curso, da coordenação de estágio, da coordenação de atividades complementares, da coordenação de trabalho final de curso, de monitorias, estágios (obrigatório e não obrigatório) e bolsas de iniciação científica, de extensão, além de apoio de administração acadêmica através de sua secretaria unificada de curso que está disponível de 07 às 21 h, de segunda à sexta-feira.

Outra medida de acompanhamento ao estudante acontece por meio de reuniões mensais da coordenação do Curso com alunos representantes de turmas. Tais reuniões configuram-se como um canal de comunicação com os alunos, tendo em vista que demandas, relacionadas ao processo ensino e aprendizagem e ao cotidiano acadêmico, de cada turma são relatadas, discutidas e posteriormente compartilhadas com o corpo docente em reuniões da Câmara Departamental e/ou reuniões pedagógicas. Estas, têm por finalidade refletir, discutir e definir ações com vistas a melhoria do processo ensino e aprendizagem. Além disso, é oferecido pela coordenação do Curso, atendimento individual aos alunos que necessitam de orientação, aconselhamento e instrução relacionada ao processo de aprendizagem e a situações de caráter pessoal.

Ainda no âmbito do Curso semestralmente, a coordenação avalia o desempenho de cada aluno, através de relatório específico fornecido pelo SIE/PROGRAD, para identificar alunos fora do ritmo de aprendizagem, ou seja, que apresente baixo desempenho acadêmico e, com isto planejar ações pedagógicas para evitar retenções, evasões e extensão do prazo de integralização do aluno. Tais ações são amparadas por procedimento de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico, regulamentado pela Resolução nº 38/2016-CEPE de 14 de outubro de 2016.

No contexto da Universidade os estudantes são apoiados por meio de programas assistenciais de unidades como: Departamento de Atenção à Saúde (DAS); Divisão de Assistência Estudantil (DAE) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI); Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Dentre os programas de assistência destaca-se o Programa de Assistência Estudantil da UFES (PROAES), coordenado pela Divisão de Assistência Estudantil (DAE), instituído em 2014 com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI). A Assistência Estudantil é destinada aos estudantes que possuem renda per capita bruta mensal de até 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo e está regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Da PROGRAD, sob responsabilidade do DAA, o Programa Pró-Ensino é voltado mais especificamente para apoiar o estudante em questões de ordem acadêmico pedagógica, de modo a promover aprendizagem satisfatória e assim, intervir diretamente no problema da retenção, desligamento e evasão nos cursos de graduação. O programa consiste na seleção de projetos de investigação e/ou intervenção, desenvolvidos por docentes, para apoiar atividades de ensino.



ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

No decorrer de 44 anos de sua existência, o curso de Biblioteconomia da Ufes formou bibliotecários que estão atuando em organizações públicas, privadas, particulares, órgão de classe, no magistério e no mercado livreiro, com atuação em nível municipal, estadual e federal, em diversos cargos desde chefia, direção, coordenação, docência, dentre outros. Manter canal de interlocução que permite ao colegiado do Curso acompanhar esses egressos, se constitui como item relevante no Projeto Pedagógico. Assim, o acompanhamento dos profissionais egressos é realizado por distintos meios de comunicação e ação.

Das ações uma compreende a manutenção de cadastro online (por meio do sitio eletrônico do Curso) dos profissionais, a fim de oportunizar contatos e obter informações sobre sua atuação no mercado de trabalho e interesses acerca de formação continuada. Outra forma de acompanhamento é por meio de participação de eventos organizados e/ou patrocinados pelo curso de Biblioteconomia. Entre esses destaca-se o BiblioAcolhida que ocorre todo início de período letivo e tem por objetivo acolhimento dos alunos ingressante e apresentação do Curso. Geralmente, essa apresentação é realizada em parceria com egressos convidados para falar do campo de atuação do bibliotecário, utilizando-se de sua trajetória, como aluno e profissional. Nesse evento inclui o Programa de Enriquecimento Curricular, cuja finalidade é oferecer, por meio de minicursos e oficinas, oportunidade de atualização, e/ou aperfeiçoamento, em áreas temáticas do Curso. Para tanto, são convidados egressos para ministrarem oficinas ou minicursos.

Destaca-se também a disciplina Seminário sobre Atuação Profissional, ofertada no 8º período, na qual são convidados egressos que atuam em distintos segmentos do mercado de trabalho para apresentarem a demanda do mundo do trabalho biblioteconômico e a atuação do bibliotecário nesse contexto. Do mesmo modo ocorre com outras disciplinas como: Fundamentos Educacionais em Biblioteconomia, Ação Cultural, Editoração, Normalização da Informação. Além dessas disciplinas o Estágio (obrigatório e não obrigatório) consiste em canal potencial de acompanhamento do egresso propiciado tanto pelas supervisões in loco realizadas por docentes do curso, como pela avaliação e acompanhamento dos estágios não obrigatórios realizados pela coordenação de estágio do Departamento de Biblioteconomia.

Participação em programas e/ou projetos de pesquisa e extensão consiste, também, em estratégia e mecanismo de acompanhamento de egresso, uma vez que há participação desse público em diversos projetos desenvolvidos por docentes no âmbito do Curso. Outro instrumento de acompanhamento do egresso são as redes sociais como face book, onde são divulgadas informações acerca do curso de Biblioteconomia. Por fim, ressalta-se a manutenção de banco de currículos de bibliotecários, com finalidade de encaminhar profissionais para empresas e ou instituições solicitantes.

Em contexto mais amplo, a Ufes implantou em 2013 o Programa de Acompanhamento de Estudante Egresso - PAEEg, constituído no âmbito da PróReitoria de Graduação - PROGRAD, com vistas a promover a melhoria constante da qualidade dos Cursos de graduação mantidos pela Universidade e a prestar contas à sociedade acerca de sua responsabilidade social.



NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1 Este regulamento fixa as normas para estágios do Curso de Graduação em Biblioteconomia, oferecidos pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (DBIB-Ufes) de acordo com as disposições da legislação federal (Lei Federal nº 11.645/2008); e dos órgãos deliberativos e executivos da UFES, especialmente a Resolução CEPE/Ufes nº 67/2002 e Resolução CEPE/Ufes nº 74/2010, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e de instruções normativas em vigor.

Artigo 2º O objetivo deste Regulamento é disciplinar o planejamento, implementação e avaliação de estágios obrigatórios e não obrigatórios que podem ser realizados pelos graduandos do Curso de Biblioteconomia oferecido pelo Departamento de Biblioteconomia da Ufes.

§ Único - Essas duas modalidades de estágios estão submetidas aos trâmites estabelecidos pela Pró-Reitoria de Graduação e demais instrumentos legais pertinentes ao ensino de graduação na UFES.

Artigo 3º O presente Regulamento deve ser aprovado pela câmara Departamental do DBIB e pelo Colegiado do Curso do DBIB-Ufes, podendo ser revisto periodicamente, no todo ou em parte visando o seu aperfeiçoamento ou atualização desde que sejam manifestadas as necessidades pelo corpo docente e discente do Curso.

CAPÍTULO II DA NATUREZA E FINALIDADE DOS ESTÁGIOS

Artigo 4 O estágio é o momento da formação inicial do graduando previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, em que o aluno mantém contato com o exercício profissional e desenvolve atividades profissionalizantes específicas da área de Biblioteconomia, sob a supervisão de um profissional.

Artigo 5 São finalidades do estágio:

I- Proporcionar aos alunos dos Cursos de Biblioteconomia a aprendizagem teórica e prática, visando seu processo de formação profissional;

II- Capacitar o aluno para conviver, compreender, analisar e intervir na realidade de sua formação profissional;

III- Complementar a formação acadêmica;

IV- Permitir o desenvolvimento das atividades realizadas em unidades de informação arquivísticas e biblioteconômicas.

CAPÍTULO III DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO



Artigo 6º O estágio obrigatório constitui-se em disciplina curricular, com carga horária estabelecida na matriz curricular em vigor (210h), a ser cumprida pelos alunos sob a orientação de profissionais da área de Biblioteconomia, vinculados ao campo de estágio em que o aluno estiver realizando o mesmo, e sob a supervisão de professores com formação na referida área, também vinculados ao DBIB-UFES.

Artigo 7º O Projeto de Estágio cujo objetivo é apresentar e sistematizar o caminho a ser percorrido no desenvolvimento do estágio, poderá ser elaborado conforme o APÊNDICE B, com a participação do aluno, do profissional (bibliotecário) orientador e do professor supervisor.

§ Único - As atividades planejadas deverão estar de acordo com as características da unidade ou serviço de Informação onde o estágio será realizado, procurando-se observar as diretrizes estabelecidas por este Regulamento.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Artigo 8 O estágio não obrigatório constitui-se no desenvolvimento de atividades compatíveis com a formação em Biblioteconomia sem vínculos curriculares.

Artigo 9 O estágio não obrigatório não substitui o estágio curricular e é formalizado por meio de contrato que atenda aos requisitos normativos estabelecidos pela UFES e aos de natureza pedagógica previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a saber:

I- Comprovação da existência de profissionais de Biblioteconomia no campo de estágio, exceto quando um professor do DBIB-UFES assumir a condição de bibliotecário orientador no referido local;

II- Apresentação do Projeto de Estágio assinado pelo profissional orientador que, dentro do quadro de recursos humanos da contratante seja o profissional responsável pela unidade de informação, o qual fará a devida supervisão in loco;

III - A jornada diária a ser cumprida pelo discente para estágio não obrigatório é de, no máximo 30 horas semanais, não podendo ultrapassar 06 horas diárias, conforme estabelece a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução 74/2010 do CEPE.

Artigo 10: O estágio não obrigatório poderá ser considerado para fins de “Atividades Extra-Classes” e ou “Aproveitamento de Estudos”, conforme critérios estabelecidos pela legislação acadêmica em vigor.

CAPÍTULO V DO CAMPO E ÁREA DE ESTÁGIOS

Artigo 11. Constitui-se campo de estágio a sociedade representada por suas organizações, instituições públicas e privadas, entidades sem fins lucrativos, a comunidade em geral e a própria Universidade.

Artigo 12. Constituem áreas de estágio em Biblioteconomia as unidades de informação denominadas arquivos, bibliotecas, centros de documentação, centros de documentação técnica, centros de memória, entre outras, que tenham como objeto à prestação de serviços e produtos de informação voltados para fins sociais, culturais, educativos, informativos, de entretenimentos e lazer, científicos, técnicos e de negócios.

Artigo 13. Para a realização dos estágios nas organizações concedentes essas devem apresentar condições necessárias e adequadas para a formação profissional do estagiário, tais como:

I - Possuir infraestrutura material e recursos humanos que garantam a supervisão e as condições necessárias para a realização do estágio;



II - Aceitar as normas de orientação e de supervisão, bem como os critérios de avaliação planejados pelo DBIB-UFES e daqueles estabelecidos neste regulamento;

III - Respeitar e acatar as normas que regem os estágios da UFES;

IV - Usar modelos de formulários propostos pela UFES para as assinaturas de convênios, termos de compromisso e termos aditivos para a gestão do processo de estágio;

V - Proporcionar vivências reais de vida e trabalho nas linhas de formação dos estudantes de Biblioteconomia;

VI - Comprometer-se com a orientação e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Artigo 14. Durante o estágio o aluno deve procurar realizar atividades que leve ao seu envolvimento com as seguintes ações e/ou serviços de informação:

I - Organização da informação, buscando integrar os conhecimentos das disciplinas cursadas;

II - Identificação e conhecimento de diferentes unidades e serviços de informação;

III - Planejamento, implantação, implementação, administração e avaliação de unidades, serviços e produtos de informação sejam os processos requeridos: manuais, automatizados ou informatizados;

IV - Planejamento, execução e gestão de atividades relacionadas ao uso e transferência da informação científica, tecnológica, cultural, utilitária, e outros;

V - Elaboração e implementação de políticas gestoras de unidades, serviços e produtos de informações voltadas para quaisquer segmentos da área de informação;

VI - Tratamento manual e ou informatizado da informação em diferentes unidades e/ou setores que tenham a informação como objeto de trabalho;

VII - Mediação de informação utilizando-se de meios manuais, eletrônicos ou virtuais;

VIII - Planejamento, implantação e avaliação de programas destinados à promoção do processo de apropriação da informação pela sociedade capixaba;

IX - Planejamento, implantação e avaliação de políticas gestoras de serviços e produtos em unidades de informação, como formação e desenvolvimento de coleções, preservação e conservação de documentos, entre outros;

X - Execução de projetos que propiciem planejar e avaliar serviços e produtos de informação, bem como dinamizar o uso da informação e dos espaços informacionais e culturais.

CAPÍTULO VII

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS DO DBIB-UFES

Artigo 15. A Coordenação de Estágio do DBIB-UFES é uma unidade de coordenação, articulação e administração de estágios, constituída por um Colegiado Acadêmico formado pelo(s) professor (es) coordenador (es) de Estágios do DBIB-UFES e pelos professores supervisores de estágio obrigatório e não obrigatório em Biblioteconomia, no período letivo em andamento.

Artigo 16. A Coordenação de Estágio, por meio do seu Colegiado Acadêmico, tem como



atribuições pedagógicas:

I - Propor políticas e programas de estágio e submetê-las à apreciação do DBIB-UFES e ao Colegiado de Biblioteconomia.

II - Analisar e emitir parecer sobre propostas de estágios tendo como parâmetro a legislação em vigor, incluindo, este regulamento.

Artigo 17. A Coordenação será exercida por até dois professores do DBIB-UFES, indicados em reunião da Câmara Departamental, sendo atribuída aos professores coordenadores de estágio a carga horária semanal de 20 horas ou de 10 horas para cada professor, em caso de divisão da mesma entre dois docentes.

Artigo 18. O(s) Coordenador (es) de Estágios exercerá (ão) a função por um período de 2 (dois) anos, cabendo a recondução ao cargo por mais um período, a critério da Câmara Departamental do DBIB-UFES.

Artigo 19.
Compete ao(s) Coordenador (es) de Estágios do DBIB-UFES-UFES:

I - Executar a política de estágios da Ufes de acordo com os objetivos dos Cursos do DBIB-UFES, os quais obedecem à legislação de ensino, mas também aos preceitos legais que regem a profissão do bibliotecário no Brasil;

II - Em conjunto com os Professores Supervisores, propor políticas, elaborar normas, supervisionar, orientar e analisar as atividades do estágio em Biblioteconomia;

III - Apresentar à Divisão de Estágios da UFES propostas de convênio para abertura, manutenção ou alteração de estágios;

IV - Articular-se com o DBIB-UFES, com o colegiado do curso de Biblioteconomia para tratar de assuntos relativos ao estágio;

V - Propor e coordenar possíveis alterações no presente Regulamento de Estágio submetendo a proposta à apreciação do Colegiado dos Curso de Biblioteconomia e à Câmara Departamental do DBIB-UFES;

VI - Analisar e conferir se os estágios estão ocorrendo de acordo com a legislação ou normas em vigor, levando para análise e decisão em reunião da Câmara Departamental os casos omissos.

VII - Manter atualizado um banco de dados contendo informações sobre os alunos e seus campos de estágios, oferta e demanda de estágios, entre outras, a partir de cooperação com o órgão gestor de estágio da UFES.

VIII - Gerenciar a documentação pertencente às atividades da Coordenação de Estágio do DBIB-UFES;

IX - Apresentar relatório, semestralmente, ao Colegiado de Curso de Biblioteconomia e à instância gestora de estágios da UFES;

X - Integrar e representar o Cursos do DBIB-UFES em possíveis órgãos, fóruns, e/ou em outras instâncias que venham a requerer a presença de seu representante legal para deliberar sobre questões relacionadas a estágios;

XI - Exercer outras atividades relativas ao estágio, quando atribuídas pelo Chefe do DBIB-UFES ou pelo Coordenador do Colegiado de Cursos de Biblioteconomia;

Artigo 20. Em caso de impedimento ou ausência do(s) Coordenador (es) de Estágio, responderá



CAPÍTULO VIII DO PROFESSOR SUPERVISOR DE ESTÁGIOS

Artigo 21. A supervisão de estágio se refere à orientação dada por docentes do DBIB-UFES, portadores do título de bacharel ou de outra titulação na área de Biblioteconomia ao estudante de forma a proporcionar-lhe o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade de vida e da profissão.

§ 1º No caso do estágio obrigatório, a supervisão será exercida obrigatoriamente por docentes do DBIB-UFES.

§ 2º No caso do estágio não obrigatório, a supervisão poderá ser assumida por bibliotecários, conforme o caso, em exercício legal da profissão, desde que vinculado à área de estágio.

Artigo 22. Compete ao professor supervisor:

I – Observar as condições de infraestrutura oferecidas pelo campo e área de estágio onde o estudante estará inserido;

II – Elaborar o Projeto de Estágio juntamente com o estudante e o profissional orientador do estagiário;

III – Supervisionar o estágio, in loco, observando-se as diretrizes constantes do Projeto de Estágio e o calendário de reuniões estabelecido entre as partes;

IV – Orientar, supervisionar e avaliar a execução do Projeto de Estágio e o desempenho do estudante;

V – Participar das reuniões para assuntos de estágio seja no campo e nas áreas de estágio, no DBIB-UFES ou na Ufes;

VI – Acompanhar e orientar, se for o caso, as etapas que compõem o processo externo de avaliação de Estágio pelo bibliotecário orientador (APÊNDICES D e E);

VIII - Depositar no DBIB-UFES ao final do período letivo, anexo à pauta da disciplina obrigatória de estágio, um dossiê contendo os formulários e os documentos discriminados a seguir, cujos modelos encontram-se em anexo, a saber: composto por: a) Termo de Compromisso (APÊNDICE A). b) Projeto de Estágio (APÊNDICE B). c) Controle de Frequência (APÊNDICE C). d) Instrumento Final de Avaliação de Desempenho do Estagiário (1) (APÊNDICE D). e) Instrumento Final de Avaliação de Desempenho de Estagiário (2) (APÊNDICE E). f) Modelo de Relatório Final (APÊNDICE F). g) Matriz Curricular dos Cursos, com as respectivas ementas (ANEXO A). h) Histórico Escolar do Estudante (ANEXO B).

Artigo 23. O professor indicado pelo DBIB-UFES para lecionar as disciplinas de estágio será responsável pela supervisão de até 5 alunos por turma, em cada período letivo em curso, correspondendo ao total de carga horária didática semanal prevista na matriz curricular de cada Curso.

CAPÍTULO IX DO ESTAGIÁRIO

Artigo 24. O estagiário deverá desenvolver seu estágio, seja o obrigatório e/ou não obrigatório, ciente de que o estágio é componente curricular, integrante do Projeto Pedagógico de seu Curso de Graduação, o que permitirá articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 25. Compete ao estagiário:



I - Observar e cumprir a legislação ou normas de estágio, inclusive o presente regulamento e demais critérios complementares estabelecidos pelo seu supervisor, com a aquiescência da Câmara Departamental do DBIB-UFES;

II - Eleger o campo e a área de estágio entre aqueles credenciados pela Divisão de Estágios da Prograd e pelo DBIB-UFES e, no caso de estágio obrigatório, procurar obter a concordância do professor supervisor, responsável pela disciplina quanto à escolha;

III - Elaborar e cumprir o Projeto de Estágio, conforme estabelecido neste Regulamento;

V - Aceitar e respeitar as normas de estágio acordadas entre a instituição concedente do estágio e a UFES;

VI - Observar e colaborar para o cumprimento do Termo de Compromisso (APÊNDICE A);

VII - Observar os critérios de avaliação apresentando ao professor supervisor, os produtos oriundos do estágio, tais como o Relatório Final do Estágio, que poderá ser elaborado conforme sugestão apresentada no Apêndice F ou obedecendo à orientação do professor supervisor.

VIII - desempenhar com interesse, solicitude e senso ético-profissional as atividades de estágio programadas;

IX - Manter em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, atitudes e valores compatíveis com o Código de Ética da Profissão.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO AVALIATIVO

Artigo 26. O aluno matriculado na disciplina de Estágio Obrigatório será considerado legalmente aprovado na mesma ao cumprir as exigências legais e os trâmites acadêmicos, estabelecidos pela Universidade.

Artigo 27. O desempenho do aluno será avaliado pelo professor supervisor a partir de critérios que podem ser estabelecidos por ele no exercício da autonomia didática, que lhe confere a legislação em vigor; e pelo profissional orientador, que deverá utilizar para o procedimento avaliativo do aluno o Instrumento Final de Avaliação Externa de Desempenho do Estagiário (1) (APÊNDICE D), e o Instrumento Final de Avaliação Externa de Desempenho do Estagiário (2) (APÊNDICE E).

§ Único - Para cumprir determinação do Ministério da Educação, ao ser considerado encerrado o processo avaliativo, além de encaminhar a pauta da disciplina de Estágio Obrigatório ao DBIB-UFES, o professor supervisor deverá encaminhar para arquivamento no Colegiado de Biblioteconomia, conforme o caso, um dossiê a ser composto dos seguintes documentos:

I- PROJETO DE ESTÁGIO

II- RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Artigo 28. Em caso de aproveitamento do Estágio Não-Obrigatório para validação de créditos para efeito de integralização curricular, o estágio deverá ser igualmente submetido à avaliação interna e externa, a ser desempenhada por um professor do DBIB-UFES e pelo profissional orientador.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágios do DBIB-UFES após apreciação pela Câmara Departamental do DBIB-UFES, e em última instância pelos Conselhos



Superiores desta Universidade.

Vitória, 09 de fevereiro de 2018.

Aprovado em reunião ordinária da Câmara Departamental do Departamento de Biblioteconomia da UFES, realizada em fevereiro de 2018.

REFERÊNCIAS

1. PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Curso de Ciência da Informação com Habilitação em Biblioteconomia. Regulamento de estágios supervisionados e não supervisionados. São Paulo, 2003.
2. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Curso de Biblioteconomia. Manual de estágio curricular. Londrina, 2003.
3. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Curso de Biblioteconomia. Regulamento geral de estágio curricular. Londrina, 2003.
4. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Curso de Arquivologia. Regulamento Geral do estágio voluntário do Curso de Arquivologia. Londrina, 2003.
5. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Curso de Biblioteconomia. Regulamento Geral do Estágio Voluntário do Curso de Biblioteconomia. Londrina, 2003.
6. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Curso de arquivologia. Normas de Estágio Supervisionado. Vitória, 2002.
7. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Regulamento dos estágios do Departamento de Ciência da Informação. Florianópolis, 1999. (Alterado em maio de 2003).
8. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Curso de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência Da Informação. Regulamento de estágios. São Carlos, 1996.
9. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. PROGRAD. Instrução normativa 001/2006-ProGrad. Dispõe sobre princípios reguladores para o desenvolvimento de estágio supervisionado não obrigatório dos cursos de graduação e dá outras providências. 2006.

Disponível em: <http://www.prograd.ufes.br/documentos/instrucoes_normativas/IN_2006/IN_001_2006.pdf>. Acesso em 10 mar. 2007.



NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórias previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em conformidade com orientação dos Pareceres CNE/CES 492/2001, 1363/2001, 8/2007 e Resolução CNE/CES 2/2007 do Ministério de Educação.

Art. 2º. As Atividades Complementares compreendem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão listadas no Anexo 1 que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, oportunizam o aprofundamento temático e interdisciplinar, constituindo-se em aprimoramento na formação do profissional da área da Biblioteconomia.

§ 1º. As Atividades Complementares não abrangem o Estágio Curricular Obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso, os quais são regidos por regulamentos próprios.

§ 2º. Não serão aceitas as Atividades Complementares realizadas antes do ingresso do discente no Curso de Biblioteconomia da Ufes, salvo em caso especificado neste Regulamento.

Art. 3º. Somente será convalidada a participação em atividades credenciadas pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia e que puderem ser comprovadas por meio de certificados ou de outros documentos idôneos.

Parágrafo único. Atividades complementares realizados na modalidade à distância serão convalidadas se ofertadas no âmbito de instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação e de outros órgãos de natureza pública ou privada, aptos a oferta-las.

CAPÍTULO II

DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

Art. 4º. As Atividades Complementares totalizam 120 horas a serem cumpridas durante o Curso de Biblioteconomia, equivalentes a 5 (cinco) créditos em sua totalidade, e devem ser registradas no histórico escolar do discente para fins de conclusão do Curso de Biblioteconomia.

§ 1º. A carga horária de Atividades Complementares deve ser distribuída observando as atividades descritas no Anexo 1, de forma que nenhuma delas venha a responder, isoladamente, por mais que 75% do total de horas a serem cumpridas.

§ 2º. A carga horária de Atividades Complementares deverá ser distribuída, no mínimo, em dois períodos letivos do Curso de Biblioteconomia.



§ 3º. Não há pré-requisitos a serem cumpridos para a realização das atividades complementares.

§ 4º. Somente têm validade as Atividades Complementares desenvolvidas e concluídas durante o período em que o discente estiver efetivamente matriculado no Curso de Biblioteconomia.

Art. 5º. O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito obrigatório para a integralização curricular e, conseqüentemente, colação de grau no Curso de Biblioteconomia.

Parágrafo Único. Os ingressantes no Curso de Biblioteconomia por meio de transferência (interna ou externa) podem registrar as Atividades Complementares desenvolvidas na instituição de origem, desde que devidamente comprovadas e obedecendo-se os critérios previstos neste regulamento.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO, AVALIAÇÃO, COMPUTAÇÃO E REGISTRO

Art. 6º. As Atividades Complementares serão coordenadas por um professor efetivo do Departamento de Biblioteconomia, referendado pelo Colegiado de Biblioteconomia, e terá como atribuições:

I. orientar os discentes no desenvolvimento das Atividades Complementares, sanando dúvidas, incentivando e indicando atividades a serem realizadas.

II. receber e verificar a documentação apresentada pelo discente, conforme disposto neste Regulamento.

III. registrar as Atividades Complementares realizadas pelo(a) discente no Sistema de Informações Educacionais (SIE) e respectivas cargas horárias no período letivo em que foram realizadas;

IV. deferir ou indeferir os pedidos de credenciamento ou validação de cada Atividade Complementar realizada pelo(a) discente.

Parágrafo único. Ao Professor Coordenador de Atividades Complementares, atribui-se carga horária semanal de até 10 (dez) horas.

Art. 7º. Cabe ao discente proceder a entrega do Relatório de atividades na Coordenação de Atividades Complementares, para solicitação de validação de carga horária cumprida de Atividades Complementares em formulário específico, apresentando os documentos originais e respectivas cópias no prazo de 40 dias antecedentes ao término do semestre letivo.

§ 1º. Os documentos comprobatórios da atividade realizada devem ser expedidos em papel timbrado da instituição ou órgão promotor e, devidamente assinados pelo responsável, informando a carga horária, local e a data de realização da atividade.

§ 2º. Cabe ao discente do Curso de Biblioteconomia:

I. escolher o tipo de atividade que julgar pertinente à sua formação, observando o disposto no Anexo 1 deste Regulamento.

II. recolher os documentos comprobatórios para cada atividade desenvolvida.



III. apresentar à Coordenação de Atividades Complementares do Curso a

documentação correspondente, de acordo com o caput do § 1º deste Artigo, solicitando devido registro no histórico escolar.

Art. 8º - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Art. 9º - Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia da Ufes.

ANEXO 1

Relação de Atividades Complementares do curso de Biblioteconomia (Ufes)

Atividades Complementares

Carga horária		Caracterização	
Mínima	Máxima		
1	30h	de	língua estrangeira. 10h
2	20h	Atividades de extensão realizadas na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia.	10h
3	10h	Atividades de extensão realizadas em áreas afins1.	5h
4	30h	Participação em projetos ou programas de extensão em Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário.	15h
5	15h	Participação em pesquisas ou programas de iniciação científica fomentados por Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário.	15h
6	30h	Participação em projetos de ensino ou programas de iniciação à docência em Instituições de Ensino Superior, como bolsista ou voluntário.	15h
7	30h	Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos das áreas de Ciência da Informação ou Biblioteconomia, como congressos, seminários, simpósios, encontros, conferências, jornadas, oficinas, etc.	40h
8	2h	Participação como ouvinte em eventos técnico-científicos e culturais de áreas afins à Ciência da Informação ou Biblioteconomia como	20h



	direitos				humanos
	.10h	30h			
10	Participação de eventos	10h	30h	como membro na organização técnico-científicos e culturais na área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia, como congresso, seminário, simpósio, encontro, conferência, jornada, oficina, etc.	
11	Apresentação de trabalhos técnico-científicos e culturais em eventos da área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia.	5h	30h		
<p>1 Áreas afins à Ciência da Informação e Biblioteconomia referem-se a Ciência da Computação, a Linguística, a Comunicação, a Ciência Cognitiva, a Psicologia, a Matemática, a Lógica, a Administração, a Educação, a Sociologia, a História, a Diplomática, a Economia, a Filosofia, as Ciências Políticas e ao Direito.</p>					
12	Apresentação de trabalhos técnico-científicos e culturais em eventos de áreas afins à Ciência da Informação ou Biblioteconomia.	4h	20h		
13	Autor de volume, capítulo, artigo, resenha ou resumo publicados em livro, em periódicos ou em anais da área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia.	10h	40h		
14	Organizador, compilador, editor e coordenador de coletâneas.	5h	15h		
15	Estágio não curricular em Biblioteconomia (mínimo de um semestre).	30h	60h		
16	Atividade de representação estudantil em mandatos específicos	10h	30h		
17	Visitas técnicas, excursões acadêmicas e similares em instituições da área de Ciência da Informação ou Biblioteconomia.	5h	20h		
18	Participação em cursos de curta duração, aperfeiçoamento, minicursos ou oficinas, relacionados às áreas de Ciência da Informação ou	5h	30h		



NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

REGIMENTO NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO (Nupi)

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA DO NÚCLEO

Art. 1º - O nome Núcleo de Preservação da Informação (Nupi) foi conferido à estrutura organizada pelos docentes dos Departamentos de Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), buscando demonstrar sua vinculação com a problemática da preservação da informação em Arquivos e Bibliotecas vigente na sociedade.

Art. 2º - O Nupi é de natureza transdisciplinar, abrangendo diferentes disciplinas, pesquisadores e extensionistas no processo de construção do conhecimento sobre a preservação da informação.

Capítulo II

DA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO

Art. 3º - O Nupi é constituído por um coordenador pedagógico, um coordenador administrativo, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação (matriculados em disciplinas da área de preservação da informação, bolsistas e estagiários), de conformidade com as normas instituídas pela Universidade Federal do Espírito Santo e pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (Ufes-CCJE).

Capítulo III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º - O Núcleo se fundamenta nos seguintes objetivos:

I. fomentar a produção do conhecimento na área da preservação da informação arquivística e biblioteconômica;

II. estabelecer parcerias com outras instituições, núcleos e grupos de estudos, pesquisas e extensão que possam colaborar com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária na área da preservação da informação em Arquivos e Bibliotecas;

III. priorizar o enfoque regional no desenvolvimento de ensino, de pesquisas e de ações de extensão na área da preservação de acervos documentais e bibliográficos;

IV. promover estudos e discussões sobre métodos e técnicas de pesquisa na área de preservação da informação, bem como das relações entre preservação - história e memória;

V. incentivar a articulação do ensino, pesquisa, extensão nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia;

VI. favorecer o intercâmbio científico entre pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações entre preservação da informação e sociedade;

VII. divulgar o conhecimento produzido em eventos e outros meios (de circulação restrita ou geral);

VIII. constituir um repositório institucional com o propósito de preservar documentos específicos e a produção científica e técnica na área de preservação da informação dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, procurando favorecer a realização de consulta a essas fontes.

Capítulo IV

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º - O Nupi faz parte integrante dos Departamentos de Arquivologia e Biblioteconomia (DARQ e DBIB), seguindo as orientações científicas, políticas e administrativas do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Art. 6º - O Núcleo referenda suas atividades nas reuniões das Câmaras Departamentais dos



cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia.

Art. 7º - No acesso às dependências, equipamentos, materiais, fontes bibliográficas e documentos existentes no Nupi, têm prioridade:

I. Os coordenadores do Nupi;

II. os docentes/pesquisadores do DARQ e do DBIB que estiverem ministrando disciplinas, realizando cursos e/ou orientando projetos de investigação e extensão na área da preservação da informação;

III. os estudantes de graduação e pós-graduação do DARQ e do DBIB que estiverem realizando cursos e/ou participando e desenvolvendo projetos de investigação e extensão na área da preservação da informação;

§ 1º - aos estudantes de graduação bem como docentes/pesquisadores de outros departamentos da Ufes e de outras instituições é vedado o acesso aos equipamentos e materiais sem autorização prévia do coordenador pedagógico e a supervisão do coordenador administrativo.

§ 2º As fontes bibliográficas e documentais são de acesso irrestrito para consulta nas dependências do Nupi.

§ 3º - é vedado o empréstimo de fontes bibliográficas e equipamentos existentes no Nupi

§ 4º é vedada a permanência de estudantes no Nupi sem a presença de um professor, do coordenador administrativo ou de estagiário.

Capítulo V

DAS COORDENAÇÕES E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - A coordenação pedagógica do Nupi será exercida por docente/pesquisador, indicado pelos membros das Câmaras Departamentais dos Cursos de Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia.

Art. 9º - Compete ao coordenador pedagógico:

I. convocar e presidir reuniões com docentes/pesquisadores, bolsistas, estagiários e voluntários do Nupi;

II. elaborar e designar atividades a serem desenvolvidas pelo coordenador administrativo e estagiários;

III. selecionar e supervisionar os estagiários e os voluntários para atuarem no Nupi;

IV. encaminhar, anualmente, projetos de ensino, pesquisa e extensão para fins de análise e aprovação pelas Câmaras Departamentais da graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, bem como os respectivos relatórios parciais e finais das pesquisas desenvolvidas e dos projetos de ensino e extensão realizados ou em andamento;

V. divulgar eventos, bibliografias, resultados de pesquisas e outros acontecimentos que promovam a participação dos pesquisadores e estudantes no processo de construção do conhecimento;

VI. elaborar informes para divulgação do Nupi e do saber construído por seus pesquisadores;

VII. participar do processo de seleção de bolsistas, fornecendo informações aos docentes/pesquisadores acerca das normas estabelecidas pela Ufes - Prograd - PPRGG - ProEx;

VIII. acompanhar a organização e a manutenção do sistema de registro das atividades desenvolvidas, tais como: reuniões, cadastro do acervo bibliográfico, correspondências, projetos, acompanhamento de estagiários e outros, realizada pelo técnico educacional;

IX. acompanhar a execução dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Núcleo, junto aos respectivos coordenadores, buscando fornecer a infra-estrutura necessária;

X. estimular a elaboração de projetos de conformidade com as linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa do DARQ e do DBIB;

XI. fazer cumprir o disposto neste regimento.

Art. 10 - A coordenação administrativa do Nupi será exercida por um funcionário de nível superior, designado pela Direção do CCJE.

Art. 11 - Compete ao coordenador administrativo:

I. organizar e a manter o sistema de registro das atividades desenvolvidas, tais como: reuniões, cadastro do acervo bibliográfico, correspondências (impressas e eletrônicas), projetos, orientação de estagiários e outros;

II. fazer a gerência administrativa do espaço físico (higienização, iluminação, refrigeração, manutenção de equipamentos, material de consumo e outros);

III. realizar as atividades de secretaria estabelecidas pelo coordenador pedagógico do Nupi;

IV. dar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas e pedagógicas que necessitem dos recursos do Nupi.



- V. Supervisionar o comportamento dos usuários e a utilização dos equipamentos do Nupi.
- VI. orientar as atividades dos estagiários.
- VII. fazer cumprir o disposto neste regimento.

Capítulo VI

DAS CONDIÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 12 - Os integrantes do Nupi são:

- I. os docentes/pesquisadores com projetos aprovados pela Prograd - PRPPG - ProEx e outros, na área da preservação da informação;
- II. os estudantes de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e áreas afins, e os estudantes de pós- graduação em Ciência da Informação, matriculados em disciplinas acadêmicas e vinculados como bolsistas e voluntários em projetos de ensino, pesquisa e extensão, da área da preservação da informação;

Art. 13 - Cumpre aos docentes/pesquisadores do Nupi:

- I. elaborar e encaminhar ao coordenador pedagógico do Nupi os projetos de ensino, pesquisa e extensão para fins de análise e aprovação pelas Câmaras Departamentais da graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, bem como os respectivos relatórios parciais e finais das pesquisas desenvolvidas e dos projetos de ensino e extensão realizados ou em andamento;
- § único - os projetos e seus relatórios devem ser elaborados conforme padrões estabelecidos pelas resoluções das instâncias de ensino, pesquisa e extensão da Ufes.
- II. relatar nos artigos, resumos, informes que submeter à processos de divulgação escrita e/ou oral, sua vinculação ao Nupi;
- III. contribuir com a administração e desenvolvimento das atividades realizadas no Nupi;
- IV. zelar pelo bom uso e conservação dos espaço, do mobiliário e do equipamento do Nupi;
- V. respeitar horários e agenda estabelecida para o funcionamento do Nupi que funcionará para atendimento aos habilitados de segunda à sexta-feira das 08:00h às 22:00h.
- VI. respeitar o regimento do Nupi.

Art. 14 - Cumpre aos discentes integrantes do Nupi:

- I. respeitar o regulamento do Nupi;
- II. zelar pelo bom uso e conservação do espaço, do mobiliário e do equipamento do Nupi;
- III. respeitar horários e agenda estabelecida para o funcionamento do Nupi.

Capítulo VII

DAS PENALIDADES

Art. 15 - Os usuários do laboratório estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração no uso do Nupi:

- I. aplicação das normas disciplinares previstas no Estatuto e no Regimento Interno da UFES;
- II. proibição, temporária ou definitiva, de acesso e uso do Nupi;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão das Coordenações do Nupi.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16 - O relatório de gestão do Nupi será efetuado anualmente e incluirá

- I. os artigos originais e de revisão publicados pelos pesquisadores em periódicos locais, nacionais e internacionais, independente da classificação adotada pela CAPES;
- II. os produtos editoriais como: livros, capítulos e textos publicados;
- III. os textos e resumos (sintéticos ou expandidos) publicados em anais de eventos;
- IV. as pesquisas e os projetos de ensino e extensão desenvolvidos e em andamento;
- V. a descrição das dificuldades administrativas e pedagógicas encontradas;
- VI. as cooperações interdisciplinares e transdisciplinares ocorridas;

Art. 17 - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação Pedagógica e Administrativa do Nupi.

Art. 18 - Este regimento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

Vitória, 15 de abril de 2015.

Regimento Interno

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA DO NÚCLEO

Art. 1º - O nome Laboratório de Sistemas de Informação Digital(LABSID) foi conferido à



estrutura organizada pelos docentes dos Departamentos de Arquivologia e da Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), buscando demonstrar sua vinculação com a problemática do gerenciamento da informação eletrônica em Arquivos e Bibliotecas vigente na sociedade.

Art. 2º - O LABSID é de natureza transdisciplinar, abrangendo diferentes disciplinas, pesquisadores e extensionistas no processo de construção do conhecimento sobre o processo de gerenciamento da informação eletrônica.

Capítulo II

DA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO

Art. 3º - O LABSID é constituído dois coordenadores representando os departamentos de Arquivologia e Biblioteconomia, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação (matriculados em disciplinas da área de gerenciamento da informação eletrônica, bolsistas e estagiários), de conformidade com as normas instituídas pela Universidade Federal do Espírito Santo e pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (UFES-CCJE).

Capítulo III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º - O LABSID se respalda nos seguintes objetivos:

I. Fomentar a produção do conhecimento na área de gerenciamento da informação eletrônica arquivística e biblioteconômica;

II. Estabelecer parcerias com outras instituições, núcleos e grupos de estudos, pesquisas e extensão que possam colaborar com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária na área de gerenciamento de informação eletrônica em Arquivos e Bibliotecas;

III. Priorizar o enfoque regional no desenvolvimento de ensino, de pesquisas e de ações de extensão na área de acervos documentais eletrônicos;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
LABORATÓRIO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DIGITAL (LABSID)

IV. Promover estudos e discussões sobre acervo independente de seu suporte abrangendo em especial sua descrição, acesso e recuperação de forma eficiente;

V. Incentivar a junção do ensino, pesquisa, extensão nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia;

VI. Favorecer o intercâmbio científico entre pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações entre o documento eletrônico e documento físico;

VII. Divulgar o conhecimento produzido em plataformas digitais;

VIII. Constituir um repositório institucional com o propósito de preservar a informação de documentos específicos e a produção científica e técnica na área de preservação da informação dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, procurando favorecer a realização de consulta a essas fontes.

Capítulo IV

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º - O LABSID faz parte integrante dos Departamentos de Arquivologia e Biblioteconomia (DEPARQ e DEPBIB), seguindo as orientações científicas, políticas e administrativas do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Art. 6º - O Núcleo referenda suas atividades nas reuniões das Câmaras Departamentais dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia.

Art. 7º - No acesso às dependências, equipamentos, materiais, acervo digital existentes no LABSID, têm prioridade:

I. Os coordenadores do LABSID;

II. Os usuários em geral, tais como docentes, pesquisadores, graduando, gestores público e dentre outros;

§ 1º - Aos estudantes de graduação bem como docentes/pesquisadores de outros departamentos da UFES e de outras instituições é vedado o acesso aos equipamentos e materiais sem autorização prévia do coordenador pedagógico e a supervisão do coordenador administrativo.

§ 2º - Fica claro a proibição de consumo de quaisquer tipo de alimento dentro do LABSID, e também do consumo de líquido em especial no copo. E só será aceito o consumo de água somente em garrafinha.

§ 3º - As fontes bibliográficas e documentais são de acesso irrestrito para consulta nas dependências do LABSID.

§ 4º - É vedado o empréstimo de equipamentos existentes no LABSID.



§ 5º - É vedada a permanência de estudantes no LABSID sem a presença de um professor, do coordenador administrativo ou de estagiário/bolsista.

Capítulo V

DAS COORDENAÇÕES E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - A coordenação administrativo do LABSID será exercida por docente/pesquisador, indicado pelos membros das Câmaras Departamentais dos Cursos de Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia.

[...]



NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CAPÍTULO I Da Introdução

Art. 1º. Estas normas regulamentam as atividades da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob o código BIB04995, do Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Biblioteconomia (DBIB) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com carga horária de sessenta horas e conferindo ao estudante dois créditos.

Art. 2º. A disciplina TCC trata da realização de um estudo monográfico ou de um artigo acadêmico a ser desenvolvido a partir de projeto de pesquisa, elaborado na disciplina Pesquisa em Biblioteconomia, sob o código BIB04994, e, por até dois estudantes, cujo tema deve estar inserido em uma das áreas curriculares recomendadas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).

§ 1º Nos quadros de aviso utilizados pelo DBIB, será divulgado pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, as linhas de pesquisa e os respectivos professores orientadores, respeitando-se as suas áreas de identidade.

§ 2º O TCC deverá ser cursado a partir dos dois últimos períodos do curso e obedecendo ao princípio do pré-requisito, independentemente do estudante já haver cumprido estes requisitos em outro curso.

CAPÍTULO II Da Disciplina TCC

Art. 3º. No ato da emissão do documento oficial de aceite formal da orientação pelo professor orientador (Anexo A), os estudantes deverão entregar aos seus professores orientadores o projeto de pesquisa, aprovado na disciplina Pesquisa em Biblioteconomia, sob o código BIB04994.

Parágrafo único. O projeto de pesquisa, referido no caput deste artigo, deverá conter tema, problema, objetivos, justificativa e objeto empírico definidos.

Art. 4º. No ato da matrícula, o estudante deverá entregar ao Colegiado de Curso o Termo de Aceitação Formal de Orientação, assinado pelo seu professor orientador (Anexo A).

Parágrafo único. A matrícula na disciplina TCC será efetuada no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico oficial da UFES.

Art. 5º. A avaliação do TCC será concretizada por meio de versão escrita, formatada de acordo com as normas de apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em vigor na época, para texto monográfico ou artigo acadêmico.



§ 1º A apresentação escrita do TCC deverá ser avaliada por cada um dos membros da banca examinadora, os quais individualmente atribuirão notas que poderão variar de zero a dez pontos.

§ 2º O resultado final da avaliação de cada TCC será a média aritmética final das avaliações atribuídas pelos membros da banca examinadora que poderá variar de zero a dez pontos. O presidente da banca elaborará a Ata de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo C), emitindo o parecer, aprovado (média entre 5,0 a 10,0 pontos) ou reprovado (média inferior a 5,0 pontos).

§ 3º O estudante só será considerado apto a colar grau após o professor orientador entregar ao Colegiado de Curso a versão final em cópia eletrônica, não editável.

§ 4º Ao estudante considerado reprovado por média na disciplina TCC não caberá à concessão de prazo para reformulação do trabalho, dentro do mesmo semestre letivo da reprovação.

§ 5º O estudante considerado reprovado na disciplina TCC poderá nela matricular-se novamente, obedecendo às normas pertinentes da UFES.

§ 6º No caso do TCC ser realizado em dupla, a nota será atribuída igualmente aos seus autores.

Art. 6º. O TCC deverá conter cerca de trinta folhas, desprezadas as folhas pré e pós-textuais para o caso de monografia e cerca de quinze folhas para o caso de artigo acadêmico, apresentados de acordo com as normas da ABNT.

Parágrafo único. Em artigo acadêmico, o tipo de trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que se submete o TCC, inclusive o período letivo de apresentação e o nome dos membros da banca examinadora, devem constar em nota de rodapé relacionada ao título do artigo.

Art. 7º. Na ocasião da entrega da versão final do TCC e, mediante o sucesso na avaliação, o professor orientador pode solicitar aos estudantes a assinatura de um Termo de Autorização para Publicação do TCC em Coautoria (Anexo B).

Parágrafo único. No ato da entrega da versão final do TCC o professor orientador deverá solicitar a assinatura do Termo de Autorização de Publicação (Anexo D) do TCC em repositório institucional de escolha do DBIB.

CAPÍTULO III

Do Estudante

Art. 8º. Ao estudante compete:

I. Definir o seu projeto de estudo ao cursar as disciplinas Pesquisa em Biblioteconomia (BIB04994);

II. Obter do professor a aceitação formal de orientação (Anexo A) e apresentá-la, por escrito, ao Colegiado de Curso à época da matrícula;

III. Comunicar, por escrito e com o aval do professor orientador, ao Departamento de Biblioteconomia, a existência de coorientação no seu Trabalho de Conclusão de Curso, até trinta dias após o início do período letivo;

IV. Apresentar-se ao professor orientador na primeira semana de aula que estará cursando a disciplina TCC, para elaborar agenda de orientação e expor o andamento do seu TCC;

V. Elaborar o TCC obedecendo às normas da ABNT em vigor e encaminhar a última versão



escrita, em suporte papel ou digital, ao professor orientador e aos demais membros da Banca Examinadora para avaliação;

VI. Remeter uma cópia em suporte eletrônico, não editável, ao professor orientador no prazo de até cinco dias após o recebimento das considerações da banca examinadora, observando que no caso de trabalho monográfico, a versão deve estar padronizada, conforme prescrito no Art. 5º desta norma;

VII. Respeitar os direitos autorais, apresentando ao orientador material autêntico, sob pena de reprovação se constatado plágio de artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros;

VIII. Escolher os professores para compor a banca examinadora, em comum acordo com o professor orientador, considerando as normas estabelecidas neste Regulamento;

IX. Solicitar ao professor orientador a elaboração e entrega de cronograma de orientação;

X. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO IV Do Professor Orientador

Art. 9º. A orientação do TCC será realizada por um professor efetivo do quadro docente do Departamento de Biblioteconomia.

Art. 10. A carga horária semanal de dedicação do professor à orientação na disciplina TCC será de quatro horas semanais, limitando-se o número de orientações ao máximo de três Trabalhos de Conclusão de Curso por professor em cada período letivo, levando em consideração, sempre que possível, a distribuição de acordo com as áreas de estudos dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.

Art. 11. Ao professor orientador compete:

I. Avaliar a relevância e a exequibilidade do projeto de pesquisa proposto pelo estudante;

II. Acompanhar o desenvolvimento do TCC, durante o período de execução em termos de coerência lógica, fundamentação teórica, relevância social, científica e metodológica, junto ao estudante;

III. Participar, como presidente, da Banca Examinadora na avaliação final;

IV. Assinar, juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo C), destacando sua média de aprovação ou reprovação em conformidade com o § 2º do Art. 5º desta norma;

V. Controlar a frequência dos orientandos;

VI. Manter Registro de Orientação atualizado para cada orientando sob sua responsabilidade;

VII. Certificar-se da autoria dos trabalhos desenvolvidos pelos respectivos orientandos, impedir o andamento de trabalhos e encaminhamento para avaliação da banca daqueles que configurarem plágio parcial ou total;

VIII. Remeter ao Colegiado de Curso de Biblioteconomia uma cópia da versão final do TCC em suporte eletrônico, não editável, e a Ata de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo C), devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora;

IX. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.



§ 1º Uma vez detectado e comprovado o plágio, o professor orientador poderá reprovar o trabalho do orientando, sem chance de apresentação de uma nova versão no mesmo período do plágio.

§ 2º A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído e do Coordenador de Curso, dentro dos prazos previstos em calendário acadêmico.

§ 3º O professor orientador deve comunicar o desligamento do orientando em reunião da Câmara Departamental, se este tiver algum impedimento pessoal ou não comparecer ao mínimo de encontros estabelecidos.

§ 4º O professor orientador, em caso de reprovação do estudante, deve enviar ao Colegiado de Curso de Biblioteconomia uma cópia impressa do TCC e a Ata de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo C).

CAPÍTULO V

Do Professor Coorientador

Art. 12. Constatado o caráter de especificidade do objeto de estudo escolhido pelo estudante, poderá ser convidado um professor de ensino superior para participar como coorientador do TCC.

Art. 13. Caberá ao professor coorientador auxiliar o processo de orientação e participar da Banca Examinadora.

CAPÍTULO VI

Da Banca Examinadora

Art. 14. A Banca Examinadora será constituída, no mínimo, por três participantes, a saber:

I. professor orientador do TCC, obrigatoriamente, na qualidade de presidente e por um professor efetivo do Departamento de Biblioteconomia da Ufes;

II. o terceiro participante poderá ser outro professor efetivo do Departamento de Biblioteconomia; ou

III. um professor lotado em outro departamento da Ufes; ou

IV. um professor pertencente aos quadros de outras Instituições de Ensino Superior; ou

V - um egresso de Curso de Biblioteconomia da Ufes; ou

VI - um profissional de qualquer área de conhecimento desde que conhecedor do tema do TCC e portador de diploma de graduação.

§ 1º. o coorientador, se houver, obrigatoriamente, também deverá compor a Banca Examinadora.

§ 2º. A alteração ou o não comparecimento de algum dos três membros da Banca Examinadora deverá ser comunicado, por escrito, em reunião da Câmara Departamental.

Art. 15. À Banca Examinadora compete:

I. Proceder à avaliação da versão final escrita do TCC;

II. Encaminhar ao professor orientador o resultado da avaliação final para os procedimentos cabíveis, de acordo com o calendário acadêmico;

III. Assinar a Ata de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo C).



CAPÍTULO VII

Do Departamento De Biblioteconomia

Art. 16. Ao Departamento de Biblioteconomia compete:

- I. Homologar a formação da Banca Examinadora, composta de acordo com o Art. 14 desta norma;
- II. Mediar e decidir possíveis desacordos na alocação de professores orientadores;
- III. Formalizar parcerias com unidades de informação para possibilitar que os estudantes realizem suas pesquisas nas formas de estudo de caso e de campo;
- IV. Analisar ocasionais recursos dos resultados das bancas.

CAPÍTULO VIII

Do Colegiado De Curso

Art. 17. Ao Colegiado de Curso compete:

- I. Manter o acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso organizado adequadamente, entregue até a data de aprovação deste Regulamento, e a outra em suporte eletrônico, não editável;
- II. Fornecer ao professor orientador o recibo de entrega dos documentos listados no inciso VIII do Art. 11 desta norma;
- III. Divulgar as áreas de interesse e respectiva alocação de professores efetivos do Departamento de Biblioteconomia para cada uma delas;
- IV. Estimular o compromisso dos estudantes e professores no desenvolvimento dos TCC relacionados às áreas curriculares definidas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN);
- V. Tomar no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Departamental do Departamento de Biblioteconomia, cabendo recurso aos demais Conselhos Superiores da UFES.

Vitória, 06 de abril de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

ANEXO A

ACEITAÇÃO FORMAL DE ORIENTAÇÃO

Aluno (a): _____ Matrícula: _____



Aluno (a): _____ Matrícula: _____

Eu, _____ comunico minha concordância em orientar o TCC do(s) discente(s) acima identificado(s) no período letivo _____, na área de:

- [] Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.
- [] Organização e tratamento da informação.
- [] Recursos e serviços de informação.
- [] Tecnologias da informação.
- [] Gestão da informação.
- [] Pesquisa.

Vitória, ___ de _____ de ____.

Assinatura do Professor (a) Orientador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

ANEXO B
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO TCC EM COAUTORIA

Eu (Nós), _____, autorizo(amos) o(a) professor(a) _____ a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____ como coautor.

Vitória, ___ de _____ de ____.

Assinatura do aluno (a)

Assinatura do aluno (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

ANEXO C



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
Inserir ano/semestre letivo

Aos
 dias do mês de
 do ano de
 , realizou-se a avaliação do Trabalho de
 Conclusão de Curso de
 Graduação em Biblioteconomia, sob o título:
 ,
 de autoria do(s)
 estudante(s) matrícula nº..... , como
 requisito parcial para

obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. A Banca Examinadora do trabalho foi constituída pelos(as) seguintes professores(as): na qualidade de presidente e orientador(a) do TCC; e , como membros convidados. Após

avaliação do trabalho, a Banca Examinadora emitiu o parecer de que o Trabalho de Conclusão de Curso avaliado está:

() Aprovado, com média
 sem necessidade de alterações.

() Aprovado, com média
 . O aluno deverá observar as sugestões e/ou

recomendações encaminhadas pela banca e devolver o trabalho corrigido até o dia
 ___/___/___.

() Reprovado, com média

Assim, eu
 na qualidade de professor (a) orientador (a) do TCC

avaliado, lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais componentes da Banca Examinadora.

Vitória, de..... de.....

 Professor (a) orientador (a) (Ufes)

 Membro (Instituição)

 Membro (Instituição)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
 COLEGIADO DE BIBLIOTECONOMIA

ANEXO D

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BIBLIOTECONOMIA1



texto integral do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Biblioteconomia a seguir especificado, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Ufes.

1. Material bibliográfico:

Data de avaliação do TCC:

Título:

Palavras-chave:

Área do conhecimento conforme as áreas curriculares da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin):

2. Autor(a):

Nome:

Citação (como deseja ser citado):

CPF: E-mail: Tel.:

Titulação: Bacharel em Biblioteconomia

Seu e-mail pode ser disponibilizado? () Sim () Não

3. Orientador(a):

Nome:

Citação (como deseja ser citado):

CPF: E-mail:

Seu e-mail pode ser disponibilizado? () Sim () Não

1 Adaptação a partir do Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes.

4. ()) Co-Orientador
() Membro da Banca

Nome:

Citação (como deseja ser citado):

CPF: E-mail:

Seu e-mail pode ser disponibilizado? () Sim () Não

()) Co-Orientador
() Membro da Banca

Nome:

Citação (como deseja ser citado):

CPF: E-mail:

Seu e-mail pode ser disponibilizado? () Sim () Não

()) Co-Orientador
() Membro da Banca

Nome:

Citação (como deseja ser citado):

CPF: E-mail:

Seu e-mail pode ser disponibilizado? () Sim () Não

5. Descrição do(s) arquivo(s) e informações de acesso ao documento:



NOME	DO	ARQUIVO	(PDF)
------	----	---------	-------

LEGENDA

Vitória, de de .

Assinatura do autor(a)



ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

De acordo com a Resolução nº 11/87-CEPE/UFES, são atribuições do Coordenador:

- convocar e presidir as reuniões do Colegiado, cabendo-lhe o direito de voto de qualidade;
- coordenar a matrícula e supervisionar o trabalho de orientação acadêmica;
- articular as atividades acadêmicas desenvolvidas para o curso no sentido de propiciar a melhor qualidade do ensino;
- participar, juntamente com o departamento, da elaboração da programação acadêmica;
- coordenar a programação do horário de provas finais junto ao Departamento;
- participar das reuniões da Câmara de Graduação;
- encaminhar à Direção do Centro, definição das necessidades de infra-estrutura administrativa capaz de garantir o funcionamento do Colegiado do Curso; e
- representar oficialmente o Colegiado.

Entre essas atividades destacam-se o acompanhamento sistemático e a operacionalização do currículo, buscando uma interação permanente com os departamentos que oferecem disciplinas para o Curso, no sentido de assegurar a oferta das mesmas.

O Coordenador do Colegiado deve compor também a Câmara de Graduação, com direito a voz e voto nas reuniões, cujas normas de funcionamento estão estabelecidas na Resolução 12/87-CEPE/UFES.

Além disso, conforme o Estatuto da Universidade o Professor Coordenador do Colegiado, tem direito a voz e voto tanto no Departamento como no Conselho Departamental do CCJE.

Ele deve coordenar também as reuniões de Comissões Temporárias criadas no âmbito do Departamento de Biblioteconomia cujas temáticas são pertinentes ao curso.

Visando a gestão integrada das ações que envolvem as áreas acadêmica e administrativa, o Coordenador do Colegiado do Curso de Biblioteconomia deve atuar em parceria com o Chefe do Departamento de Biblioteconomia. Essa parceria deve envolver o planejamento da oferta das disciplinas a serem oferecidas a cada semestre letivo, bem como a programação do espaço físico que acomoda as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere ao apoio didático-pedagógico, o Colegiado funciona no horário das 14h às 21h, de segunda a sexta-feira, objetivando interagir com alunos e professores que ministram aulas para o Curso.

O Coordenador do Colegiado do Curso sempre que necessário se reunirá com os professores responsáveis pelas disciplinas vinculadas ao currículo do curso para orientá-los no que se refere ao cumprimento das ementas, bem como na elaboração de programas e respectivas bibliografias de disciplinas.

Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Biblioteconomia é responsável pela coordenação didático-pedagógica do Curso.

A estrutura organizacional, conforme apresentado em <<http://www.ccje.ufes.br/>> compreende uma coordenação e subcoordenação e é composta por membros docentes escolhidos entre os departamentos que oferecem o maior número de disciplinas para o Curso, quais sejam: Departamento de Biblioteconomia, Departamento de Filosofia, Departamento de Letras, Departamento de Ciências Sociais e Departamento Estatística. Além da representação dos



departamentos, os estudantes também se fazem representar, como previsto na Resolução nº 11/87-CEPE/UFES, de 6 de Maio de 1987, que regulamenta o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação da Universidade.

Conforme essa legislação a coordenação do Colegiado deve ser ocupada por um professor do Departamento de Biblioteconomia, em regime de Dedicção Exclusiva, eleito pelos seus pares de 2 em 2 anos, devendo dedicar-se ao Colegiado por 30 horas semanais, carga horária esta regulamentada pela Resolução 60/92-CEPE/UFES, de 21 de setembro de 1992.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente estruturante, por sua vez, é um órgão consultivo do PPC, no tocante a criação, implantação, consolidação e reestruturação, conforme a Resolução nº 53/2012, do CEPE/Ufes:

Em consonância com a Resolução nº 53/2012 o Regimento Interno do NDE do Curso de Graduação em Biblioteconomia (APÊNDICE D), o órgão tem como atribuições:

1. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
2. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
3. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso de Graduação Biblioteconomia;
4. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Biblioteconomia;
5. acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia, considerando as avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissão Própria de Avaliação de Curso.



CORPO DOCENTE

Perfil Docente

Os docentes descritos no quadro abaixo são lotados no Departamento de Biblioteconomia e ministram as disciplinas específicas do núcleo de formação profissional do bibliotecário. As disciplinas de áreas afins e/ou correlatas, são ministradas por professores dos departamentos de Línguas e Letra, Filosofia, Estatística, Administração, Ciências Sociais, Arquivologia, Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo.

Corpo	Titulação Máxima	Regime de trabalho	Perfil
Ana	Claudia	Borges	Campos Integral Docente
Currículo	Doutora	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4710151P3 >	
Antônio	Luiz	Mattos	de Souza Cardoso Integral Docente
Currículo	Doutor	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4782765T2 >	
Carla	Erler	Mattos	Batista Integral Docente
Currículo	Especialista	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4303209P3 >	
Daniela	Lucas	da	Silva Lemos Integral Docente
Currículo	Doutora	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4511707Y8 >	
Gleice			Pereira Integral Docente
Currículo	Doutora	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4793925H5 >	
José	Alimateia	de	Aquino Ramos Integral Docente
Currículo	Doutor	Lattes: < http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4794460H2 >	



Mônica	Alves	da	Fonseca Integral Docente
Especialista			
Currículo	Lattes:	< http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4493259U0 >.	
Nádia	Elôina	Barcelos	Fraga Integral Docente
Especialista			
Currículo	Lattes:	< http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4718171E1 >.	
Neusa	Balbina	de	Souza Integral Docente
Doutora			
Currículo	Lattes:	< http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4260136P0 >.	
Paula Regina Ventura Amorim	Gonçalez		Integral Docente

Formação Continuada dos Docentes

A formação continuada é vista por Marcelo Garcia (1999, p. 26) como um: [...] processo através dos quais os professores - em formação ou em exercício - se implicam individualmente ou em equipa, em experiências de aprendizagem através dos quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

Pensar a formação continuada como percurso que vá além de propostas centradas na racionalidade técnica instrumental pressupõe uma formação integral de modo a possibilitar ao professor desenvolvimento de aspectos que extrapolam a competência profissional e lhe permita analisar, refletir e intervir em situações cotidianas do processo de ensino e de aprendizagem considerando as especificidades e natureza do fazer/Ser dos sujeitos desse processo. Assim sendo, a formação continuada dos docentes da Universidade Federal do Espírito Santo ocupa pauta de atenção por meio do Núcleo de Apoio à Docência - NAD/Prograd que tem "como principal objetivo fomentar espaços de aperfeiçoamento didático-pedagógico e de suporte para o desenvolvimento das atividades docentes".

Especificamente o Núcleo propõe:

[...] investir na valorização e qualificação continuada do trabalho docente. Prevê ampliar o assessoramento pedagógico ao trabalho docente e realiza-lo próximo aos locais de atuação dos/as docentes. Assim, haverá um NAD para cada Campus da UFES. Em 2016 foi organizado o primeiro NAD da UFES no Campus de Maruípe e o NAD de Goiabeiras funciona, desde fevereiro de 2017, no espaço do DDP/PROGRAD. As principais atividades realizadas até o momento são: seminário de recepção de docentes; semanas pedagógicas de início de semestre; palestras envolvendo docentes com temáticas solicitadas por Centros, Departamentos, Colegiados e NDEs; cursos de curta duração sobre temáticas e metodologias específicas. Além das atividades já desenvolvidas no NAD servirá também como espaço para troca de experiência e de divulgação de trabalhos e publicações sobre o ensino aprendizagem na graduação produzido por docentes da UFES de outras instituições e especialistas na área das metodologias.

No âmbito do curso de Biblioteconomia ações no sentido de promover a formação continuada vem sendo desenvolvidas desde o ano de 2010, o que resultou na titulação, em nível de Mestrado e Doutorado, de professores do DBIB que atualmente perfaz quadro de 13 (treze)



doutores, 01 (um) mestre e 2 (dois) especialistas. Outras ações compreendem trabalhos e/ou estudos realizados por professores em licença para capacitação.



INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

"A Ufes oferece 103 cursos de graduação presencial, com um total de 5.004 vagas anuais. Na pós-graduação, possui 47 cursos de mestrado acadêmico, nove de mestrado profissional e 26 de doutorado. Possui um quadro de 1.780 professores efetivos, 2.016 técnicos-administrativos, 19.997 estudantes matriculados na graduação presencial, e 3.174 na pós-graduação. Na pesquisa científica e tecnológica a Ufes possui cerca de 1.120 projetos em andamento, e na extensão universitária desenvolve 527 projetos e programas com abrangência em todos os municípios capixabas, contemplando cerca de 2 milhões de pessoas".

A Ufes também presta diferentes serviços ao público acadêmico e à comunidade, como teatro, cinema, galerias de arte, centro de ensino de idiomas, bibliotecas, Restaurante Universitário, planetário e observatório astronômico, auditórios, ginásio de esportes e outras instalações esportivas. Oferece também serviços na área de saúde por meio do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam)".

Instalações Gerais do Centro

No que se refere às instalações administrativas, o CCJE, centro em que se situa o Curso de Biblioteconomia, é composto de:

Prédio ED I - Salas de aula: 09

Prédio ED II - Salas de aula: 04

Prédio ED III - Salas de aula: 08

Prédio ED IV - Salas de aula: 08

Prédio ED V - Salas de aula: 10

Prédio ED VI - Salas de aula: 5

Prédio ED VII - Salas de aula: 10

Prédio ED VIII

Prédio do Curso de Economia Luiz Flores Alves

Prédio do Curso de Gemologia

Laboratório de Informática I

Computadores: 36

Horário de Funcionamento: 8h às 22h

Laboratório de Informática II

Computadores: 33

Horário de Funcionamento: 8h às 22h

Sala Informatizada

Computadores: 40

Horário de Funcionamento: 8h às 22h

Prédio Administrativo de Departamentos, Colegiados e Salas de Professores



Prédio de Salas de Professores do Curso de Administração

Prédio Anexo I para uso do Mestrado de Administração e Ciências Contábeis

Prédio Anexo II para uso do Programa de Pós-Graduação em Política Social e localização do Centro de Documentação (CEDOC), PET Administração e Núcleos do Serviço Social.

Prédio do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

Prédio da Diretoria composto por:

01 sala de reuniões com 20 assentos;
01 cozinha;
02 banheiros;
01 sala para arquivo;
01 sala para almoxarifado;
02 salas para secretaria geral;
01 sala para a direção;
01 sala para vice-direção;
01 sala de servidor de internet.

Xerox:

Área física: 30m²;
Capacidade de atendimento: 8.000 cópias/dia;
Período de funcionamento: integral;
Responsável: Setor de convênios - PROAD.

Cantina:

Área Física: 20m²
Período de funcionamento: Integral;
Condições de funcionamento: Lanches;
Responsável: Setor de Convênios - PROAD.

Auditórios do CCJE:

Manoel Carlos Vereza.
Área Física: @ 550m²
Capacidade de Atendimento: 220 lugares.

• Salão Rosa:

Área física: 80m²;
Capacidade de atendimento: 80 pessoas;

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

O atendimento aos portadores de necessidades especiais é uma preocupação constante da Ufes, o que demandou da Universidade a criação do Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES), por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário “como proposta da Secretaria de Inclusão Social, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário” (UFES, 2011).

Vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), o Núcleo desenvolve programas com vistas a garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências como o Incluir (Acessibilidade na Educação Superior) cujas ações são voltadas tanto para garantir acessibilidade sem barreiras ambientais físicas nos espaços da Universidade, como garantir o pleno desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.



Com relação à acessibilidade física a Universidade desenvolve projetos, obras e reformas em consonância com os princípios da acessibilidade plena, voltados para o atendimento das demandas, como, por exemplo, a construção de rampas em prédios, a adequação de calçadas, instalação de elevadores em prédios com dois ou mais pavimentos, fechamento de buracos e ações de fiscalização relacionadas ao uso de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e pessoas idosas. Além disso, destaca-se campanhas de informação e conscientização dirigidas à comunidade acadêmica, no sentido de alertá-la quanto ao uso e respeito a esses espaços físicos (Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 - Universidade Federal do Espírito Santo - <http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/pdi_ufes-2015-2019.pdf>).

No que tange a ações de acessibilidade metodológica e atitudinal, de acordo com Scott Jr (201, p. 3), ambas permitem “participação ativa relacional e democrática entre sujeitos e Universidade, possibilitando o trabalho em conjunto para a construção destas ações no cotidiano acadêmico”. Assim, o NAUFES, no cumprimento de suas funções desenvolve ações no sentido de promover práticas que possibilitam o desenvolvimento de potencialidades do aluno. Dentre essas ações destaca-se mobilizações acerca de reflexões sobre novas práticas pedagógicas e inserção de alunos com deficiência em ações de inclusão, por meio de projetos e/ou programas como, por exemplo, formação docente; monitoria para atendimento aos estudantes com deficiência, com altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento por meio de serviços de apoio como leitor; tradutores e intérpretes da Língua Portuguesa e de Língua Brasileira de Sinais-Libras; Guias; atendimento psicológico.

A acessibilidade atitudinal para Scott Jr (2011, p. 8) “[...] consiste na quebra de barreiras decorrentes do preconceito e da falta de informação em relação as pessoas com deficiência nos diversos ambientes em que esteja inserida, inclusive na universidade”. Nesse sentido, a Ufes, por meio de seus setores competentes, desenvolve diversas ações e atividades “direcionadas para a questão da acessibilidade e respeito aos direitos das pessoas com deficiência”, por meio de eventos ofertados tanto para a comunidade interna com externa (NAUFES. Disponível em: <http://www.proaeci.ufes.br/acessibilidade-naufes>).

O Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes) definiu a programação de cinco atividades no campus de Goiabeiras – entre os meses de outubro e novembro – direcionadas para a questão da acessibilidade e respeito aos direitos das pessoas com deficiência. Vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), o núcleo pretende, com as ações, mobilizar as pessoas com deficiência da comunidade universitária, além de familiares, profissionais da área e interessados sobre a temática. Todos os eventos são gratuitos e abertos ao público.

A exemplo de demais cursos da Ufes o de Biblioteconomia recebe alunos com as seguintes deficiências: física, auditiva, visual (baixa visão), múltipla e intelectual. Objetivando garantir o direito das pessoas com deficiência a coordenação do Curso, via acesso ao Sistema de Informação para o Ensino-SIE, busca informações, a cada semestre letivo, acerca da quantidade de alunos com deficiência. Essas informações são transmitidas aos docentes em reunião pedagógica e a partir disso, são definidas ações que consistem em acompanhamento pedagógico individualizado ao aluno; adequação de metodologias de ensino; encaminhamento da pessoa para atendimento em setores da Universidade com competência específica para cada caso e/ou necessidade especial. Por fim é concedida, aos professores do Curso, a possibilidade de adotarem, espontaneamente, medidas que permitam o desenvolvimento das potencialidades do aluno e seu nivelamento em concordância com os conteúdos sob a sua responsabilidade.

Instalações Requeridas para o Curso

As instalações administrativas do Departamento de Biblioteconomia funcionam no prédio de Departamentos do CCJE e podem ser assim discriminadas:

- Sala de nº 20 com 18m², destinada a chefia de departamento;
- Sala de nº 22 destinada a secretaria do Departamento de Biblioteconomia com 18m²;



- Sala de nº 24 destinada à secretaria do Colegiado do Curso de Biblioteconomia com 18m²;
- Sala de nº 26 destinada à coordenação do Colegiado do Curso de Biblioteconomia com 18m².

Para as atividades de ensino, o Curso dispõe de quatro salas de aula localizadas no prédio do ED II do CCJE, todas com capacidade para 50 alunos, quatro salas de aula no prédio do ED VI do CCJE com capacidade de 40 alunos.

Cada professor possui espaço em uma das cinco salas de professores destinadas a dar o suporte ao planejamento das atividades do docente, seja no ensino, na pesquisa e na extensão. Todos os professores contam com mesa, armário, projetor multimídia e computadores com acesso à internet para desenvolver suas atividades da melhor forma possível.

Alunos e professores do Curso contam ainda com os seguintes espaços para a realização de eventos diversos, quais sejam:

- Auditório Manoel Carlos Vereza.

Área Física: @ 550m²

Capacidade de Atendimento: 220 lugares;

Turnos de Funcionamento: período integral;

Responsável: servidores do quadro técnico administrativo da secretaria geral.

- Salão Rosa:

Área física: 80m²;

Capacidade de atendimento: 80 pessoas;

Período de funcionamento: Integral;

Responsável: servidores do quadro técnico administrativo da secretaria geral.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

"O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da Ufes é composto pela Biblioteca Central - Coordenadora do Sistema - e 7 (sete) Bibliotecas Setoriais (Biblioteca Setorial Tecnológica, Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde, Biblioteca Setorial CEUNES, Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial de Educação e Biblioteca Setorial Nedtec), totalizando um acervo de 150.814 títulos e 342.792 exemplares de materiais impressos, entre livros, teses, dissertações e multimeios. Dispõe também de um acervo de 2.704 títulos de periódicos, totalizando 133.317 fascículos. A atualização e a expansão do acervo se dão por incorporações de aquisições com recursos orçamentários próprios e do Tesouro, além das doações de obras advindas de editoras, instituições e dos próprios usuários.

A Biblioteca Central (BC) funciona no Campus de Goiabeiras, com atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 7h às 21h e aos sábados, das 8h às 13h, oportunizando, dessa forma, o acesso e a consulta aos usuários das comunidades universitária e externa.

Os serviços disponibilizados pelas bibliotecas incluem: empréstimo domiciliar automatizado para alunos de graduação e pós-graduação, e para os servidores docentes e técnico-administrativos, com prazo diferenciado para os alunos de graduação participantes do Programa de Assistência Estudantil (PROAES); consulta ao catálogo, reserva e renovação on-line; acesso a materiais digitais (e-books, artigos de periódicos, teses e dissertações) que podem ser acessados pelo site www.bc.UFES.br; emissão de nada consta; espaços para exposições; um auditório; uma sala para utilização de recursos multimídia; comutação bibliográfica; catalogação na publicação (CIP - Catalogação na Publicação); empréstimo entre bibliotecas; cabines de estudo individuais e em grupo; laboratório com computadores para digitação de trabalhos e acesso à Internet; visita orientada aos calouros; boletim informativo de novas aquisições; treinamento aos usuários no uso de fontes de informação on-line; orientações quanto à normalização, conforme a ABNT; recebimento de solicitações de registro de direitos autorais por meio do posto do Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional (EDA), funcionando nas dependências da BC; atendimento aos alunos do curso de Biblioteconomia quanto ao estágio curricular, visitas técnicas e trabalhos de pesquisa" (Plano



de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 - Universidade Federal do Espírito Santo - Disponível em: <http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes>)

O acervo bibliográfico específico das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação encontra-se na Biblioteca Central do Campus Goiabeiras e conta com 963 títulos e 3.429 exemplares. Na subárea Bibliografia: 94 títulos e 177 exemplares. Na área Generalidade (correlata do Curso) dispõe de: 3.971 títulos e 21.324 exemplares.

Laboratórios de Formação Geral

O Curso conta também com um Laboratório de Ensino denominado Maria de Fátima Barreto, que é coordenado por um professor do Departamento de Biblioteconomia indicado pela Câmara Departamental. O Laboratório tem como finalidade fundamental servir de auxílio às atividades didáticas desenvolvidas no Curso:

- I - Em ensino, favorecer a formação profissional e acadêmica de estudantes de Biblioteconomia e de Ciência da Informação mediante a realização de oficinas, de aulas práticas e de monitorias;
- II - Em pesquisa, fornecer suporte ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação;
- III - Em extensão, possibilitar atividades de extensão desenvolvidas no âmbito do DBIB e de seus parceiros voltadas à comunidade.

Laboratórios de Formação Específica

O Curso dispõe ainda de um Núcleo de Preservação da Informação (Nupi) que é compartilhado com o Curso de Arquivologia e coordenado por dois professores, sendo um vinculado a cada um dos departamentos. De natureza transdisciplinar, abrange diferentes disciplinas, pesquisadores e extensionistas no processo de construção do conhecimento sobre a preservação da informação e tem os seguintes objetivos:

- I. fomentar a produção do conhecimento na área da preservação da informação arquivística e biblioteconômica;
- II. estabelecer parcerias com outras instituições, núcleos e grupos de estudos, pesquisas e extensão que possam colaborar com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária na área da preservação da informação em Arquivos e Bibliotecas;
- III. priorizar o enfoque regional no desenvolvimento de ensino, de pesquisas e de ações de extensão na área da preservação de acervos documentais e bibliográficos;
- IV. promover estudos e discussões sobre métodos e técnicas de pesquisa na área de preservação da informação, bem como das relações entre preservação - história e memória;
- V. incentivar a articulação do ensino, pesquisa, extensão nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia;
- VI. favorecer o intercâmbio científico entre pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações entre preservação da informação e sociedade;
- VII. divulgar o conhecimento produzido em eventos e outros meios (de circulação restrita ou geral);
- VIII. constituir um repositório institucional com o propósito de preservar documentos específicos e a produção científica e técnica na área de preservação da informação dos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, procurando favorecer a realização de consulta a essas fontes.

E ainda o Laboratório de Sistemas de Informação Digital (LABSID) compartilhado pelos Departamentos de Arquivologia e Biblioteconomia e tem como objetivo auxiliar na problemática do gerenciamento da informação eletrônica em Arquivos e Bibliotecas vigente na sociedade. Possui natureza transdisciplinar para auxiliar no processo de construção e gerenciamento da informação eletrônica.



OBSERVAÇÕES

- 1) Tabela de equivalência das disciplinas do Curso: em anexo.
- 2) Regulamento do Laboratório de Ensino “Professora Maria de Fátima Barreto”: em anexo.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angélica do. Marketing e gerência de bibliotecas. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 18, n. 2, p. 311-317, jul./dez. 1990.

BAKHTIN, M. Mikail. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRENS, M. A. A prática pedagógica dos professores universitários: perspectivas e desafios. Educação, Porto Alegre, a. 21, n. 35, p. 81-91, ago. 1998.

BORGO, A. I. UFES : 40 anos de história. Vitória: UFES/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

BOSI, A. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd. et al. Cultura Brasileira: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BRITA, G. L. Universidade de Maringá: buscando a real extensão. Universidade e Sociedade, Maringá, a. 7, n. 11, 36-39, jun. 1990.

CARIACICA (Município). Secretaria de Educação. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/pagina/semi-escolas>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 7214, de 9 de novembro de 1978. Reconhecimento do Curso de Biblioteconomia da UFES. Relator: Edson Machado de Souza, 1978 (Arquivo do Departamento de Biblioteconomia da UFES).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Portaria n. 304, de 23 de novembro de 1977. Constituição de comissão verificadora das condições de funcionamento do Curso de Biblioteconomia para fins de reconhecimento. Brasília, 1977 (Arquivo do Departamento de Biblioteconomia da UFES).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Radiograma n. 17644, de 13 de novembro de 1978. Comunica o reconhecimento do Curso de Biblioteconomia da UFES. Brasília, 1978 (Arquivo do Departamento de Biblioteconomia da UFES).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Radiograma n. 212, de 9 de setembro de 1974. Comunica a permissão para a criação do Curso de Biblioteconomia pela UFES.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 12. Disponível em: https://crb6.spiderware.com.br/spw/ConsultaCadastral_CRB6/TelaLogin.aspx. Acesso em: 12 fev.. 2019.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria Estadual de Educação. Senso escolar. Vitória: SEDU, 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura. Plano estadual de cultura do Espírito Santo: 2013-2023. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/secult/Importacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20CULTURA%20DO%20ES%20-%20DIAGN%C3%93STICO%20FINAL.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ESPIRITO SANTO (ESTADO). Governador (2003-2006: Hartung). 2003. Um novo Espírito Santo:



orientações estratégicas do governo gestão 2003-2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FORGRAD). O currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível. In: Oficina Trabalho, 2000, Niterói. Forgrad: Niterói, 2000.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. [2004?]. Perguntas mais frequentes. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>>. Acesso em : 16 out. 2005.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Desempenho industrial Espírito Santo e Brasil. 2004. Disponível em: http://www.iel-ideies.com.br/downloads/indicadores_ind/2004/Desempenho%20industrial%20ES-BR%20setembro.pdf. Acesso em: 2 nov. 2005.

MERCADO de cargas em alta. A Tribuna, Vitória, 6 nov. 2005. Economia no Espírito Santo (supl.).

MINISTÉRIO aprova 2 novos cursos na UFES. A Gazeta, Vitória, 12 set. 1974. p. 6.

MORAES, Nazian de Azevedo. História do curso de Biblioteconomia da UFES. Entrevista concedida a Dulcinea Sarmiento Rosemberg, Vitória, 22 set. 1996.

PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha. História do curso de Biblioteconomia da UFES. Entrevista concedida a Dulcinea Sarmiento Rosemberg, Vitória, 20 out. 1996.

_____. O resgate da memória da UFES : a fotografia como fonte de pesquisa. Vitória, 1995. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo.

QUEIROZ, Raimunda Augusta de. História do curso de Biblioteconomia da UFES. Entrevista concedida a Dulcinea Sarmiento Rosemberg, Vitória, 15 out. 1996.

SOUZA, Francisco das Chagas de. O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro. Florianópolis : UFSC, 1990.

SUCUPIRA, João. A responsabilidade social das empresas. [2005?]. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 16 out. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Administração. Livro de atas de reuniões departamentais. [Vitória, 1974/1977].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Coordenação do Curso de Biblioteconomia. Ofício de 27 de março de 1980. [Vitória, 1980].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Biblioteconomia. Ofício circular de 01 de junho de 1980. Vitória, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sub-Reitoria de Graduação. Processo n. 1.174/74. Dispõe sobre a criação do Curso de Biblioteconomia da UFES. [Vitória, 1974].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Portaria n. 37, de 8 de julho de 1977. Constituindo comissão para coordenar e superintender os cursos de Serviço Social, Comunicação Social e Biblioteconomia. [Vitória, 1977].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Biblioteconomia. Livro de atas de reuniões departamentais. [Vitória, 1980/1987].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Comissão de Criação de Novos Cursos. Livro de atas de reuniões. [Vitória, 1969/1971].



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 14, de 30 de abril de 1980. Dispõe sobre a criação do curso de Biblioteconomia. [Vitória, 1980].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. Resolução n. 15, de 11 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do curso de Biblioteconomia. [Vitória, 1974].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. Livro de atas de reuniões. [Vitória, set. 1973/set. 1974].